

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES

BR-L1605

MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – MGAS

Luiz Fernando Galli
Marisa Teixeira
Fevereiro de 2023



SUMÁRIO

	Página
I. PROGNÓSTICO E ALCANCE DO MGAS	1
II. O PROGRAMA	1
2.1. Objetivos e Abrangência do PDUOT	1
2.2. Estrutura do Programa	2
2.3. Estudos Ambientais Necessários	3
III. ENQUADRAMENTO JURÍDICO E INSTITUCIONAL	3
3.1. Política Nacional de Meio Ambiente e Legislação Relacionada	3
3.2. Outras Normas Ambientais Pertinentes	5
3.3. Legislação Estadual de Meio Ambiente	7
3.4. Legislação Municipal de Meio Ambiente	8
3.5. Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA	12
3.6. Responsabilidades Institucionais na Gestão Ambiental	14
3.7. Licenciamento Ambiental	15
3.8. Temas Sociais – Quadro Legal e Institucional Aplicável ao Programa	17
3.9. Desastres Naturais e Mudanças Climáticas	20
3.10. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	21
3.11. Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BIB – MPAS	21
IV. POTENCIAIS IMPACTOS E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO PDUOT	31
V. BASE PARA AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCO AMBIENTAL E SOCIAL	36
5.1. Procedimentos de Avaliação Ambiental e Social de Projetos e Atividades	36
VI. DIRETRIZES E REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS GERAIS	41
6.1. Saúde e Segurança Ambiental	41
6.2. Alteração no Uso e Qualidade do Solo	41
6.3. Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário	42
6.4. Biodiversidade e Recursos Naturais Vivos	42
6.5. Potenciais Impactos Cumulativos	46
6.6. Riscos Naturais Mudanças Climáticas	48
6.7. Lista de Exclusões Ambientais e Sociais	49
6.8. Patrimônio Cultural	50
6.9. Povos indígenas e populações tradicionais	50
6.10. Estratégia de Gênero	51
6.11. Participação, Consulta e Resolução de Queixas	51
VII. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	52
7.1. Considerações Gerais	52
7.2. Programas de Prevenção e Redução de Riscos e Controle e Mitigação de Impactos das Obras	53
7.3. Programa de Gerenciamento Ambiental de Obras	53
7.4. Programa de Gerenciamento de resíduos da Construção Civil	54
7.5. Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito	60
7.6. Plano de Recuperação de Canteiro de Obras, Áreas de Empréstimo e Bota-fora	64
7.7. Programa de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada	66
7.8. Programa de Saúde dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas	67

7.9.	Código Conduta para Trabalhadores na Construção	69
7.10.	Emergências, Contingências e Circunstâncias Acidentais nas Obras	73
7.11.	Programa de Trabalho Técnico Social – PTTS	79
7.12.	Programa Destinado a Evitar ou Reduzir os Descontentamentos da Comunidade	80
7.13.	Diretrizes para Desafetação de Áreas e Reassentamento em Obras Fora da Amostra Representativa	83
7.14.	Mecanismo de Resolução de Queixas – MRQ	85
7.15.	Diretrizes para Manejo de Achados Arqueológicos Fortuitos	87
7.16.	Diretrizes de Prevenção e Compensação de Perda de Habitats Naturais	89
7.17.	Diretrizes para Promoção de Equidade de Gênero	91
7.18.	Programa de Engajamento das Partes Interessadas	90
7.19.	Programa de Monitoramento da ETE Interbairros	92
7.20.	Programa de Consulta e Comunicação Social	94
7.21.	Divulgação, Disseminação de Informação e Comunicação Externa	101
VIII.	DIRETRIZES PARA PLANO DE PRONTIDÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS	102
8.1.	Considerações	102
8.2.	Responsabilidades	105
IX.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	105
9.1.	Procedimentos e Monitoramento	105
9.2.	Inspeções Socioambientais	105
9.3.	Avaliação de Desempenho e Melhoria Contínua	106
X.	ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	112
10.1.	Estrutura Organizacional e Competências	112
10.2.	Perfis Profissionais e Plano de Fortalecimento	116
10.3.	Lista de Exclusões Ambientais e Sociais	116
	ANEXO	118

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES**

BR-L1605

MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL - MGAS

I. PROPÓSITO E ALCANCE DO MGAS

Este Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS tem por objetivos identificar as questões ambientais e socioculturais das intervenções e atividades financiáveis no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial do Município de Linhares – PDUOT e definir as diretrizes técnicas e exigências legais que devem ser cumpridas para assegurar sua viabilidade, de acordo com o Padrão de Desempenho Ambiental e Social – PDAS, com destaque ao PDAS 1, do Marco de Políticas Ambientais e Sociais – MPAS do BID e a legislação ambiental. Destina-se à Unidade de Gestão do Programa – UGP e às secretarias municipais envolvidas na execução do Programa e deve ser considerado como uma diretriz básica para os trabalhos dos coordenadores da UGP, durante as fases de planejamento (concepção, desenho e avaliação ambiental e social), execução e operação dos projetos e atividades do PDUOT.

O MGAS apresenta o fundamento legal e institucional de gestão ambiental e sociocultural, as diretrizes socioambientais mínimas a serem seguidas na concepção e desenho dos projetos dos componentes do PDUOT e as licenças e autorizações a serem requeridas junto aos órgãos competentes, em suas distintas fases de implementação. Inclui instruções e procedimentos para a avaliação ambiental e social dos projetos e intervenções específicos propostos, de acordo com a categorização dos seus impactos socioambientais, uma lista de exclusões ambientais e sociais e as diretrizes para o atendimento da legislação ambiental e dos requerimentos do MPAS do BID.

Promove, por conseguinte, a plena participação das comunidades e dos grupos beneficiados ou afetados, inclusive os vulneráveis, ao longo do processo de tomada de decisão, a fim de garantir a defesa dos seus direitos e salvaguardar as suas legítimas expectativas. O MGAS apresenta também as medidas de controle e mitigação dos impactos e riscos que deverão ser adotadas para que se assegure a devida proteção do meio ambiente e, quando couber, se potencializem os benefícios, bem como os processos, procedimentos para a implementação, monitoramento e avaliação da eficácia dos programas de gestão dos aspectos ambientais e sociais do PDUOT.

II. O PROGRAMA

2.1. Objetivos e Abrangência do PDUOT

O objetivo geral Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial do Município de Linhares – ES - PDUOT, BR-L1605, é promover o desenvolvimento urbano ordenado, sustentável e resiliente do município de Linhares.

Os objetivos específicos do Programa, por sua vez, são: i) melhorar as condições socioambientais dos assentamentos urbanos por meio da implantação de infraestrutura resiliente e de equipamentos urbanos e sociais equitativos; e ii) fortalecer a gestão urbana e territorial por meio da criação de um sistema integrado de planejamento, que inclua o desenvolvimento de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, utilizando princípios de resiliência diante dos efeitos das mudanças climáticas, além da melhoria das plataformas tecnológicas e da capacitação dos profissionais encarregados da gestão urbana municipal.

2.2. Estrutura do Programa

O Programa está estruturado, preliminarmente, com os seguintes componentes:

Componente 1. Urbanização sustentável e inclusiva do município de Linhares. Este componente contempla os seguintes financiamentos: i) implantação da infraestrutura urbana básica da Avenida Interbairros e suas áreas de influência, incluindo obras de pavimentação da Avenida Interbairros e das vias de acesso e de interligação com os bairros existentes, drenagem urbana, água e saneamento básico; obra de arte especial; elementos de segurança viária, sinalização e iluminação; provisão de mobiliário urbano; infraestrutura para transporte não motorizado; equipamentos sociais e de lazer; e criação de praças, parques e corredores verdes em torno dos mananciais e lagoas; ii) estudos e projetos de engenharia, desenho urbano e paisagismo; iii) estudos de supervisão, gerenciamento e acompanhamento socioambiental.

Este componente também financiará as ações de mitigação ambiental e as desapropriações requeridas para a execução do Programa, com destaque às áreas afetadas no traçado da Avenida Interbairros¹. As desapropriações necessárias para a implantação dos projetos de urbanização da Avenida serão realizadas com recursos da contrapartida local.

Componente 2. Fortalecimento institucional para a gestão urbana e territorial. Este componente financiará: i) elaboração do plano urbanístico da região Leste do município, considerando os princípios de sustentabilidade e resiliência diante das mudanças climáticas; ii) preparação dos estudos técnicos para a atualização dos instrumentos de planejamento urbano e gestão integrada do território, tais como: atlas de riscos ambientais municipal e plano de ação climática, bem como revisão do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana; iii) aquisição de equipamentos de informática e melhoria da infraestrutura, incluindo equipamentos para coleta e gestão dos dados objetivando a implantação de uma cidade inteligente; iv) estudos de implementação de infraestrutura verde (resiliência urbana), eficiência energética e construções bioclimáticas para equipamentos urbanos; v) implantação de tecnologia e equipamentos para a gestão e monitoramento urbano e territorial; vi) atualização e modernização dos sistemas de cadastros do município, capacitando os funcionários da prefeitura para

¹ Para a implantação da Avenida Interbairros serão desapropriadas benfeitorias e áreas com cultivo de cana-de-açúcar, café e pastagens.

digitalização do sistema e coleta de informações em campo; e, vii) capacitação dos funcionários em temas: tecnológicos, ambientais e sociais.

Para a administração e monitoramento do Programa serão financiadas as seguintes ações de apoio administrativo: i) consultorias para monitoramento; ii) contratação de especialistas para apoiar a Unidade de Gestão do Programa – UGP e capacitação do pessoal; iii) gastos de administração; iv) auditorias externas; v) implementação de um plano de comunicação, engajamento de partes interessadas e difusão das ações do programa; e, iii) consultorias técnicas e socioambientais, voltadas basicamente à definição e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e Social - SGAS do Programa destinado à qualidade socioambiental das obras do Programa.

2.3. Estudos Ambientais Necessários

Com relação aos componentes anteriormente descritos, a amostra representativa do PDUOT, correspondente aos investimentos (obras/atividades) que representam 30% do valor total do empréstimo, contempla projetos específicos² para os quais foi realizada a Avaliação Ambiental e Social – AAS e o respectivo Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS de acordo com o Marco das Políticas Ambientais e Sociais – MPAS do BID.

Este Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAD do PDUOT, por sua vez, é necessário para a identificação das questões socioambientais das intervenções e atividades financiáveis no âmbito do Programa como um todo (inclusive obras e atividades de contrapartida) e definir as diretrizes técnicas e exigências legais que devem ser cumpridas para assegurar sua viabilidade, de acordo com o Padrão de Desempenho Ambiental e Social – PDAS, com destaque ao PDAS 1, do MPAS do BID e a legislação socioambiental.

Além da AAS/PGAS e do MGAS, a critério dos órgãos ambientais estadual e municipal, estudos ambientais específicos e para as obras do Programa poderão ser exigidos.

III. ENQUADRAMENTO JURÍDICO E INSTITUCIONAL

3.1. Política Nacional de Meio Ambiente e Legislação Relacionada

O Brasil dispõe de ampla legislação e um marco institucional para a proteção e gestão do meio ambiente, que decorre da promulgação da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei Nº 6938/1981), fortalecida com a Constituição Federal de 1988, pelo estabelecimento dos

² Projetos da amostra representativa do Programa: i) implantação de uma Avenida, denominada Avenida Interbairros, que ligará os dois extremos da região Leste, com uma extensão de 14,65km de via principal e 5,14km de pistas coletoras que ligarão a Avenida Interbairros aos bairros consolidados da região. O projeto da avenida contempla pavimentação, drenagem, iluminação pública com tecnologia LED e automação; implantação de ciclovia e calçada apta para caminhada e corrida; e obra de arte especial (ponte) para travessia de lagoa; ii) implantação de uma rede de abastecimento de água e reservatórios; iii) implantação de um sistema de esgotamento sanitário, compreendendo rede coletora, Estações Elevatórias de Esgoto Bruto - EEEB e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE; e iv) Implantação de equipamentos públicos de lazer em áreas definidas localizadas nas margens da Avenida Interbairros, de forma a criar espaços de vivência comunitária.

sistemas estaduais de meio ambiente e por um sistema estruturado de licenciamento e controle de atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente.

A PNMA tem como principal objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana no País. Estabelece uma série de instrumentos de política e gestão ambiental a serem empregados em sua implementação, entre eles: os padrões de qualidade ambiental; o zoneamento ambiental; a avaliação de impacto ambiental; o licenciamento ambiental; e o sistema de Unidades de Conservação - UC pelas três instâncias de governo.

Em decorrência, o Decreto Nº88.351/1983 (modificado pelo Decreto Nº 99.274, de 1990) regulamenta o licenciamento ambiental instituído pela PNMA e estabelece suas diretrizes; a Lei Nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação³.

O SNUC integra a administração das UC criadas nas esferas federal, estadual e municipal, atribuindo a gestão das UC de domínio da União ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

As UC são classificadas em dois grupos, segundo as condições de interferência antrópica: i) de *Proteção Integral* (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre); e ii) de *Uso Sustentável* (Área de Proteção Ambiental – APA, Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, Floresta Nacional, Estadual ou Municipal, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva da Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN).

Nas UC de Uso Sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso adequado de uma parcela de seus recursos, conforme os preceitos da legislação, admitindo algum nível de atividade antrópica.

O Decreto Lei Nº 3.420/2000 institui o Programa Nacional de Florestas que fomenta a recomposição e restauração de florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas.

A PNMA determinou uma série de instrumentos de política e gestão ambiental a serem empregados em sua implementação. Entre eles, interessam ao controle ambiental das atividades e projetos e à gestão ambiental, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial do Município de Linhares os padrões de qualidade ambiental; a avaliação de impacto ambiental; e o licenciamento ambiental.

No **contexto institucional**, o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA é liderado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que tem funções consultivas e normativas

³ Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, Decreto nº 5.566 de 26 de outubro de 2005, Lei nº 11.132, de 4 de julho de 2006.

da legislação ambiental, integrando representantes dos três níveis de governo e de associações civis de caráter profissional, sindical, ambientalista, cultural e acadêmico⁴.

3.2. Outras Normas Ambientais Pertinentes

3.2.1. Código Florestal

A Lei Nº 12.651/2012, que institui o novo Código Florestal, trouxe as diretrizes para a adequação ambiental com o objetivo de preservar as áreas de importância ambiental e conciliar o desenvolvimento com a conservação do meio ambiente.

As Áreas de Preservação Permanente - APP são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Pelo Código Florestal são consideradas Áreas de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas:

- i) as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura; b) 50 metros, para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura; c) 100 metros, para os cursos d'água que tenham de 50 a 200 metros de largura; d) 200 metros, para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura; e) 500 metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros;
- ii) as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: a) 100 metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 metros; b) 30 metros, em zonas urbanas;
- iii) as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;
- iv) as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros;
- v) as encostas ou partes destas com declividade superior a 45º , equivalente a 100% (na linha de maior declive;
- vi) as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- vii) os manguezais, em toda a sua extensão;

⁴ Em 2019 Ministério do Meio Ambiente sorteou os novos representantes do CONAMA que passou a contar com 13 representantes rotativos com mandato de um ano e dez conselheiros fixos e representantes do governo federal. Este sorteio se deu com base no Decreto Nº 9806/2019, que alterou a composição do CONAMA, reduzindo significativamente o número de representantes, de 96 para 23 e, por conseguinte, a representatividade e a participação da sociedade civil.

- viii) as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 metros em projeções horizontais;
- ix) no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25º, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;
- x) em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

§ 1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

§ 4º Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

§ 5º É admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar, de que trata o inciso V do art. 3º desta Lei, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre.

São também consideradas de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades: a) conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha; b) proteger as restingas ou veredas; c) proteger várzeas; d) abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção; e) proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico; f) formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; g) assegurar condições de bem-estar público; h) auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares; i) proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional; e j) proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional.

3.2.2. Recursos Hídricos

A Lei Nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou a Outorga, instrumento de gestão dos recursos hídricos requerida para as atividades que de alguma forma utilizem ou interfiram nos corpos d'água. A competência para outorgar é exercida pela Agência Nacional de Águas, no caso dos cursos d'água de domínio da União, ou pelo estado, nos demais casos.

Estão sujeitos à outorga os seguintes usos: derivação ou captação de água para consumo final ou insumo de produção; extração de água subterrânea para consumo final ou insumo de produção; lançamento em corpo d'água de esgotos e resíduos líquidos ou gasosos; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e outros usos que alterem o regime, a qualidade ou a quantidade de água.

3.2.3. Supressão de Vegetação

No município de Linhares, para a implantação de projetos que impliquem supressão da vegetação nativa e corte de floresta plantada, é necessária a obtenção da respectiva autorização junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

3.3. Legislação Estadual de Meio Ambiente

O Estado do Espírito Santo dispõe de legislação ambiental que reflete e detalha as determinações da Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, no que se refere aos seus princípios e instrumentos, conforme segue:

- Lei Ordinária Nº 4.701/1992, que dispõe sobre o patrimônio ambiental do Espírito Santo. Apresenta, no seu Capítulo II, a Política Estadual do Meio Ambiente;
- Lei Nº 7.058/2002, que dispõe sobre fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção do meio ambiente no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo;
- Lei Complementar Nº 00248/2002, que cria o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA e dá outras providências;
- Lei Complementar Nº 00264/2003, que altera a Lei Complementar Nº 248/2002, que criou o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA e dá outras providências;
- Decreto Nº 1.777-R/2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadas do Meio Ambiente – SILCAP;
- Decreto-R Nº 4.039/2016, que atualiza as disposições sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente – SILCAP;
- Decreto Nº 4229/2018, que altera Decreto Nº 4.039-R, de 07/12/2016, que dispõe sobre a atualização das disposições sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente – SILCAP;
- Decreto Nº 4.261/2018: Altera o Decreto Nº. 4.039-R, de 07/12/2016, que atualiza as disposições sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente – SILCAP;
- Instrução Normativa IEMA Nº 13 – N /2021, que estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos para o licenciamento ambiental de estradas, rodovias e obras afins e revoga a Instrução Normativa IEMA Nº 5/2010;
- Resolução CONSEMA Nº 001/2022 que define a tipologia das atividades e dos empreendimentos considerados de impacto ambiental de âmbito local, normatiza aspectos do licenciamento ambiental dessas atividades no estado e dá outras providências.

3.4. Legislação Municipal de Meio Ambiente

A legislação ambiental municipal é incipiente no que se refere ao licenciamento ambiental das obras da amostra do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial do Município de Linhares – PDUOT. Os procedimentos de licenciamento ambiental são insuficientes para o atendimento da Política Nacional do Meio Ambiente, das Resoluções do CONAMA e do Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID. A adoção pelo Município de diretrizes e procedimentos da legislação estadual para o licenciamento ambiental, alguns equivocados e inadequados para a efetiva avaliação dos impactos socioambientais e adoção de medidas de controle e mitigação, bem como da viabilidade ambiental do empreendimento, corroboram essa insuficiência (Ver item 5.6. Licenciamento Ambiental).

De maneira geral, os seguintes instrumentos legais voltados à qualidade de vida, à proteção do meio ambiente, à conservação dos recursos naturais e qualidade das obras se aplicam ao PDUOT:

- **Lei Orgânica do Município de Linhares**, de 13 de junho de 2008.

Estabelece no § 1º do Artigo 142 que todos têm direito ao recebimento dos serviços de saneamento básico e, no § 2º, que a política de saneamento básico do Município, respeitadas as diretrizes do Estado e da União, garantirá: I - abastecimento de água em quantidade suficiente para assegurar a adequada higiene e conforto, e com qualidade compatível com os padrões de potabilidade; II - coleta e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais de forma a preservar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, e na perspectiva de prevenção de ações danosas à saúde; e III - controle de vetores, sob a ótica da proteção à saúde pública. No § 6º garante a participação popular no estabelecimento das diretrizes e da política de saneamento básico do Município, bem como na fiscalização e no controle dos serviços prestados.

No § 1º do Artigo 164 estabelece que o Município participará com a União e o Estado, na elaboração e execução de programas de gerenciamento dos recursos hídricos do seu território, e celebrará convênios para a gestão das águas de interesse exclusivamente local, visando: I – instituir, com a participação dos usuários, o sistema integrado de gerenciamento e melhoramento da qualidade e da quantidade de recursos hídricos superficiais e subterrâneos; II – adotar a bacia hidrográfica como base do gerenciamento, e classificar os recursos hídricos conforme suas características, destinação, utilização e legislação específica; III – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões e os direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos, efetuados pela União e pelo Estado, em seu território; IV – promover e orientar a proteção e a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas, sendo prioritário o abastecimento às populações; V – não acarretar desequilíbrio ecológico; VI – não prejudicar a flora, fauna e paisagem em geral; VII – evitar o rebaixamento do lençol freático, assoreamento de rios, lagos ou represas, bem como a erosão do solo.

No Artigo 167 estabelece que a exploração de recursos hídricos e minerais no Município não poderá comprometer a preservação do patrimônio natural e cultural.

Especificamente sobre o meio ambiente, há que se registrar o § 1º do Artigo 201, referente ao direito de todos ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, que estabelece que para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Município (excluídos

os itens não aplicáveis ao PDUOT): I – preservar e restaurar os processos ecológicos das espécies e dos ecossistemas; II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município; IV – proteger os documentos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como os sítios arqueológicos, espeleológicos e paleontológicos; VI – proteger a flora e fauna, em especial às espécies ameaçadas de extinção, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos, vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade; VII – estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando, especialmente, a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a execução de índices mínimos de cobertura vegetal; VIII – promover o gerenciamento integrado dos recursos hídricos, diretamente ou mediante permissão de uso, adotando as áreas de micro bacias e sub-bacias hidrográficas, como unidade de planejamento e execução de plano, programas e projetos; XI – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade; XII – exigir a realização periódica de auditoria nos sistemas de controle de poluição e de prevenção de riscos de acidentes nas instalações e nas atividades de significativo potencial poluidor, incluindo a avaliação detalhada dos efeitos de sua operação sobre os recursos ambientais, bem como sobre a saúde dos trabalhadores e de população diretamente exposta ao risco; XIII – criar parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, mantê-los sob especial proteção e dotá-los da infraestrutura indispensável às suas finalidades; XIV – promover ampla arborização dos logradouros públicos da área urbana, bem como a reposição e substituição dos espécimes doentes ou em processo de deterioração ou morte; XV – criar sistemas de monitoramento ambiental com a finalidade de acompanhar situação e tendências dos recursos naturais e da qualidade ambiental, física e social; XVII – informar sistematicamente à população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidente e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde no ar, na água de abastecimento público e nos alimentos; XVIII – promover medidas judiciais e administrativas, de responsabilidade dos causadores da poluição ou de degradação ambiental; XIX – buscar a contribuição de universidades, empresas, centros de pesquisas e associações civis e sindicatos, nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho; XX – promover o desenvolvimento científico e tecnológico, visando ao uso adequado do meio ambiente; XXI – estimular o desenvolvimento e a implantação de tecnologia de controle e recuperação ambiental; XXIII – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação e recuperação do meio ambiente; e XXIV – assegurar a participação da sociedade civil, nos processos de planejamento, decisão e implementação da política ambiental, através do Conselho Municipal do Meio Ambiente;

No seu § 3º estabelece que aquele que explorar recursos minerais, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão municipal de controle de política ambiental, na forma da lei.

O Artigo 206 estabelece que para a localização, instalação, operação e ampliação de obras ou atividades de significativo impacto ambiental, é obrigatório, na forma da lei, o estabelecimento prévio de "referendum" popular e de audiências públicas.

O Artigo 207 assegura aos cidadãos, na forma da Lei, o direito de pleitear referendum popular para decidir sobre a instalação e operação de obras ou atividades de grande

impacto ambiental, mediante requerimento à Prefeitura Municipal, subscrito por, no mínimo, de cinco por cento do eleitorado do Município.

O Artigo 208 estabelece que na implantação e na operação de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, é obrigatória a adoção de sistemas que garantam a proteção do meio ambiente.

O Artigo 209 proíbe, no território do Município: V – o lançamento de esgotos sanitários, industriais ou domésticos "in natura", em qualquer corpo de água; VI – a divulgação, pelos órgãos da administração municipal, direta, indireta e funcional, de propaganda de agrotóxico, biocidas e afins; VII – a propaganda de agrotóxicos, biocidas e afins em órgãos de imprensa não especializada no setor agrícola.

O Artigo 211 estabelece que o direito ao ambiente saudável inclui o ambiente de trabalho, ficando o Município obrigado a garantir e proteger o trabalhador contra toda e qualquer condição nociva à saúde física e mental.

De acordo com o Artigo 215, o Poder Público deverá: III – promover a implantação de medidas corretivas e preventivas, e o uso de tecnologias para a recuperação das lagoas urbanas; IV – apoiar ações de gerenciamento das bacias hidrográficas do Município, cabendo à entidade responsável pelo saneamento básico, definir os mananciais de interesse para o abastecimento público de água; V – estimular a adoção de medidas tecnológicas de pavimentação, alternativas ao sistema de capeamento asfáltico da região urbana do Município, como forma de garantir menor impacto à impermeabilização do solo.

Pelo Artigo 217, constitui patrimônio ambiental do Município: I – Complexo Lagunar do Município de Linhares; II – Reserva Biológica de Comboios; III – Reserva Florestal de Goytacazes; IV – Reserva Florestal de Rancho Alto; V – Reserva Florestal de Sooretama; VI – Região Litorânea do Município.

Finalmente, de acordo com o Artigo 219 o Município deverá implantar e manter área verde, de preservação permanente, em proporção nunca inferior a doze metros quadrados por habitantes, no perímetro urbano.

- **Lei Complementar Nº 11, de 17 de janeiro de 2012**, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município e dá outras providências.

Os princípios do Plano Diretor de Linhares são apresentados no seu Artigo 6º: I – justiça social e redução das desigualdades sociais e regionais; II – inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes; III – direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer; IV – realização das funções sociais da cidade e cumprimento da função social da propriedade; V – transferência para a coletividade de parte da valorização imobiliária inerente à urbanização; VI – direito universal à moradia digna; VII – universalização da mobilidade e acessibilidade; VIII – prioridade ao transporte coletivo público; IX – preservação e recuperação do ambiente natural; X – fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação, monitoramento e controle; XI – articulação das estratégias de desenvolvimento do

Município no contexto do Estado do Espírito Santo; XII – descentralização das atividades urbanas, com a disseminação de bens, serviços e infraestrutura no território do Município, considerados os aspectos locais; XIII – desenvolvimento econômico, orientado para a criação e a manutenção de emprego e renda, mediante o incentivo à implantação e à manutenção de atividades que o promovam; XIV – equidade no tratamento das inter-relações entre o urbano e o rural.

Os objetivos gerais do Plano Diretor, por sua vez, são apresentados no Artigo 7º: I – ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos; II – elevar a qualidade de vida urbana, garantindo o bem-estar de seus habitantes, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, às condições habitacionais, à infraestrutura e aos serviços públicos; III – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais; IV – reduzir as desigualdades existentes entre as regiões urbanas do Município; V – democratizar o acesso a terra e habitação, estimulando a oferta de moradias de interesse social; VI – promover a estruturação de um sistema municipal de planejamento e gestão urbana; VII – aumentar a eficácia da ação pública municipal, promovendo a integração entre as políticas setoriais.

- **Lei Complementar Nº 2.613, de 20 de junho de 2006**, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Linhares e dá outras providências.

Os seus objetivos são apresentados no Artigo 2º: I – estabelecer normas de comportamento social e padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto das áreas públicas; II – orientar cidadãos e profissionais quanto ao funcionamento de atividades econômicas e sociais, de interesse comum.

- **Lei Complementar Nº 18, de 13 de setembro de 2012**, que dispõe sobre Código de Obras e Edificações do Município de Linhares, e dá outras providências.

No seu Artigo 1º estabelece as normas e os procedimentos administrativos para a elaboração, aprovação e controle das obras e edificações no Município de Linhares, sem prejuízo do disposto nas legislações federal e estadual pertinentes.

De acordo com o Artigo 2º, toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuada por particulares ou entidades públicas no Município de Linhares é regulada por esta Lei Complementar e depende de prévio licenciamento junto ao órgão competente. Pelo seu § Único, para o licenciamento de que trata este artigo deverão ser obedecidas as normas federais e estaduais relativas à matéria, bem como as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, na Lei de Parcelamento do Solo e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município e no Código Ambiental.

Os objetivos deste Código, por sua vez, se encontram no Artigo 3º: I – estabelecer padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações no território do Município; II – orientar os cidadãos e os profissionais quanto à elaboração de projetos, execução de obras e edificações no Município.

- **Lei Complementar Nº 13, de 22 de maio de 2012**, que dispõe sobre Uso e Ocupação do Solo no Município de Linhares, e dá outras providências.

De acordo com o Artigo 1º, o Uso e Ocupação do Solo é definido em função das normas relativas ao regime de atividades, dispositivos de controle das edificações, de infraestrutura, trânsito e parcelamento do solo, que configuram o regime urbanístico e, pelo traçado do Plano Diretor Municipal. O seu § Único estabelece que em projetos urbanísticos específicos, o regime urbanístico poderá ser definido mediante elaboração de lei ordinária própria, em razão de suas características diferenciadas e abrangência que exijam novas formas de uso e ocupação do solo.

A implantação de qualquer uso e atividade, de acordo com o Artigo 2º, dependerá de prévia anuência do Município, que lhe ateste a conformidade do empreendimento com o solo que ocupará. No seu § Único estabelece que as alterações de atividade, de localização ou do objeto social dos empreendimentos existentes deverão ser submetidas à apreciação dos órgãos municipais competentes para verificação da conformidade da alteração com o disposto nesta Lei.

As disposições desta Lei, segundo seu Artigo 3º, deverão ser aplicadas obrigatoriamente: I – na expedição de anuência e viabilidade urbanística, quanto ao uso e ocupação do solo; II – na concessão de licença de construção; III – na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas; IV – na execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes a edificações de qualquer natureza; V – na urbanização de áreas; VI – no parcelamento do solo; VII – no licenciamento ambiental.

Os objetivos da lei são apresentados no Artigo 4º: I – disciplinar e ordenar a ocupação do solo e a distribuição espacial das atividades, prevalecendo o interesse coletivo sobre o particular, considerando: a) o porte do empreendimento; b) os usos estabelecidos para o zoneamento; c) a disponibilidade de infraestrutura; d) o impacto sobre a vizinhança; e) o impacto sobre o sistema viário e de transporte; f) o impacto ambiental; g) o potencial indutor de desenvolvimento socioeconômico; II – regulamentar a implantação das edificações nos lotes e a relação destas com o seu entorno; III – estimular a densificação controlada, associada à perspectiva de otimização e racionalização dos custos de produção da cidade; IV – ordenar o espaço construído, para assegurar a qualidade morfológica da paisagem urbana. V – promover a miscigenação da ocupação do solo com vistas à diminuição de deslocamentos de pessoas e veículos e à qualificação do sistema urbano; VI – reconhecer a cidade informal, por meio de uma política de regularização que envolva o interesse social.

- **Lei Ordinária Nº 2.258/2001**, que dispõe sobre as condições básicas de proteção contra ruídos e dá outras providências.
- **Resolução CONSEMA Nº 001/2022**, que define a tipologia das atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local, normatiza aspectos do licenciamento ambiental de atividades de impacto local no Estado, e dá outras providências.

3.5. Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

As Resoluções do CONAMA que deverão ser atendidas pelo PDUOT são apresentadas a seguir.

- **Resolução CONAMA Nº 417/09**, que dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências.
- **Resolução CONAMA Nº 377/06**, que dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário;
- **Resolução CONAMA Nº 371/096**, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências;
- **Resolução CONAMA Nº 369/06**, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP;
- **Resolução CONAMA Nº 357/05**, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;
- **Resolução CONAMA Nº 430/05**, que dispõe sobre as condições e os padrões de lançamento de efluentes e complementa e altera a Resolução CONAMA Nº 357/2005,
- **Resolução CONAMA Nº 307/02**, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- **Resolução CONAMA Nº 303/02**, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;
- **Resolução CONAMA Nº 278/01**, que dispõe sobre a suspensão de autorizações concedidas de corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção na mata atlântica;
- **Resolução CONAMA Nº 237/97**, que dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental;
- **Resolução CONAMA Nº 009/96**, que define corredores entre remanescentes florestais;
- **Resolução CONAMA Nº 002/96**, que dispõe sobre o ressarcimento de danos ambientais causados por obras de grande porte;
- **Resolução CONAMA Nº 001/94**, que define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração de Mata Atlântica;
- **Resolução CONAMA Nº 013/90**, que estabelece normas referente ao entorno das Unidades de Conservação;
- **Resolução CONAMA Nº 005/88**, que dispõe sobre o licenciamento das obras de saneamento para as quais seja possível identificar modificações ambientais significativas;
- **Resolução CONAMA Nº 009/87**, que estabelece os procedimentos para as Audiências Públicas;

- **Resolução CONAMA Nº 001/86**, que dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental.

3.6. Responsabilidades Institucionais na Gestão Ambiental

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, pertencente à administração direta do Governo do Estado do Espírito Santo e gestora das políticas públicas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, é o órgão responsável pelo gerenciamento das ferramentas que propiciam a melhora das condições ambientais e o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo. Criada pela Lei Nº 4.126/1988 como Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente, em 2002 passou a ser denominada Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos por meio da Lei Complementar Nº 248/2002.

A SEAMA tem entre suas atribuições: apoiar a elaboração de pesquisas, estudos científicos e projetos para a definição de padrões de lançamentos de efluentes líquidos, resíduos sólidos, recursos hídricos, poluição, solos, entre outros parâmetros para o controle das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras. Executa, portanto, as políticas estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos relacionadas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e recursos hídricos, bem como sua fiscalização, monitoramento e controle.

A SEAMA também é responsável por coordenar as ações do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente – CONREMA e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

Vinculado à SEAMA está o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA foi criado pela Lei Complementar Nº 248/2002, entidade autárquica que possui autonomia técnica, financeira e administrativa.

O IEMA tem por finalidade planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente, dos recursos hídricos estaduais e dos recursos naturais federais, cuja gestão tenha sido delegada pela União. A Autarquia gerencia, coordena, implanta e executa a Política Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, expedindo licenças ambientais ou pelo uso da água, analisa, viabiliza, monitora, fiscaliza, cobra, de forma isolada ou com o apoio de outros órgãos, além de propor criações de Unidades de Conservação, como Parques Estaduais, Reservas e Áreas de Proteção Ambiental.

Em Linhares, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais – SEMAM é a responsável por assegurar a promoção do desenvolvimento sustentável do município, formulando e implementando políticas públicas voltadas para a promoção da preservação, conservação e uso sustentável da natureza e seus recursos hídricos. Dentre os principais serviços prestados pela pasta estão a autorização e as licenças para corte de árvores e licenciamento ambiental (outorgado pelo IEMA), além de disponibilizar à comunidade o resultado da balneabilidade de 11 pontos monitorados, que indica condições "Próprias" ou "Impróprias" para banho nas Lagoas Nova, Juparanã e das Palminhas; Pontal do Ipiranga (Riozinho e 1ª, 2ª e 3ª Avenidas); Povoação e Regência (Avenida Principal, Porto e Projeto Tamar).

O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual a SEMAM/IEMA licencia a localização, instalação, operação, ampliação, regularização das empresas, empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

A SEMAM/IEMA está habilitada para o licenciamento ambiental desde 01 de junho de 2011 e o Departamento de Licenciamento Ambiental é o responsável pelo licenciamento das atividades descritas nas Resoluções CONSEMA 02/2016 e a CONAMA 237/1997. As seguintes licenças ambientais são emitidas: i) Licença Municipal Prévia; ii) Licença Municipal de Instalação; iii) Licença Municipal de Operação; iv) Licença Municipal de Operação de Pesquisa; v) Licença Municipal Simplificada; vi) Licença Municipal de Ampliação; vii) Licença Municipal Única; viii) Licença Municipal de Regularização; e ix) Autorização Municipal Ambiental.

A Secretaria conta como sistema Online, quer para dar publicidade e transparência às suas atividades, quer para possibilitar a requisição de licenças ambientais, cadastros técnicos, certidões de tramitações de processos e débitos ambientais, entre outros.

No âmbito do PDUOT caberá à SEAMA o licenciamento do Sistema de Tratamento de Esgotos e, à SEMAM/IEMA, o licenciamento das demais obras do Programa.

3.7. Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental no Brasil foi instituído pela Lei Nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), tendo sido regulamentado pelo Decreto Nº 88.351/1983, (modificado pelo Decreto Nº 99.274/1990), que estabeleceu suas principais diretrizes.

O licenciamento ambiental, mais que um processo administrativo se caracteriza como o processo de acompanhamento sistemático das consequências ambientais da atividade que promovam modificações e danos ambientais. Tal processo se inicia na fase de planejamento da atividade e contempla a emissão de três licenças: i) licença prévia – LP, a licença de instalação – LI e a licença de operação – LO, podendo conter, cada uma delas, restrições que condicionam a execução do projeto à implementação de medidas de controle e mitigação de impactos ambientais. O processo inclui, ainda, rotinas de acompanhamento das licenças concedidas, isto é, fiscalização e monitoramento dos efeitos ambientais do empreendimento, dos componentes essenciais do sistema e do cumprimento das normas técnicas e administrativas que o regulam.

Desde que o licenciamento ambiental foi instituído, uma série de resoluções do CONAMA vem introduzindo diretrizes ao processo de licenciamento, considerando as características do empreendimento e os elementos processuais e administrativos envolvidos. Infelizmente, quer por erro de interpretação dessa resoluções, quer por interesses de toda ordem, os órgãos ambientais estaduais e municipais têm promovido um afrouxamento no processo, reduzindo exigências necessárias para a real avaliação dos impactos, alterando o escopo dos estudos e relatórios ambientais, dispensando a avaliação ambiental de projetos que sabidamente promovem impactos, dispensando a realização de consultas públicas etc. Observa-se, como consequência, além de um flagrante desrespeito à Lei Nº 6.938/1981 e às diretrizes das Resoluções CONAMA Nº 001/86 e Nº 237/97, a instalação de empreendimentos

com viabilidade ambiental questionável pela degradação dos recursos naturais, danos aos ecossistemas e redução da qualidade de vida que promovem.

3.7.1. Licenciamento do Sistema de Esgotamento Sanitário

O licenciamento ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário do PDUOT, composto por rede coletora, estações elevatórias de esgoto bruto - EEEB e estação de tratamento de esgoto – ETE, bem como as áreas de apoio (canteiros de obra, oficinas mecânicas, áreas de abastecimento, garagens etc.) estará a cargo do IEMA, autarquia da SEAMA, pertencente ao Governo do Estado.

A Resolução CONAMA Nº 237/97 inclui, no seu Anexo 1, interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário entre os Serviços de Utilidade sujeitos ao licenciamento ambiental.

De acordo com o § 2º do Artigo 2º dessa Resolução, caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

Por sua vez, segundo o seu Artigo 3º dessa Resolução, a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação. Segundo o seu § Único, o órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.

Segundo interpretação dada pela SEAMA para esses Artigos da Resolução CONAMA Nº 237/97, para estação de tratamento de esgoto não são exigidos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Deste modo por considerar uma ETE como empreendimento não causador de significativa degradação do meio ambiente, afirmação tecnicamente questionável, a SEAMA simplifica o processo de licenciamento ambiental e passa a exigir uma documentação, com características de um Plano de Controle Ambiental – PCA, detalhada em um Termo de Referência confuso e específico para Estação de Tratamento de Esgoto⁵.

Também não são considerados pela SEAMA, o envolvimento e a participação dos grupos sociais afetados e do público em geral, práticas introduzidas nos processos de licenciamento pela Política Nacional do Meio Ambiente e regulamentadas pela Resolução CONAMA Nº 001/86. Esta determina a devida publicação, em jornal oficial do estado e em periódico regional ou local de grande circulação, dos pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão da licença, definindo também os modelos para a publicação.

⁵ Termo de Referência (TR) – Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) – Versão 01/2021, atualizada em agosto/2021.

Nos processos de avaliação de impacto ambiental, o envolvimento e a participação da sociedade devem ser amplos e irrestritos e, para tanto, o RIMA, devidamente fundamentado, deve estar acessível ao público durante o período de análise técnica do EIA e ter prazo determinado para o recebimento de comentários dos órgãos públicos e demais interessados.

A Resolução CONAMA Nº 001/86 também estabelece a possibilidade de serem organizadas audiências públicas, sempre que se julgar necessário, para informações sobre o projeto e seus impactos ambientais, discussão do RIMA e recolhimento de críticas e sugestões.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da divulgação das ações de controle ambiental, reiterado pela Constituição do estado do Espírito Santo e Lei Orgânica do Município de Linhares. Além do mais, é garantia constitucional o direito ao conhecimento e à consulta aos processos administrativos conduzidos por órgão governamental ou entidade pública, por parte de qualquer cidadão que manifeste interesse.

3.7.2. [Licenciamento das Demais Obras da Amostra Representativa do PDUOT](#)

As obras da amostra representativa do Programa consideradas de impacto de âmbito local e com menor impacto ambiental nas fases de implantação e operação deverão ser licenciadas no âmbito municipal, pela SEMAM: i) Avenida Interbairros, com uma extensão de 14,65km de via principal e 5,14km de pistas coletoras que a ligarão aos bairros consolidados da região; ii) obra de arte especial (ponte) para travessia de lagoa; iii) rede de abastecimento de água e reservatórios; e iv) equipamentos públicos de lazer. Esta competência é outorgada ao município pela SEMAM por meio da Resolução CONSEMA Nº 001/2022.

Instrumentos de licenciamento, como Plano de Controle Ambiental - PCA, Autorizações Ambientais – AA e demais procedimentos característicos de um processo de licenciamento simplificado, poderão ser solicitados pela SEMAM e deverão ser elaborados de acordo com termos de referência específicos.

3.8. Temas Sociais – Quadro Legal e Institucional Aplicável ao Programa

3.8.1. [Direitos Humanos](#)

A Constituição Federal de 1988 garante os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos. Essa garantia é explicitada logo no primeiro artigo, que estabelece o princípio da cidadania e da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Já no Artigo 5º é estabelecido o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade e outros importantes direitos fundamentais, tanto individuais ou coletivos.

Como reflexo da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH de 1949 da ONU e da própria Constituição de 1988, várias leis foram aprovadas para garantir os direitos humanos a grupos que requerem maior atenção: Lei Orgânica de Assistência Social (Lei Nº 8742/93), que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil, grande avanço no sentido de garantir benefícios a pessoas desamparadas, como idosos e portadores de deficiência; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8069/90), que garante às crianças e aos adolescentes (respectivamente, pessoas até os 12 e 18 anos) direitos especiais de proteção; Lei Nº 8080/90 que institui o SUS (Sistema Único de Saúde),

garante aos brasileiros o acesso gratuito e universal à saúde, sendo também um reflexo direto da DUDH de 1949 e um desdobramento da Constituição Federal de 1988.

3.8.2. Igualdade de Gênero e Diversidade

A partir da Constituição de 1988 ficou estabelecido que as mulheres, assim como os homens, têm direito a: i) adquirir o domínio por usucapião urbano de imóvel ocupado como moradia por mais de 5 anos; ii) o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil; iii) condições similares para imóveis distribuídos por reforma agrária; e iv) apoiando a preservação da família, homens e mulheres recebem pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. Igualmente em benefício da saúde da mulher e da família, foi estabelecida a licença maternidade de 120 dias.

O **Código Civil de 2002**⁶ ampliou a paridade entre homens e mulheres determinando que ambos são igualmente chefes de família, compartilhando direitos e deveres. No status anterior observava-se flagrante desigualdade existente entre homem e mulher, atribuindo-se ao marido a chefia da sociedade conjugal, o dever de manutenção da família, a representação legal da família, a administração dos bens comuns e particulares da mulher, o direito de fixar e mudar o domicílio da família, o direito de autorizar ou não a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal.

Com o novo Código Civil, a mulher deixou de ser uma colaboradora do marido, que detinha a chefia da família. Desse momento em diante a direção da sociedade conjugal passa a ser exercida por ambos, marido e mulher, em colaboração e igualdade. Entende-se que deve ser respeitado o interesse maior da família e, se houver alguma divergência, qualquer um dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá considerando os interesses do casal e dos filhos.

A **Lei Nº 11.340/2006**, dispõe de mecanismos para coibir a violência doméstica contra mulheres. Conhecida como Lei Maria da Penha⁷, tipifica e estabelece punição a cinco tipos de violência praticada contra mulheres: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A **Lei Nº 12.015/2009**, Código Penal, no seu Artigo 216-A considera *crime constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função*.

A **Lei Nº 13.718/2018** tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

A **Lei Nº 7.716/1989** define os crimes de preconceito de raça ou cor e pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de origem, raça, sexo, cor, idade.

⁶ Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

⁷ A referência homenageia Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo da luta contra a agressão a mulheres, vítima de violência doméstica que resultou em paraplegia.

O crime de racismo se configura quando alguém se recusa ou impede o acesso de uma pessoa a estabelecimentos comerciais, bem como entradas sociais, ambientes públicos, e também quando nega um emprego. Descrito na Constituição assim como nessa lei, racismo é crime inafiançável e imprescritível. Dessa forma, quem praticou pode ser punido independente de quando cometeu o crime. Como ação afirmativa de inclusão da população negra (somatória de indivíduos pretos e pardos, IBGE/) no sistema educacional brasileiro, foi criada a **Lei 12.711/12**, que determina a criação de cotas em universidades públicas para a população negra. Para maior presença no campo de trabalho, foi determinada, também, uma cota relacionada a concursos públicos, através da **Lei 12.990/14, que destina** 20% das vagas oferecidas nos concursos para essa população.

3.8.3. Diversidade de Gênero – População LGBTQIA+

A legislação brasileira não estabelece regramento específico para o público LGBTQIA+. No entanto, decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal garantem: i) registro de união estável para casais homoafetivos; ii) que casais homoafetivos sejam candidatos a adoção de crianças e adolescentes; e iii) certidão de nascimento dos filhos que registre como pais ou como mães os nomes dos dois; Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (23.659/21) garante o direito das pessoas transgênero de fazer constar no cadastro eleitoral o nome social e a identidade de gênero.

3.8.4. Pessoas com Deficiência – PcD

O **Decreto Nº 5.296/2004**, dispõe sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

A **Lei Nº 13146/2015**, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, definindo obrigações do Estado e direitos associados a PcD, como: i) atendimento prioritário em serviços de saúde e assistência; ii) isenção de impostos federais e estaduais para aquisição de equipamentos e veículos; iii) reserva de postos de trabalho em empresas públicas ou privadas, num percentual associado ao número de trabalhadores; e iv) auxílio de 01 salário-mínimo à pessoa com deficiência com renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo.

3.8.5. Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas

A Constituição Federal de 1988 (Artigos 231 e 232) reconheceu direitos dos povos indígenas, como o direito à terra originária, direitos políticos, autodeterminação, preservação cultural, educação e saúde. Os povos indígenas detêm a posse permanente e o usufruto dos bens naturais contidos nos territórios originários, porém a propriedade é da União – são classificadas como bem público de uso especial. São terras não alienáveis e indisponíveis a quaisquer outros que não as etnias indígenas que habitam o território.

A Lei Nº 6001/73 do Estatuto do Índio estabeleceu direitos de proteção à população indígena; O Decreto Nº 1775/96 estabelece os mecanismos de proteção e determina as condições e etapas para demarcação dos territórios indígenas.

Compete à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão federal criado em dezembro de 1967, a aplicação da política indigenista do país. A FUNAI está vinculada ao Ministério da Justiça. Nos termos do Decreto Nº 1775/96, o processo de demarcação de terras indígenas segue as

seguintes etapas principais: i) tem início no âmbito da FUNAI; ii) o Ministério da Justiça emite a declaração dos limites do território; iii) a Presidência da República sanciona os limites declarados; e iv) uma vez demarcadas, as terras indígenas são incluídas na Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

As disposições transitórias da Constituição de 88, Artigo 63, estabeleceram o direito à terra dos quilombos ocupados, com título a ser emitido pelo Estado.

O Decreto Nº 4.887/2003 regulamenta o Artigo 63 da Constituição, que reconhece as comunidades tradicionais remanescentes de escravos – quilombos – e estabelece direitos específicos para identificação, reconhecimento, delimitação, determinação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas. O processo se inicia com a autodeclaração da comunidade que é feita junto à Fundação Cultural Palmares, que emite Certificação Quilombola.

O Decreto Presidencial Nº 6040/2000 reconhece a existência formal das chamadas populações tradicionais, ampliando o reconhecimento feito parcialmente na Constituição de 1988 (somente indígena e quilombola), e institui a "Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais" – PNPCT, subordinada ao Ministério do Meio Ambiente. São consideradas como população tradicional: extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, pantaneiros e outros.

3.9. Desastres Naturais e Mudanças Climáticas

A Lei Nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e estabelece seus princípios objetivos, diretrizes e instrumentos. A PNMC visa, entre outros: a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático; a redução das emissões antrópicas de GEE, a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança climática e a conservação e recuperação dos recursos ambientais, incluindo expansão de áreas protegidas e incentivos ao reflorestamento e a recomposição da vegetação em áreas degradadas.

A lei estabelece diretrizes em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e demais acordos e documentos sobre o tema dos quais o país é signatário, e estabelece como instrumentos o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e os Planos de Ação para prevenção e controle do desmatamento nos biomas (regulamentado mediante Decreto No 10.142/2019).

Mediante o Decreto Presidencial Nº7.513/2011 cria-se o CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - unidade de pesquisa do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação - para consolidar o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais (PNGRRD) e implantar um sistema de alertas antecipados da probabilidade de ocorrência de desastres naturais associados a fenômenos naturais.

No escopo do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, o CEMADEN monitora 959 municípios em todas as regiões brasileiras⁸. O Centro emite relatórios periódicos de análise dos diversos riscos, sendo pelo menos mensais para os riscos de seca e impactos na agricultura⁹.

3.10. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

A legislação de proteção ao patrimônio público de interesse cultural, artístico, arqueológico e arquitetônico teve início na década de 1930, com o Decreto Lei Nº25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo os bens que o constituem, dentre eles, os arqueológicos. Desde então, novas leis voltadas à proteção desse patrimônio foram aprovadas e deverão ser cumpridas pelo PDUOT, conforme segue.

- **Lei Federal Nº 3.924/1961**, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, estabelecendo que todo e qualquer monumento no território nacional ficam sob a guarda e proteção do Poder Público.
- **Constituição Federal de 1988**, que no Artigo 216 define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- **Decreto Nº 3.551/2000**, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

3.11. Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID – MPAS

O PDUOT deve atender os requisitos do novo Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID – MPAS¹⁰, vigente a partir de 1 de novembro de 2021 e que norteia as operações de empréstimo do BID, na proteção das pessoas e do meio ambiente, estabelecendo os papéis e responsabilidades do BID e dos mutuários na gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais de projetos financiados.

Especificamente, o MPAS abrange os seguintes pontos: i) estabelece os padrões ambientais e sociais que devem ser implementados e gerenciados nos projetos financiados pelo BID; ii) requer a aplicação de uma hierarquia de mitigação na concepção do projeto e no desenvolvimento das medidas mitigadoras, para antecipar e evitar impactos adversos sobre trabalhadores, comunidades e meio ambiente, ou onde não for possível evitar, minimizar tais impactos. Onde os impactos residuais permanecerem, os mutuários devem compensar esses riscos e impactos; iii) requer e oferece meios para que os mutuários se envolvam com as partes

⁸ [Municípios Monitorados – Cemaden](#)

⁹ [Monitoramento – Cemaden](#)

¹⁰ O MPAS pode ser encontrado no site: <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-2131049523-11>

interessadas (pessoas afetadas pelo projeto e outras partes interessadas) durante todo o ciclo do projeto; e iv) estabelece uma abordagem operacional que facilita o engajamento e as parcerias técnicas e financeiras com outras instituições, públicas ou privadas.

O MPAS define dez Padrões de Desempenho Ambiental e Social – PDAS específicos, para evitar, minimizar, reduzir, ou mitigar impactos e riscos ambientais e sociais adversos dos projetos financiados. Esses PDAS descrevem os requisitos que a Unidade de Gestão do Programa - UGP deve atender no desenvolvimento e implementação dos projetos. São eles:

- PDAS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais;
- PDAS 2: Mão de Obra e Condições de Trabalho;
- PDAS 3: Eficiência de Recursos e Prevenção de Poluição;
- PDAS 4: Saúde e Segurança da Comunidade;
- PDAS 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário;
- PDAS 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos;
- PDAS 7: Populações Indígenas;
- PDAS 8: Patrimônio Cultural;
- PDAS 9: Igualdade de Gênero; e
- PDAS 10: Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

PDAS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais. Estabelece os preceitos para conduzir o processo de avaliação ambiental e social e a gestão dos riscos e impactos e para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS, a ser implantado e gerenciado pelo mutuário durante todo o ciclo de vida do Programa.

Especificamente, o PDAS 1 define diretrizes para: i) identificar e avaliar riscos e impactos ambientais e sociais do projeto; ii) adotar uma hierarquia de mitigação e uma abordagem cautelar para antecipar e evitar impactos adversos sobre trabalhadores, comunidades e meio ambiente. Onde não for possível evitar, minimizar e, onde permanecerem os impactos residuais, compensar os riscos e impactos, conforme apropriado; iii) promover melhor desempenho ambiental e social por meio do uso eficaz de sistemas de gestão; iv) garantir que as queixas das pessoas afetadas pelo projeto e as comunicações externas de outras partes interessadas sejam respondidas e gerenciadas adequadamente; e v) promover e fornecer meios para o envolvimento adequado com as pessoas afetadas pelo projeto e outras partes interessadas ao longo do ciclo do projeto, em questões que possam potencialmente afetá-las, e garantir que as informações ambientais e sociais relevantes sejam divulgadas e disseminadas.

O processo de avaliação dos riscos e impactos ambientais e sociais devem incluir aqueles relacionados aos direitos humanos, gênero e riscos naturais e mudança climática, complementando a avaliação com estudos adicionais específicos, quando necessário. O SGAS, por sua vez, incorpora os seguintes elementos: i) estrutura específica ao projeto ambiental e social; ii) identificação de riscos e impactos; iii) programas de gestão; iv) capacidade e competência organizacional; v) preparação e resposta a emergências; vi) engajamento de partes interessadas; e vii) monitoramento e avaliação.

O SGAS deverá conter ao menos os seguintes elementos: i) procedimentos de identificação dos riscos e impactos socioambientais para todos os tipos de intervenções; ii) os programas de controle e mitigação de impactos específicos para cada tipo de intervenção do PDUOT; iii)

definição dos modelos de gestão, funções e responsabilidades, de acordo com a capacidade e competência organizacional de cada órgão executor; iv) programas de resposta a emergências; v) planos de engajamento de partes interessadas; e vi) procedimento para monitoramento, revisão e avaliação do desempenho ambiental e social do Programa. Além disso, o SGAS deverá definir os requisitos de análise, licenciamento e autorizações a serem cumpridos para os distintos tipos de atividades e intervenções financiadas no PDUOT em conformidade com a legislação ambiental e social vigente. O MPAS e suas Diretrizes detalham os preceitos e orientações sobre cada um desses elementos.

PDAS 2: Mão de Obra e Condições de Trabalho. Este padrão estabelece os requisitos e exigências de saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores envolvidos com a execução dos projetos como abordagem sistemática para melhorar a gestão dos riscos e impactos relacionados com a mão de obra e condições de trabalho identificados durante o processo de Avaliação Ambiental e Social. Estes requisitos são guiados em parte, por várias convenções e instrumentos internacionais, incluindo os da Organização Internacional do Trabalho – OIT e das Nações Unidas – ONU com o objetivo de assegurar o respeito e proteção dos direitos e princípios fundamentais dos trabalhadores, prevenir o trabalho infantil e trabalho forçado, e assegurar os meios necessários e efetivos de levantar e abordar preocupações de trabalho, entre outros aspectos.

PDAS 3: Eficiência de Recursos e Prevenção de Poluição. Descreve os requisitos para a gestão dos recursos ambientais e a prevenção e controle da poluição, com o objetivo de evitar ou minimizar os impactos adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente, promover o uso mais sustentável dos recursos, reduzir ou evitar as emissões de GEE relacionadas ao projeto e minimizar os riscos e impactos associados ao uso de agrotóxicos. Como exigências, deverão ser consideradas as condições ambientais e aplicados os princípios e viabilidades técnicas viáveis técnica e financeiramente em termos de eficiência de recursos e prevenção de poluição que sejam mais adequados para evitar ou, quando não for possível, minimizar os impactos adversos à saúde humana e ao meio ambiente. Os princípios e técnicas aplicados durante o ciclo de vida do projeto serão adaptados aos perigos e riscos associados à natureza do projeto e consistentes com as boas práticas internacionais da indústria – GIIP, conforme refletidas em várias fontes internacionalmente reconhecidas, incluindo as Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – EHS do Grupo Banco Mundial.

PDAS 4: Saúde e Segurança da Comunidade. Estabelece os requisitos para identificar e mitigar a potencial exposição da comunidade a riscos e impactos causados pelo projeto, incluindo aqueles causados por desastres naturais e mudanças climáticas. Objetiva antecipar e evitar impactos adversos na saúde e segurança das pessoas afetadas em circunstâncias rotineiras e não rotineiras pelo projeto durante o ciclo de vida do projeto; garantir a salvaguarda de pessoas e propriedades em consonância com os princípios de direitos humanos e evitar impactos adversos sobre o projeto em si, por conta de desastres naturais e mudanças climáticas durante a vida do projeto.

PDAS 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário. Este padrão aborda os potenciais impactos da aquisição de terras relacionada ao projeto, incluindo as restrições ao uso da terra e acesso aos seus ativos e recursos, o que pode causar descolamento físico (realocação, perda de terreno residencial ou perda de abrigo) e/ou deslocamento econômico (perda de terreno, bens ou acesso a bens, incluindo aqueles que levam à perda de fontes de

renda ou outros meios de subsistência). Os princípios que regem este PDAS envolvem: evitar ou minimizar o deslocamento; evitar relocação forçada; antecipar, evitar ou minimizar os impactos adversos da aquisição, aplicando medidas de compensação, redução de interrupção de serviços, e assegurando a divulgação, participação e consulta informada das pessoas afetadas; melhorar ou restaurar os meios de subsistência e os padrões de vida das pessoas deslocadas; e proporcionar os meios para melhorar as condições de vida das pessoas fisicamente deslocadas. Nesse contexto, os projetos com impactos sociais potenciais adversos significativos quanto a este PDAS, ou seja, que exigem reassentamento involuntário de comunidades beneficiárias do Programa, **não serão elegíveis** para financiamento.

PDAS 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos. Estabelece as diretrizes e os requisitos de proteção e conservação da biodiversidade, de manutenção dos serviços ecossistêmicos e de gestão sustentável dos recursos naturais vivos, guiados pela Convenção Mundial sobre Diversidade Biológica.

Com base no processo de identificação de riscos e impactos, os requisitos deste PDAS são aplicados a projetos: i) localizados em habitats modificados, naturais e críticos; ii) que potencialmente impactam ou dependem de serviços ecossistêmicos sobre os quais o mutuário tenha controle direto da administração ou influência significativa; ou iii) que incluam a produção de recursos naturais vivos (por exemplo, agricultura, pecuária, pesca e silvicultura). Tomando em conta essas diretrizes, não são financiadas obras ou atividades que envolvem conversão significativa e, ou, degradação em habitats naturais, impactos adversos em habitats críticos ou impactos ambientais significativos, irreversíveis e sem precedentes sobre serviços ecossistêmicos.

PDAS 7: Povos Indígenas (e comunidades tradicionais). Este Padrão de Desempenho objetiva: garantir o pleno respeito pelos direitos humanos, direitos coletivos, dignidade, aspirações, cultura e meios de subsistência baseados nos recursos naturais dos Povos Indígenas; antecipar e evitar impactos adversos de projetos em comunidades de Povos Indígenas, ou quando inevitáveis, minimizar e/ou compensar tais impactos; promover os benefícios e oportunidades do desenvolvimento sustentável para os povos indígenas de uma maneira culturalmente apropriada; e estabelecer e manter um relacionamento contínuo com base na Consulta e Participação Informada – ICP de uma maneira culturalmente apropriada com os Povos Indígenas afetados por um projeto ao longo do seu ciclo de vida.

As comunidades quilombolas e comunidades tradicionais são reconhecidas como povos tradicionais¹¹ e tratados como povos indígenas para efeito deste PDAS.

PDAS 8: Patrimônio Cultural. Este PDAS contém diretrizes e requisitos detalhados para a proteção de sítios de valor cultural tangível e intangível. Segundo essas diretrizes, projetos ou atividades que resultem em degradação de bens e valores sociais e culturais relevantes, tais como edificações e sítios históricos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos e arqueológicos, não são elegíveis para financiamento pelo PDUOT. Além de cumprir a lei aplicável à proteção

¹¹ **Povos tradicionais** são grupos ou comunidades que possuem padrões de propriedade e uso da terra que reconhecem a lei consuetudinária, direitos consuetudinários de propriedade de acordo com suas estruturas de cosmovisão e governança. Essas estruturas são culturalmente distintas, tradicionalmente possuídas e frequentemente mantidas em comunidade. Para os fins do MPAS, os povos tradicionais são tratados como povos indígenas. (MPAS, glossário, página 29, BID, setembro de 2020).

do patrimônio cultural, o Mutuário deve identificar e proteger o patrimônio cultural, assegurando que práticas internacionalmente reconhecidas para a proteção, estudos de campo e documentação do patrimônio cultural sejam implementados. Onde o processo de identificação de riscos e impactos determinar que há uma chance de impactos no patrimônio cultural, o Mutuário deverá contratar profissionais competentes para auxiliar na identificação e proteção do patrimônio cultural.

PDAS 9: Igualdade de Gêneros. Este PDAS trata da igualdade de gênero e estabelece as diretrizes e requisitos para: antecipar e prevenir riscos e impactos adversos com base em gênero, orientação sexual e identidade de gênero e, quando inevitáveis, mitigar ou compensar estes impactos; lograr incluir todas as pessoas nos benefícios dos projetos. Para tanto, deverão ser estudadas oportunidades de promover a igualdade e gênero e prevenir impactos relacionados a gênero, por meio de medidas e procedimentos que incluem: i) revisar e monitorar indicadores relacionados a gênero; ii) identificar e abordar os impactos adversos e o risco de exclusão com base no gênero; iii) incluir mulheres e homens nos processos de consulta; e iv) cumprir a legislação aplicável relativa à igualdade entre homens e mulheres.

PDAS 10: Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações. Este PDAS estabelece as diretrizes e exigências para desenvolver e implementar um Plano de Engajamento das Partes Interessadas – PEPI como uma abordagem sistemática e permanente durante o ciclo de vida dos projetos, que responda à natureza e escala do Programa e seus riscos e impactos potenciais, incluindo os seguintes elementos: i) análise e planejamento das partes interessadas, com mapeamento dos atores envolvidos e destaque para a inclusão de grupos vulneráveis ou desfavorecidas; ii) plano de engajamento, garantindo formas de participação desses grupos e medidas diferenciadas para a sua participação efetiva; iii) divulgação e disseminação de informações; iv) processo de consulta significativa e participação; v) comunicação externa para receber e registrar participações com o público, rastrear e avaliar as questões levantadas e as soluções aplicadas e rastrear e documentar as respostas; vi) mecanismo de recepção e resolução de queixas para receber e facilitar a resolução de preocupações e reclamações sobre o desempenho ambiental e social do PDUOT; e vii) procedimento para reportar às partes interessadas o progresso na implementação dos programas de gestão ambiental e social e a solução de problemas específicos e questionamentos de pessoas e comunidades afetadas pelas intervenções.

Há que se considerar, ainda, a OP.102 - Política de Acesso à Informação do BID – OP-102 que tem por objetivo maximizar o acesso à informação pelo público beneficiado pelo PSI e presente nas suas áreas de influência. Tal informação deve ser divulgada no tempo e na forma adequados para melhorar a sua transparência e, para tanto, a OP-102 considera que todos os documentos produzidos pelo Banco serão disponibilizados ao público, a exceção de informações relacionadas como confidenciais e listadas na Operação.

Assim, o Programa com as principais características dos seus projetos, bem como os estudos ambientais e sociais relacionados deverão ser amplamente divulgados, antes da realização das Consultas Públicas. Estes documentos também deverão ser publicados no site da Prefeitura Municipal de Linhares.

No Quadro Nº 1 são apresentadas as medidas de salvaguardas ambientais e sociais que devem ser cumpridas pelo PSI para o atendimento do MPAS.

Quadro Nº 1: Atendimento dos PDAS do MPAS do BID pelo PSI por meio do MGAS

MARCO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS - MPAS		
Padrão de Desempenho	Incidência no Programa	Medidas e salvaguardas de cumprimento
PDAS #1 Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais	<ul style="list-style-type: none"> A classificação do Programa na Categoria B aciona o Padrão, e a necessidade de avaliação ambiental das intervenções e obras do Programa; Como programa de obras múltiplas, durante a preparação da operação é necessário elaborar um MGAS que definirá as regras e requisitos para formulação e execução dos investimentos e intervenções dos componentes; A capacidade de gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais do Executor é moderada; Implantação de um SGAS para o PDUOT, para a gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais do Programa; e O programa envolve atividades que poderão desencadear impactos de médio e longo prazo exercendo pressão sobre os ecossistemas; essa pressão pode ser gerada pelo incremento de ocupação urbana ao longo da Avenida Interbairros e sistemas de saneamento sem manutenção periódica. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborada a AAS dos projetos da amostra representativa e respectivo PGAS e este MGAS que se aplica às intervenções fora da amostra. O SGAS regerá a execução do Programa quanto às salvaguardas ambientais e sociais, juntamente com o MGAS. Estes dois documentos serão incorporados ao Regulamento Operacional do Programa; Foi realizada análise das competências e capacidade institucional do executor para a gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais; A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP estabelecerá uma estrutura ambiental e social abrangente, compatível para a implementação do SGAS e com as funções e responsabilidades dos demais órgãos envolvidos na execução do Programa; Está sendo desenvolvido um SGAD que será implantado e mantido pelo Executor durante o ciclo de vida do Programa. Esse SGAS inclui os requisitos e procedimentos de análise de impactos, licenciamento e autorizações para as distintas atividades e intervenções do PDUOT, em conformidade com a legislação ambiental e social, e as medidas de mitigação e gestão aplicáveis em conformidade com o PDAS; Serão incorporados aos contratos de obras os procedimentos de controle ambiental, que serão exigidos para a liberação dos recursos. Estes procedimentos dizem respeito ao atendimento da legislação ambiental e trabalhista pertinentes (p. ex.: licenciamento das obras, disposição de resíduos, saúde e segurança etc.); Para os projetos das fases subsequentes do Programa, o MGAS prevê a elaboração de avaliação ambiental e social das intervenções que assim o requerem, de acordo com os programas de gestão e requisitos ambientais e sociais estabelecidos no MGAS. Em todos os casos, serão realizadas consultas públicas por região de incidência dos projetos; Critérios de Elegibilidade e Exclusão Ambiental e Social – CEA, estabelecidos no MGAS e s incluídos no ROP; Ao término da preparação dos documentos de avaliação e gestão socioambiental do Programa, se necessário, será elaborado um PAAS com as ações necessárias para atender aos PDAS de acordo com condicionantes a serem especificados no contrato de empréstimo.

Quadro Nº 1: Atendimento dos PDAS do MPAS do BID pelo PSI por meio do MGAS (Continuação)

MARCO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS - MPAS		
Padrão de Desempenho	Incidência no Programa	Medidas e salvaguardas de cumprimento
PDAS #2 Mão de Obra e Condições de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciais impactos relacionados a condições de trabalho, descumprimento da legislação trabalhista com relação a trabalho infantil ou forçado; • Potenciais riscos de acidentes, atração de doenças no curso dos trabalhos; • O SGAS contempla medidas específicas relacionadas às condições de mão de obra e trabalho do MGAS; • As medidas de salvaguardas se aplicam aos empregados da Prefeitura Municipal de Ourinhos, empresas construtoras e empresas e prestadores de serviço terceirizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • O MGAS e o SGAS incluem políticas e procedimentos de gerenciamento de mão de obra, sua força de trabalho, estabelecidos nos programas específicos os seguintes programas: i) Controle Ambiental das Obras; ii) Programa de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada; iii) Programa de Saúde dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas; e iv) Normas de Conduta dos Trabalhadores na Construção. Todos esses procedimentos se aplicam aos trabalhadores subcontratados pela empresa construtora p\ou para trabalhos terceirizados e funcionários da administração municipal de Linhares; • Não será permitido o emprego de crianças e o trabalho forçado, que consiste em qualquer trabalho ou serviço que não seja executado voluntariamente ou exigido sob ameaça de força ou penalidade; e • Nas obras do PDUOT será garantido um ambiente de trabalho seguro e saudável, considerando os riscos inerentes às obras e classes específicas de perigos, e as ameaças às mulheres, pessoas de identidade de gêneros ou orientação sexual diversas, com deficiência, crianças e trabalhadores migrantes.
PDAS #3 Eficiência de Recursos e Prevenção de Poluição	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial impacto localizado com poluição do ar, disposição de RCC e contaminação das águas durante as obras do programa, devido à operação de máquinas e equipamentos ao longo da Avenida Interbairros durante as obras; • Potenciais impactos cumulativos de médio e longo prazos devido às intervenções das obras e aumento do trânsito na Avenida Interbairros; • Os depósitos irregulares de resíduos domésticos existentes nas áreas de influência do Programa estão sendo recuperadas pela PMO e deverão oferecer riscos aos componentes do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • A prevenção de poluição e dos impactos sobre a saúde é explicitada nos programas do MGAS: i) Controle Ambiental das Obras - PCAO; ii) Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada; iii) Saúde dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas; iv) Normas de Conduta dos Trabalhadores na Construção; e vi) Gestão dos Resíduos da Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC); e • Inclusão, no memorial descritivo das obras e no PCAO, dos procedimentos de controle ambiental das obras e disposição de resíduos (resíduos domésticos, da construção civil e perigosos). Esse controle será parte integrante dos editais de licitação, especificando o manejo dos resíduos e efluentes dos projetos. Tal procedimento é exigência para a liberação dos recursos.
PDAS #4 Saúde e Segurança da Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos e impactos menores à saúde e segurança das comunidades, durante execução das obras do PDUOT, devido à exposição de materiais perigosos; influxo de trabalhadores externos; • Riscos de perigos de enchentes no período das obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • O MGAS e o PGAS da Amostra incluem requisitos de implantar plano de resposta a emergências e contingências relacionadas às obras, a serem desenvolvidos como parte dos estudos financiados no componente 1 do Programa; • Consultas Públicas significativas com a população potencialmente afetada; • Não haverá interferências em ecossistemas protegidos ou áreas de risco, eliminando qualquer risco à saúde e segurança da comunidade.

Quadro Nº 1: Atendimento dos PDAS do MPAS do BID pelo PSI por meio do MGAS (Continuação)

MARCO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS - MPAS		
Padrão de Desempenho	Incidência no Programa	Medidas e salvaguardas de cumprimento
PDAS #5 Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário	<ul style="list-style-type: none"> As intervenções previstas no Programa não acionam esse Padrão de Desempenho. Haverá alteração no uso da terra ao longo da Avenida Interbairros, que passa de rural a urbano. Essa mudança de uso não implica em reassentamento de famílias ou atividades econômicas, tratando-se de terrenos vazios. A área de obra da ETE foi desapropriada e é parte do Decreto de Utilidade Pública – DUP do perímetro do Programa 	<ul style="list-style-type: none"> Não está prevista aquisição ou uso de áreas para obras que impliquem o reassentamento de famílias, e, portanto, o Padrão não será acionado por reassentamento de famílias; Critérios de elegibilidade excluem ações do Programa em terras que resultem em reassentamento involuntário de população ou atividade econômica/institucional; Os projetos de saneamento comunitário serão divulgados em consulta participativa em cada comunidade beneficiada e sua localização será explicitada pela UCP, informando os critérios técnicos que determinam sua implantação.
PDAS #6 Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos	<ul style="list-style-type: none"> Potencial impacto localizado em habitats modificados e naturais de valor para a biodiversidade (Áreas de APP e ecossistemas específicos como remanescentes de vegetação natural) decorrente das obras de infraestrutura urbana Potencial impacto de médio e longo prazo devido à manutenção insuficiente dos parques lineares no entorno das lagoas e consequente degradação de APPs; Potencial impacto à Floresta Nacional de Guaytacazes. 	<ul style="list-style-type: none"> O Programa contempla ações específicas para recuperação de matas ciliares como investimento do componente 1, e de áreas de preservação permanente no entorno de lagoas no perímetro urbano Não serão financiadas obras ou atividades que envolvem conversão e/ou degradação em habitats naturais críticos ou impactos ambientais significativos, irreversíveis e sem precedentes sobre habitats naturais e os serviços ecossistêmicos que prestam. Especial atenção deve ser dada para a integridade da área de amortização da FLONA Goytacazes, que está incluída parcialmente na área de influência indireta do Programa. Não serão financiadas no âmbito do PDUOT ações que comprometam essa unidade de conservação. Os usos permitidos e medidas de conservação da FLONA estão definidos em Plano de Manejo aprovado e já referido na AAS e SGAS do PDUOT O MGAS contempla diretrizes para recomposição de habitats naturais, em consonância com as ações de recomposição das margens das lagoas. Para intervenções identificadas fora da Amostra Representativa, os PGAS das obras deverão incluir medidas para compensação ou recomposição de habitats naturais que inclui contabilizar a superfície de habitats naturais afetados pela construção (inclusive áreas de canteiro ou empréstimo) e as ações para compensar a perda de biodiversidade, de forma a assegurar que resulte em zero de perda líquida. Nenhuma obra do programa será implantada na área de amortecimento da Floresta Nacional de Goytacazes; Todos os requisitos do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Goytacazes serão atendidos pelo Programa.

Quadro Nº 1: Atendimento dos PDAS do MPAS do BID pelo PSI por meio do MGAS (Continuação)

MARCO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS - MPAS		
Padrão de Desempenho	Incidência no Programa	Medidas e salvaguardas de cumprimento
PDAS #7 Povos Indígenas (comunidades tradicionais – quilombolas e pescadores)	<ul style="list-style-type: none"> O Programa não aciona esse padrão; não foram localizadas comunidades indígenas ou tradicionais no perímetro de afetação de obras e área de influência direta - AID. 	<ul style="list-style-type: none"> Não haverá afetação adversa de povos indígenas ou tradicionais por ações do Programa. Critérios de elegibilidade/exclusão abarcam proibir a aquisição ou restrição de uso da terra em áreas de comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais.
PDAS #8 Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Possíveis riscos de danos ao patrimônio cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> Não serão elegíveis para financiamento do PDUOT projetos ou atividades que resultem em degradação de bens e valores sociais e culturais relevantes, tais como edificações e sítios históricos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos e arqueológicos. No PGAS dos projetos da Amostra Representativa constam os procedimentos de salvamento de achados fortuito de vestígios históricos e arqueológicos obrigatórios estipulados pelo IPHAN; O MGAS inclui o Programa de Monitoramento, Preservação e Resgate Fortuito que constará dos procedimentos de controle ambiental dos contratos de obras; e Se durante o processo de identificação de riscos forem identificados riscos ao patrimônio cultural, o IPHAN deverá ser consultado.
PDAS #9 Igualdade de Gêneros	<ul style="list-style-type: none"> Riscos e impactos associados à violência por razões de gênero; Riscos de barreiras ou de exclusão ou de participação equitativa, especificamente para mulheres, população LGBTQIA+; Risco de exclusão das mulheres como protagonistas nas oportunidades de trabalho nas obras; e Risco de exclusão de portadores de deficiências. 	<ul style="list-style-type: none"> O MGAS inclui Estratégia de Gênero e Diversidade baseada nos diagnósticos de gênero e diversidade; são ações para a diminuição da brecha de gênero aplicáveis e incorporadas ao MGAS. Os resultados do estudo subsidiaram as medidas de proteção, oportunidades de apoio à participação de mulheres e a adoção de códigos de conduta que estão incorporados ao MGAS; e O processo de consulta do Programa inclui formas de comunicação e os meios de participação das mulheres com locais, horários e convites específicos e respeitando a diversidade de rotinas e responsabilidades familiares. Procedimentos usuais de acessibilidade e atendimento deverão ser adotados em cada evento de consulta: apoio de monitores e recreadores para crianças durante o período necessário para a participação de seus familiares no evento; rampas e/ou elevador de transporte para cadeirantes; tradução simultânea em LIBRAS; banheiros acessíveis et

MARCO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS - MPAS

Padrão de Desempenho	Incidência no Programa	Medidas e salvaguardas de cumprimento
PDAS #10 Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações	<ul style="list-style-type: none"> Requer um processo de consulta com as partes interessadas durante a preparação do Programa; O SGAS deve incluir um Programa de Engajamento das Partes Interessadas; A diversidade do público-alvo do Programa pressupõe a necessidade de formatos diferenciados de divulgação de informações e processo de consulta permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> As minutas da AAS/PGAS e do MGAS serão objeto de consulta significativa com as partes interessadas antes da aprovação da operação de empréstimo pelo BID; O MGAS e o SGAS incluem Programa de Divulgação e Consultas Públicas com formatos diversos de divulgação das informações, recebimento de dúvidas e sugestões do público e incorporação do que couber na gestão social do Programa; Mecanismo de Resolução de Queixas (MRQ) – seguimento permanente das diretrizes de consulta significativa entre as partes. É parte do processo de consulta pública permanente, da preparação à implantação das obras e outras ações do Programa;

IV. POTENCIAIS IMPACTOS E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO PDUOT

Os potenciais impactos e riscos socioambientais do PDUOT, apresentados a seguir, decorrem da Avaliação Ambiental e Social – AAS realizada para os projetos da amostra representativa, das informações obtidas da análise das obras e atividades previstas para o Programa e do diagnóstico dos meios físico, biótico e social das suas áreas de influência.

Trata-se, portanto, de uma avaliação preliminar uma vez que os impactos específicos das futuras intervenções serão avaliados por meio de estudos ambientais (AAS, PGAS, EIA/RIMA etc.) peculiares dessas intervenções.

Dessa forma, determinou-se que Programa apresenta um risco pequeno de desastres em razão das mudanças climáticas e que os impactos ambientais e sociais negativos são leves a moderados, localizados e no geral de curto prazo, e para os quais existem medidas eficazes e conhecidas de controle e mitigação, prontamente disponíveis.

Durante a fase de construção, os riscos e impactos adversos potenciais associados são de curto a médio prazo, reversíveis, e podem ser mitigados por meio da concepção e implementação de medidas de mitigação relevantes e adequadamente planejadas, como as recomendadas este MGAS.

Por conseguinte, o PDUOT foi classificado na Categoria B, de risco moderado, pelo BID.

Com exceção dos projetos da amostra representativa, os detalhes e locais específicos dos demais investimentos previstos serão confirmados durante a implementação do Programa. Dessa forma é estabelecida uma abordagem, a partir dos componentes previstos, considerando a estrutura de um programa de obras múltiplas que inclui a necessidade de análises ambientais e sociais e medidas de gestão adicionais específicas, como anteriormente mencionado.

O Quadro Nº 2 apresenta um resumo da caracterização dos impactos mais significativos, decorrentes das características das atividades associadas às intervenções e aos projetos, realizada com base na avaliação preliminar dos impactos. Apresenta, também, as medidas de controle e mitigação recomendadas.

Quadro Nº 2 Matriz de Caracterização de Impactos das atividades do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROGRAMA										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espacialidade	Ocorrência	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Significância	Mitigação/ Compensação
Fase de Planejamento e Projeto										
Elaboração de estudos e projetos das intervenções	Expectativas da população urbana e em especial no entorno de obra nas áreas de influência das intervenções.	Componente 1	Positiva	Disperso	Curto Prazo	Provável	Temporário	n/a	Média	Comunicação Social e Participação Comunitária no Plano de Engajamento das Partes Interessadas incluídos no MGAS.
Definição dos perímetros de obra	Alteração nos preços de mercado de terras e edificações	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Provável	Permanente	n/a	Alta	Ação institucional da PML com estabelecimento da utilidade pública do solo – DUP Execução/Validação do zoneamento aplicável a cada área de intervenção
Fase de Implantação										
Geração de emprego e renda.	Aumento de pessoas empregadas e renda.	Componente 1	Positiva na contratação. Negativa na demissão.	Localizado	Curto Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Alta	Locais de atendimento à população alvo, espaço de reuniões, apoio a consultas públicas; Mecanismo de Resolução de Queixas de ação continuada até a finalização das ações do Programa.

Quadro Nº 2 Matriz de Caracterização de Impactos das atividades do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares (Continuação)

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROGRAMA										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espacialidade	Ocorrência	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Significância	Mitigação/ Compensação
Fase de Implantação										
Instalação e operação de canteiros de obras; Demolições e rompimento de vias com interferência no tráfego de veículos nas áreas das obras. Geração de Resíduos da construção civil.	Aumento da concentração de material particulado no entorno das obras.	Componente 1	Negativa	Disperso	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Média	Programas de Gestão e Controle Ambiental Obras. Previsão de locais de atendimento à população alvo, espaço de reuniões, apoio a consultas públicas
	Aumento de ruído e vibrações no entorno das obras	Componente 1	Negativa	Disperso	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Baixa	Mecanismo de Resolução de Queixas de ação continuada até a finalização das ações do Programa
	Incômodo aos moradores e às atividades comerciais e de serviços	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Baixa	Programas de Gestão e Controle Ambiental de Obras. Comunicação Social na Plano de Engajamento.
	Supressão da vegetação com danos à fauna e flora.	Componente 1	Negativa	Localizado	Longo Prazo	Certa	Permanente	Irreversível	Alta	Programas de Gestão e Controle Ambiental de Obras; Programa de Recuperação de Áreas degradadas; e Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, incluído no PVAO.
	Riscos de acidentes com animais peçonhentos	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Média	Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador.
Manipulação óleos, graxas e outros contaminantes e poluentes.	Risco à saúde e contaminação de solos e corpos hídricos.	Componente 1	Negativa	Localizado	Longo Prazo	Possível	Permanente	Irreversível	Alta	Programa de Controle Ambiental de Obras; Programa de Demolição; Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Quadro Nº 2 Matriz de Caracterização de Impactos das atividades do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares (Continuação)

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROGRAMA										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espacialidade	Ocorrência	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Significância	Mitigação/ Compensação
Fase de Implantação										
Movimentação da fauna sinantrópica ¹² .	Invasão de propriedades e residências vizinhas.	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Média	Programa de Controle Ambiental de Obras; Programa de Demolição; Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador.
Capacitação de jovens, mulheres e pessoas LGBTQI+ e portadoras de deficiências para ocupar postos de trabalho gerados pelas intervenções	Oportunidade de incremento de participação e capacitação de grupos vulneráveis e menos presentes no mercado de trabalho	Componentes 2 e 1	Positiva	Localizado	Longo Prazo	Possível	Permanente	Não se aplica	Alta	Detecção de necessidades específicas de acordo ao público-alvo Monitoramento da efetividade das ações como parte do MGAS e SGAS
Intervenções em áreas de importância arqueológica e cultural.	Danos ao patrimônio arqueológico e cultural.	Componente 1	Negativa	Localizado	Longo prazo	Possível	Permanente	irreversível	Média	Inclusão de diretrizes para manejo de achados arqueológicos fortuitos no MGAS.
Contratação de trabalhadores para as obras	Conflitos entre trabalhadores e moradores locais.	Componente 1	Negativa	Localizado	Longo prazo	Possível	Temporário	Reversível	Média	Programa de Comunicação social; Código de Conduta para os trabalhadores.

¹² Animais sinantrópicos são aqueles que se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste. Diferem dos animais domésticos, os quais o homem cria e cuida com as finalidades de companhia, produção de alimentos ou transporte. O manejo adequado relativo aos animais sinantrópicos enfatiza, em especial, aqueles que podem transmitir doenças, causar agravos à saúde do homem ou de outros animais, tais como insetos, aranhas, roedores, morcegos etc.

Quadro Nº 2 Matriz de Caracterização de Impactos das atividades do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares (Continuação)

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROGRAMA										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espacialidade	Ocorrência	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Significância	Mitigação/ Compensação
Fase de Operação										
Sistema de saneamento	Contaminação dos recursos hídricos	Redes de captação de efluentes e ETE	Negativo	Localizado	Longo Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Baixa	Manutenção de equipamentos e edificações da ETE e monitoramento das redes.
Falta de manutenção dos equipamentos e infraestrutura.	Degradação da infraestrutura.	Toda infraestrutura implantada pelo Programa	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Baixa	Programas de Gestão e Manutenção de Equipamentos e Infraestrutura.
Geração de resíduos.	Risco à saúde e danos aos ecossistemas.	Unidades de beneficiamento que integram PAP e/ou PN	Negativa	Localizado	Longo Prazo	Possível	Permanente	Reversível	Baixa	Plano de Gerenciamento dos Resíduos
Uso dos equipamentos de saúde e assistência social, recreação e prática de esportes – Projeto Meninos da Terra	Positivo	Jovens em situação de vulnerabilidade e, população em geral no atendimento pelo CRAS e CREAS	Positivo	Dispersa	Curto Prazo	Certa	Permanente	Não se aplica	Alta	Informação e capacitação para todos os usuários, fornecida a cada grupo de público-alvo em linguagem acessível Divulgação do âmbito de atendimento dos equipamentos assistenciais – CRAS e CREAS
Manutenção inadequada dos equipamentos públicos, urbanização de praças e infraestrutura de mobilidade	Negativo	Praças urbanizadas, ciclovia, equipamentos de recreação	Negativa	Localizada	Longo prazo	Possível	Temporária	Reversível	Média	SGAS – garantia de acompanhamento e monitoramento dos gestores durante a execução do Programa

V. BASE PARA AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCO AMBIENTAL E SOCIAL

Neste capítulo são apresentadas as diretrizes socioambientais a serem seguidas e os programas de gestão ambiental e social que devem ser implementados para a execução do PDUOT, em cumprimento das determinações da legislação ambiental, assim como dos requerimentos dos Padrões de Desempenho Ambiental Social - PDAS que conformam o Marco de Políticas Ambiental e Sociais do BID - MPAS, como parte das cláusulas do contrato de Empréstimo.

5.1. Procedimentos de Avaliação Ambiental e Social de Projetos e Atividades

5.1.1. Identificação e Classificação de Risco e Impacto

O Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares – PDUOT foi classificado pelo BID na Categoria B.

Para determinar a classificação de impacto apropriada para os projetos e atividades financiados no âmbito do PDUOT, são considerados vários aspectos específicos dos projetos que compõem o Programa: tipo, localização, sensibilidade e escala do projeto; e natureza e magnitude dos riscos e impactos ambientais e sociais potenciais, incluindo aqueles relacionados a desastres naturais e mudanças climáticas.

Os investimentos do PDUOT foram incluídos na Categoria B por caracterizarem-se como projetos e as atividades com potencial de causar principalmente impactos ambientais ou sociais negativos locais e de curto prazo e cujas medidas eficazes de mitigação são conhecidas e estão prontamente disponíveis.

De forma similar, os projetos e atividades do PDUOT serão classificadas quanto ao potencial de causar impactos de acordo com as exigências da legislação nacional, estadual e municipal referentes aos processos de licenciamento ambiental.

5.1.2. Exclusões e Inelegibilidade

Os projetos com potenciais impactos sociais ou ambientais adversos significativos, irreversíveis ou sem precedentes não serão elegíveis no âmbito do Programa. No processo de avaliação ambiental e social, o Executor deverá filtrar esses projetos de impacto significativo, que incluem aqueles que possam exigir reassentamento involuntário de comunidades, envolvem conversão significativa e/ou degradação em habitats naturais, impactos adversos a habitats ou sítios culturais críticos, ou potencialmente causam impactos adversos sobre povos indígenas e tradicionais.

Além da lista de exclusões apresentada a seguir (Lista de Exclusão Ambiental e Social do MPAS do BID), ao longo do desenvolvimento do Programa outras atividades ou condições específicas podem ser inelegíveis no âmbito do PDUOT por estarem em desacordo com os Padrões de Desempenho do MPAS.

Lista de Exclusão Ambiental e Social do BID

O BID não financiará, direta ou indiretamente, por meio de instituições financeiras, projetos envolvidos na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias ou atividades listadas abaixo. Exclusões adicionais podem ser aplicadas no contexto de uma operação específica.

- **Atividades proibidas:**

- Atividades que são ilegais de acordo com as leis e regulamentos do país, ou convenções e acordos e convenções internacionais ratificados, ou sujeitas à descontinuação gradual ou proibição internacional, como:
 - i. Compostos de bifenilas policloradas (PCB);
 - ii. Produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas e outras substâncias perigosas sujeitas a ou proibições internacionais¹³;
 - iii. Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)¹⁴;
 - iv. Substâncias que destroem o ozônio sujeitas a eliminação internacional¹⁵;
 - v. Vida selvagem ou produtos da vida selvagem regulamentados pela Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna Selvagem e Flora¹⁶;
 - vi. Comércio transfronteiriço de resíduos ou produtos residuais¹⁷, exceto de resíduos não-perigosos destinados à reciclagem; e
 - vii. Tintas ou revestimentos à base de chumbo na construção de estruturas e rodovias¹⁸.
- Atividades que sejam ilegais de acordo com as leis e os regulamentos do país, ou convenções e acordos internacionais ratificados, relacionados à proteção de recursos da biodiversidade ou de patrimônio cultural.

¹³ Os documentos de referência são: Regulamento CEE do Conselho nº 2455/92 de 23 de Julho de 1992 relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos, alterado de tempos em tempos; Lista Consolidada das Nações Unidas de produtos cujo consumo e/ou venda foram banidos, retirados do mercado, tiveram sua circulação “severamente restrita” ou não foram aprovados por órgãos governamentais; Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional (Convenção de Roterdã); Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Classificação de Pesticidas por Risco Recomendada pela Organização Mundial da Saúde; Restrições de Uso e Disponibilidade de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde.

¹⁴ Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e alterações de 2009.

¹⁵ Substâncias que destroem a camada de ozônio (ODSs) são compostos químicos que reagem e destroem a camada de ozônio da estratosfera, resultando nos divulgados “buracos na camada de ozônio”. O Protocolo de Montreal lista ODSs e as datas de meta de redução e eliminação. Os compostos químicos regulados pelo Protocolo de Montreal incluem aerossóis, refrigerantes, agentes de expansão na fabricação de espumas, solventes e agentes de proteção contra incêndios (<https://ozone.unep.org/treaties/montreal-protocol>).

¹⁶ www.cites.org

¹⁷ Conforme a Convenção da Basileia (www.basel.int).

¹⁸ Tintas e revestimentos com concentração total de chumbo maior que 90ppm ou a concentração limite determinada pelo país anfitrião, o que for menor.

- **Outras atividades inelegíveis para o PDUOT:**

- Atividades que, embora consistentes com o arcabouço legal e/ou regulatório do país, podem gerar impactos adversos particularmente significativos em pessoas e/ou no meio ambiente, tais como:
 - i. Armas, munições e outras mercadorias/tecnologias militares;
 - ii. Jogos de azar, cassinos e empresas equivalentes¹⁹;
 - iii. Materiais radioativos²⁰; e
 - iv. Fibras de amianto não ligadas ou produtos que contenham amianto
- Atividades incompatíveis com os compromissos do BID de enfrentar os desafios das mudanças climáticas e promover a sustentabilidade ambiental e social, tais como mineração e/ou usinas de geração de energia a partir do carvão e instalações associadas²¹.

Restrições Adicionais de Elegibilidade do PDUOT

Além das exclusões expressas no MPAS do BID, as atividades financiáveis pelo PDUOT estão sujeitas às seguintes restrições:

- Não são elegíveis para financiamento:
 - Projetos com impactos sociais potenciais adversos significativos, que exigem reassentamento involuntário de comunidades beneficiárias e atividade econômica afetadas;
 - Obras ou atividades que impliquem a conversão significativa e/ou degradação em habitats naturais, impactos adversos em habitats críticos ou impactos ambientais significativos e irreversíveis sobre serviços ecossistêmicos, ou que impliquem a introdução de novas espécies exóticas ainda não estabelecidas no bioma Mata Atlântica;
 - Projetos que impliquem impactos adversos significativos em comunidades quilombolas, tradicionais ou indígenas e seus direitos; 2
 - Projetos ou atividades que resultem em degradação de bens e valores sociais e culturais relevantes, tais como edificações e sítios históricos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos e arqueológicos.

¹⁹ Não se aplica a projetos cujos objetivos primários não estão relacionados com a construção e operação de casas de jogos, cassinos ou empresas equivalentes.

²⁰ Não se aplica à compra de equipamentos médicos, equipamentos de controle de qualidade (medida) ou qualquer equipamento quando que se comprova que a fonte radioativa é trivial e/ou apropriadamente protegida.

²¹ Isso se aplica apenas a instalações associadas cujos objetivos primários são relacionados à produção, comércio e uso de carvão para geração de energia ou para transmissão de energia gerada por usinas de carvão (por exemplo, linha de transmissão dedicada).

5.1.3. Análise e Avaliação Ambiental e Social

Os empreendimentos e atividades financiadas no âmbito do PDUOT devem contar com as devidas licenças e autorizações ambientais cabíveis, previamente ao processo de licitação e início das obras.

A UGP, conforme o caso, conduzirá o processo de avaliação ambiental e social para os projetos e as intervenções específicos, de acordo com as diretrizes deste MGAS, dos padrões de desempenho do Marco das Políticas Ambientais e Sociais – MPAS do BID (com destaque ao PDAS #1) e as exigências dos órgãos ambientais estadual e municipal.

As análises socioambientais conduzidas pela UGP deverão considerar os riscos e impactos relacionados aos direitos humanos, gênero e riscos naturais e mudança climática, durante todo o processo de avaliação, em cumprimento dos requisitos dos padrões de desempenho do MPAS.

Além da elaboração das análises socioambientais, quando apropriado, a avaliação ambiental e social será complementada com estudos adicionais focados em tais riscos e impactos específicos, incluindo, entre outros, Avaliação e Plano de Gerenciamento de Riscos de Desastres e, se aplicável, Plano de Reassentamento, Análise Sociocultural e Plano de Povos Indígenas ou Tradicionais.

Todo projeto ou intervenção como sua avaliação ambiental e social e demais estudos, bem como as licenças e outorgas ambientais, serão apresentados ao BID para a sua não-objeção previamente às licitações das obras.

5.1.4. Licenciamento Ambiental e Requisitos Mínimos

Compreende a preparação de documentos técnicos necessários para a obtenção de licenças e autorizações junto aos órgãos competentes (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEAMA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais – SEMAM/Instituto de Meio Ambiente e recursos Hídricos – IEMA).

Os empreendimentos e atividades financiadas pelo PDUOT devem contar com as devidas licenças e autorizações previamente à licitação e início de obra.

As principais resoluções que devem ser cumpridas pelo Programa são: i) Resolução CONAMA Nº 001/86, que dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental e, também, sobre a possibilidade de serem organizadas audiências públicas, sempre que se julgar necessário, para informações sobre o projeto e seus impactos ambientais, discussão do RIMA e recolhimento de críticas e sugestões; ii) a Resolução CONAMA Nº 237/97, que dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental; e iii) a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA Nº 001/2022, que define a tipologia das

atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local, normatiza aspectos do licenciamento ambiental de atividades de impacto local no Estado, e dá outras providências.

Recomenda-se que para cada projeto ou atividade seja realizada consulta à SEMAM e à SEAMA, autoridades competentes que, se necessário, poderão fornecer os termos de referência (com conteúdos mínimos para cada tipo de estudo ambiental exigido, que incluem a avaliação dos impactos em função das características do empreendimento e da área afetada, bem como as medidas, mitigadoras, compensatórias e potencializadora) ou formulários específicos para o licenciamento dos projetos e atividades do PDUOT, bem como os procedimentos aplicáveis a cada modalidade de licenciamento, incluindo enquadramentos especiais, formulários de consulta prévia dos pedidos de licenciamento e lista indicativa de tipologias de atividades para as quais não incide o processo de licenciamento.

No que se refere à supressão de vegetação, a Resolução CONAMA Nº 369/06 dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. No município de Linhares, por sua vez, para a implantação de projetos que impliquem supressão da vegetação nativa e corte de floresta plantada, é necessária a obtenção da respectiva autorização junto à SEMAM.

5.1.5. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação da gestão socioambiental dos projetos e atividades do PDUOT é de responsabilidade da UGP, que deve atender as exigências do processo de licenciamento e as diretrizes da AAS/PGAS e do MGAS do Programa e, também, dos órgãos estadual e municipal de meio ambiente, que têm competência legal e institucional para essas atividades de controle e gestão.

A Resolução CONSEMA Nº 001/2022, que define a tipologia das atividades e dos empreendimentos considerados de impacto ambiental de âmbito local, normatiza aspectos do licenciamento ambiental dessas atividades no Estado e dá outras providências, no seu Artigo 11º, § 7º, estabelece que a autoridade licenciadora originária, sempre que demandada, deverá remeter cópia da licença ambiental ao ente competente a fim de que este possa notificar o interessado a apresentar relatório consubstanciado da situação das condicionantes nela estabelecidas.

A SEAMA, por sua vez, tem entre suas atribuições executar as políticas estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos relacionadas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e recursos hídricos, bem como sua fiscalização, monitoramento e controle.

Também, a Lei Orgânica do Município de Linhares, de 13 de junho de 2008, no seu Artigo 201, § 1º, Línea XV estabelece que incumbe ao Município criar sistemas de monitoramento ambiental com a finalidade de acompanhar situação e tendências dos recursos naturais e da qualidade ambiental, física e social.

VI. DIRETRIZES E REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS GERAIS

6.1. Saúde e Segurança Ambiental

Na preparação e execução dos projetos e atividades do PDUOT, deverão ser cumpridos os requisitos e diretrizes que regem os temas de segurança e saúde ocupacional e das comunidades das áreas de intervenção dos projetos, que estão cobertos pelos PDAS 2, 3 e 4 do MPAS do BID.

Os requisitos de saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores são tratados no PDAS 2, referente à Mão de Obra e Condições de Trabalho. Os padrões ambientais para evitar ou minimizar os impactos na saúde humana e no meio ambiente devido à poluição estão incluídos no PDAS 3, que trata da Eficiência de Recursos e Prevenção de Poluição. Finalmente, os requisitos para abordar risco de violência sexual ou de gênero nas instâncias de conflito comunitário e no fluxo de trabalhadores externos estão abordados no PDAS 9.

Recomenda-se, também, como referência, as Diretrizes de Saúde e Segurança Ambiental (EHSB) do Grupo Banco Mundial, uma vez que estas são boas práticas reconhecidas internacionalmente para a implementação dos PDAS 2, 3 e 4.

A UGP deverá identificar os riscos e impacto sobre saúde e as comunidades e propor medidas de mitigação, como parte do processo de análise de impacto ambiental e social dos projetos e intervenções financiáveis, podendo ser necessária uma avaliação de risco mais detalhada, em função da natureza e magnitude dos riscos.

Caso seja necessário aplicar níveis ou medidas menos rigorosos do que aqueles fornecidos nas EHSB, por limitações técnicas ou outras circunstâncias específicas do projeto, a UGP deverá fornecer uma justificativa completa e detalhada para quaisquer alternativas propostas, por meio da AAS e respectivo PGAS, devendo demonstrar ao BID, que a escolha de qualquer nível de desempenho alternativo é consistente com os objetivos do MPAS e das EHSB aplicáveis e que não resultará em danos ambientais ou sociais significativos.

6.2. Alteração no Uso e Qualidade do Solo

Nas operações de terraplenagem destinadas à preparação do terreno para as obras, a camada vegetal do solo (horizonte A) é normalmente removida e destinada a bota-fora. Trata-se de camada de solo fértil e com grande quantidade de matéria orgânica que, portanto, dentro do possível, deve ser aproveitado no próprio local da obra, principalmente os projetos de paisagismo.

O aproveitamento do solo do horizonte A é detalhado no Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito, apresentado neste MGAS. Esse programa também é parte integrante do PGAS das obras do PDUOT.

Nas obras do PDUOT especial atenção será dada na fase de planejamento e implantação, para reduzir a interferência das obras no uso e ocupação do solo das áreas de influência das intervenções. Este assunto também é abordado no citado Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito.

6.3. Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário

O PDAS 5 aborda as diretrizes para o tratamento dos impactos da aquisição de terra relacionada a um projeto, incluindo restrições ao uso da terra e acesso aos seus ativos e recursos, podendo causar o deslocamento físico (perda de terreno residencial, ou de abrigo) ou deslocamento econômico (perda de terreno, bens ou acesso aos mesmos, incluindo os que levam à perda de fontes de renda e subsistência).

Os projetos do Programa, em princípio, não exigem reassentamento involuntário de pessoas ou comunidades beneficiárias. Há que se registrar, também, que nenhum projeto que venha a promover qualquer reassentamento involuntário será elegível para financiamento e, portanto, estudos alternativos deverão ser apresentados.

6.4. Biodiversidade e Recursos Naturais Vivos

6.4.1. Proteção da Biodiversidade

No âmbito do PDUOT, não será elegível para financiamento qualquer projeto ou intervenção em habitats críticos com impacto ou risco adverso, a menos que não haja uma alternativa viável e que o projeto possa ser feito sem causar impactos adversos expressivos à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos. Áreas legalmente protegidas e internacionalmente reconhecidas se enquadram nesta categoria. Deslocamentos da biodiversidade não são aceitos como medidas de mitigação em habitats críticos, de acordo com o PDAS 6.

No que se refere à intervenção em áreas legalmente protegidas há que se considerar as Áreas de Preservação Permanentes – APPs atravessadas pela Avenida Interbairros e a presença da Floresta Nacional de Goytacazes na área de influência indireta do Programa.

A Avenida Interbairros atravessará APPs em dois pontos, na Lagoa do Meio e na Lagoa do Testa. São, entretanto, áreas que já sofreram intensa intervenção antrópica e se encontram degradadas em grande parte. O Estudo de Impacto Ambiental da Avenida deverá considerar o levantamento florístico e faunístico dessas áreas e, possivelmente, indicar um programa de recuperação dessas APP nas áreas de influência direta das pontes e, se for o caso, a compensação por eventuais perdas.

Os três parques que serão implantados nas margens das lagoas e da avenida, complementando a urbanização proposta pelo PDUOT, também contemplam a recuperação dessas APP.

No que se refere às interferências do PDUOT com a Floresta Nacional de Goytacazes – Flona Goytacazes, alguns aspectos devem ser considerados, conforme segue.

A Floresta Nacional (com sua Zona de Amortecimento proposta no Plano de Manejo, Figura Nº 1) está localizada na margem direita do Rio Doce, portanto distante da área de influência direta do PDUOT.

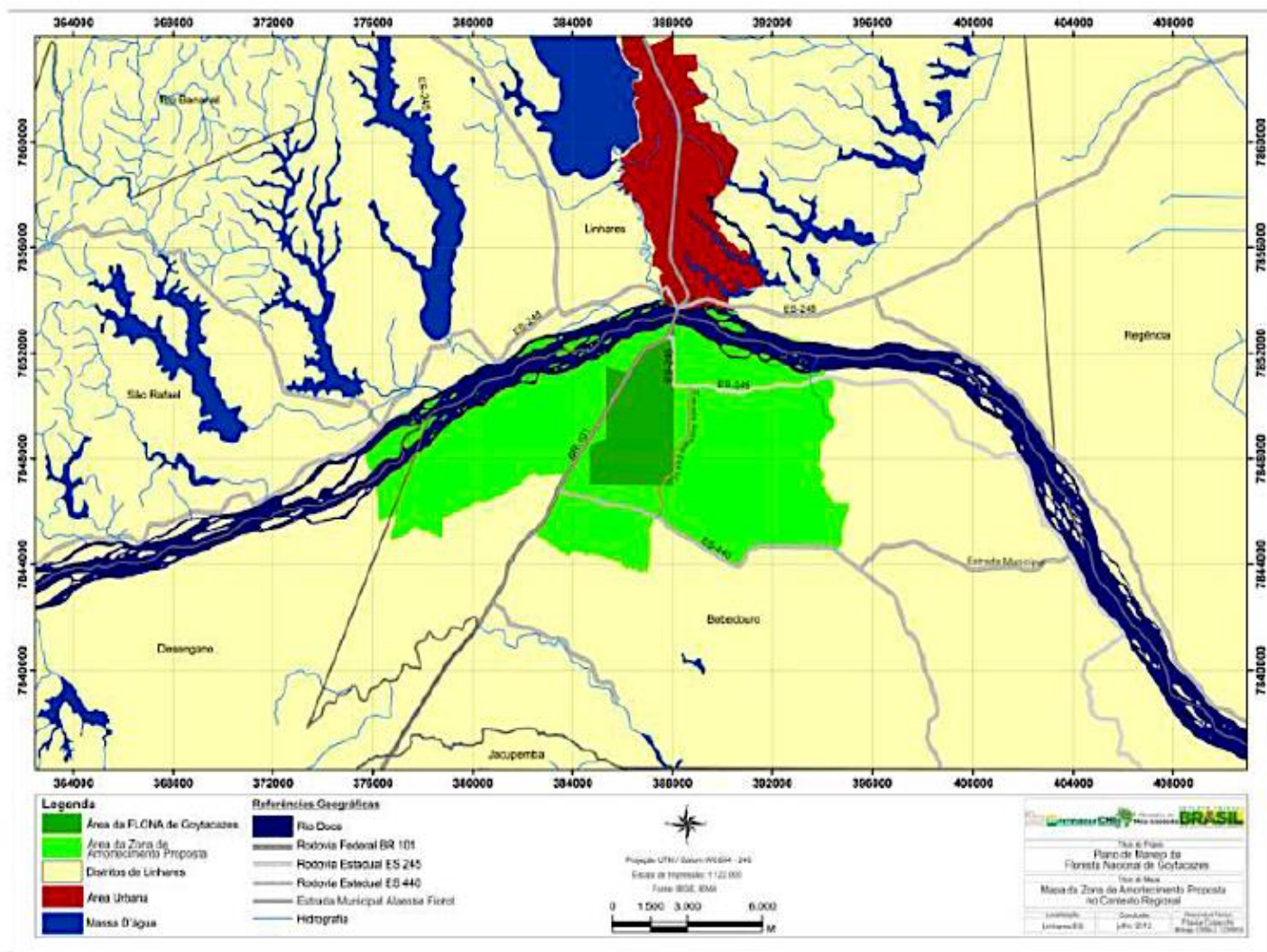


Figura Nº 1: Flona Goytacazes (verde escuro) com a área de sua Zona de Amortecimento (verde claro). Em vermelho, a área urbana de Linhares. Fonte: Plano de Manejo – Floresta Nacional de Goytacazes, Espírito Santo. Volume I – Diagnóstico.

A Flona Goytacazes, conforme definido pela Lei do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza integra uma das sete categorias do grupo de Unidades de Conservação – UC de uso sustentável, cujo objetivo básico é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a realização de pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

A abrangência do Plano de Manejo considerou a área específica da Flona Goytacazes, a região onde se insere e a proposta de área como Zona de Amortecimento. A Zona de Amortecimento é o espaço do entorno onde as atividades humanas estarão sujeitas as normas e restrições específicas, com o objetivo de minimizar os impactos negativos sobre a Flona.

A Região da Flona engloba o município de Linhares e contempla, além da própria Floresta e sua Área de Amortecimento, os Corredores Ecológicos relacionados. Estes correspondem a áreas que contem porções de ecossistemas naturais ou pouco alterados de ligação entre Áreas Protegidas, possibilitando movimento da biota, e o fluxo de genes, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela de unidades individuais”, segundo a Lei Federal No 9.985, de 18 de julho de 2000.

O Plano de Manejo da Flona Goytacazes define 11 programas destinados a orientar a execução de atividades de gestão e manejo dos recursos naturais e dar cumprimento aos objetivos da Flona. Desses programas, alguns guardam relação direta com as atividades do PDUOT e devem ser considerados nas análises ambientais dos seus projetos e atividades. Os programas do Plano de Manejo da Flona que guardam relação com o PDUOT e as considerações pertinentes são apresentadas a seguir.

Programa de Administração e Comunicação

Está voltado a gestão adequada, garantindo a funcionalidade da Flona e o atendimento dos seus objetivos de criação e específicos, no que se refere ao provimento de recursos humanos, infraestrutura, equipamentos, organização e controle de processos administrativos e financeiro, dando suporte aos demais programas.

Dentre as atividades previstas estão a ampliação e o fortalecimento da cooperação interinstitucional; a busca de parcerias na iniciativa privada, governamental e não governamental; e o fortalecimento da gestão financeira e ambiental. Estes aspectos podem ser considerados no planejamento das atividades socioambientais dos componentes do PDUOT, quer como atividades de reforço institucional, quer como programa de compensação em decorrência de intervenção em APP localizadas nas áreas de influência da Flona.

Programa de Manejo de Fauna

Tem como objetivo o manejo dos diferentes grupos da fauna visando o recebimento e a quarentena de espécies animais de vários grupos recolhidos e apreendidos na região da Flona, contribuindo para estudos de soltura e reintrodução definitiva dos indivíduos nos ambientes naturais.

Dentre as atividades previstas estão o controle das espécies exóticas invasoras e espécies domésticas abandonadas na Flona; a implantação e adequação das instalações

para receber animais apreendidos ou recebidos para a reintrodução em ambientes naturais, quando possível.

Como algumas intervenções do PDUOT, com destaque às implementadas nas áreas de influência da Avenida Interbairros e do sistema de saneamento, poderão exigir o manejo da fauna local, nos estudos de impacto ambiental e no planejamento das atividades socioambientais dessas intervenções as consultoras contratadas pela UGP deverão contemplar esse Programa de Manejo de Fauna, incluindo nos estudos socioambientais as seguintes atividades: i) diagnóstico da fauna local, com destaque às espécies ameaçadas; ii) identificação dos impactos sobre a fauna; e iii) definição do Plano de Manejo da Fauna localizada das áreas de influência direta das intervenções do Programa.

Programa de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento

Fomenta a difusão de conhecimentos e a implementação de alternativas de uso racional dos recursos naturais por parte das populações do entorno, principalmente em áreas que tenham relação direta com a Flona.

Dentre as atividades previstas estão o incentivo à adoção de técnicas mais sustentáveis e alternativas de desenvolvimento e a busca de parceria para as práticas de atividades ambientalmente corretas e sustentáveis.

Neste contexto, as atividades do PDUOT poderão contribuir com o Plano de Manejo da Flona nos aspectos relativos à sustentabilidade dos seus projetos com interferência direta nas APPs e ao sistema de tratamento de esgotos. Assim, as diretrizes desse programa do Plano de Manejo serão contempladas nos projetos e nos estudos socioambientais das intervenções do PDUOT.

6.4.2. Considerações Finais

As obras do PDUOT estão localizadas em área urbana do município de Linhares, distante da Flona Goytacazes e sua Zona de Amortecimento. Não há, portanto, interferência direta das intervenções propostas com a Flona.

Em consideração às diretrizes do PDAS 6 e aos programas do Plano de Manejo da Flona Goytacazes, na elaboração das Avaliações Ambientais e Sociais das intervenções do PDUOT as empresas consultoras contratadas deverão contemplar as questões citadas no item anterior (6.4.1. Proteção da Biodiversidade).

Especificamente sobre o lançamento do efluente da ETE Interbairros no Rio Doce, nas proximidades da Flona Goytacazes, mesmo considerando que esse rio não faz parte da Zona de Amortecimento da Flona, o Estudo de Impacto Ambiental – EIAS da ETE e seu respectivo Plano de Controle Ambiental e Social – PGAS deverão dar especial atenção aos impactos desse lançamento no ecossistema aquático e, sobretudo, apresentar estudos de dispersão do efluente e programas de monitoramento da qualidade da água nas áreas de influência do lançamento.

As avaliações ambientais das obras do Programa, com destaque às que intervêm em APP, à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Interbairros e ao Emissário Interbairros, a cargo das consultoras contratadas, deverão contemplar análises específicas relativas à biodiversidade e aos recursos naturais vivos das áreas de influência direta e indireta, destacando os seguintes aspectos: i) levantamento de fauna e flora; ii) presença de espécies ameaçadas; iii) avaliação dos impactos das obras sobre a fauna, flora e ecossistemas, sobretudo sobre a área de influência da Flona Goytacazes, inclusive impactos cumulativos; e iv) apresentação dos programas de controle, recuperação, compensação e monitoramento desses impactos.

6.5. Potenciais Impactos Cumulativos

Impactos cumulativos que poderão ocorrer em decorrência das intervenções do PDUOT são aqueles que se acumulam no tempo ou no espaço, resultando em uma combinação de efeitos decorrentes de uma ou diversas ações, podendo resultar em significativa degradação ambiental quando concentrados espacialmente ou quando se sucedem no tempo. A avaliação desses impactos nos projetos financiados pelo BID está prevista de forma implícita no PDAS 1 do MPAS e, explicitamente, na Resolução CONAMA Nº 01/1986²².

A avaliação dos impactos cumulativos se faz necessária, sobretudo quando se considera que o impacto resultante de uma ação do projeto, quando acrescida de outras ações passadas, presentes ou futuras razoavelmente previsíveis, independentemente de qual instituição ou pessoa execute tais ações, pode promover outros impactos com significativos danos ambientais e sociais.

Para serem evitados, minimizados ou mitigados, os impactos cumulativos devem ser previamente identificados nas fases de planejamento e projeto, considerando os seguintes aspectos: i) identificação das fontes de mudanças ambientais cumulativas, que podem ser de distintos tipos de atividades; ii) identificação dos caminhos ou processos de acumulação, considerando que as mudanças ambientais podem ser acumuladas no tempo e no espaço de modo adicional, complementar ou interativo; e iii) desenvolvimento de uma tipologia de efeitos cumulativos, considerando que as mudanças podem ser diferenciadas de acordo com os seus atributos temporais ou espaciais.

Uma avaliação preliminar dos impactos cumulativos das intervenções do PDUOT é apresentada no Quadro Nº 3.

²² Resolução CONAMA 01/86: **Art. 6º** O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; **suas propriedades cumulativas e sinérgicas**; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

Quadro Nº 8: Impactos Cumulativos das atividades do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares.

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROGRAMA								
Ação	Impacto de projeto	Influência persistente de ações passadas	Ações presentes e futuras			Efeito cumulativo potencial	Característica	Controle e mitigação
			1	2	3			
Implantação da Avenida Interbairros	Sim. Impacto direto e significativo.	Não	<ul style="list-style-type: none"> Emissões de NO₂, CO, HC, SO₂, MP. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do tráfego local. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos riscos de acidentes. 	Sim <ul style="list-style-type: none"> Aumento das emissões atmosféricas; e Danos à saúde e à qualidade de vida. 	Impacto potencialmente significativo com possibilidade de controle e mitigação.	<ul style="list-style-type: none"> Controle de emissões; Sinalização adequada; e Controle de velocidade.
Implantação dos projetos do Componente 1	Sim. Impacto direto e significativo.	Sim Uso de áreas de empréstimo e bota-fora.	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de Canteiro de obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Exploração de áreas de empréstimo. 	<ul style="list-style-type: none"> Deposição de material em bota-foras. 	Sim <ul style="list-style-type: none"> Erosão do solo; Assoreamento de sistemas de drenagem e cursos d'água; e Inundações. 	Impacto potencialmente significativo com possibilidade de controle e mitigação.	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de Planos de Recuperação de Áreas degradadas – PRAD.
Aumento de áreas urbanizadas promovido pelos projetos do Componente 1.	Não. Impacto indireto e significativo.	Não	<ul style="list-style-type: none"> Solo com menor capacidade de infiltração. 	—	—	Sim <ul style="list-style-type: none"> Aumento do escoamento superficial. Sistema de drenagem prejudicado; e Possibilidade de enchentes. 	Impacto potencialmente significativo com possibilidade de mitigação.	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de áreas verdes; Implantação de micro e macrodrenagem adequados; e Redução de terraplenagens.
Manutenção inadequada dos equipamentos implantados pelo PDUOT.	Não Impacto indireto e significativo	Não	<ul style="list-style-type: none"> Degradação dos equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> Maior custo de manutenção e recuperação. 	—	Sim <ul style="list-style-type: none"> Comprometimento dos objetivos do Programa; e Prejuízos econômicos. 	Impacto potencialmente significativo com possibilidade de controle.	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção adequada dos equipamentos; e Implementação adequada do SGAS.

6.6. Riscos Naturais e Mudanças Climáticas

O Executor deverá avaliar e gerenciar os riscos naturais e os riscos de mudanças climáticas das atividades e dos projetos do PDUOT, de acordo com as estipulações dos padrões de desempenho PDAS 1, 3, 4, 5 e 7. O PDAS 4 aborda os riscos e impactos potenciais dos projetos sobre as pessoas, bem como os riscos sobre o projeto em si, que podem resultar de desastres naturais ou mudanças climáticas.

A avaliação ambiental e social dos projetos e atividades deverá incluir a identificação e avaliação dos riscos potenciais causados por desastres naturais ou inesperados, como secas, deslizamentos de terra ou inundações, incluindo aqueles causados ou agravados por mudanças climáticas, além daqueles relacionados ao Programa. Com base nessa avaliação, se necessário, deverão ser identificadas as medidas adicionais de resiliência e adaptação a desastres ou às mudanças climáticas, a serem integradas ao desenho, construção e operação dos projetos financiados. Também deverão ser evitados e minimizados os riscos causados por desastres naturais ou alterações no uso da terra, para os quais as atividades do projeto podem contribuir.

Como parte de uma estratégia para enfrentar os problemas atribuídos às mudanças climáticas quanto à vulnerabilidade da região, deverão ser propostas medidas de mitigação das emissões e adaptação aos impactos, de forma a desenvolver soluções, resiliência aos problemas e a minimização dos custos.

No que se refere à infraestrutura, algumas das tecnologias e estratégias já são bem conhecidas e podem ser incorporadas aos projetos do Programa. Nas obras que envolvem edificações, deverão ser considerados os conceitos de “edificação verde”, que promovem nas fases de projeto, construção e operação a redução ou eliminação dos impactos negativos e a criação de impactos positivos ao clima e aos recursos naturais. As “edificações verdes”, que preservam os recursos naturais e melhoram a qualidade de vida devem contemplar os seguintes aspectos:

- uso eficiente de energia, água e outros recursos;
- uso de energia renovável, como a solar;
- medidas de redução de contaminação e resíduos e de reutilização e reciclagem de materiais;
- boa qualidade do ar interior;
- uso de materiais não tóxicos, éticos e sustentáveis;
- consideração da necessidade de proteger o meio ambiente durante o ciclo de vida dos materiais e da infraestrutura;
- consideração da qualidade de vida dos usuários; e
- projetos que permitam adaptações às mudanças do entorno.

Os projetos do PDUOT também poderão considerar alguns critérios voltados à sustentabilidade, considerando duas estratégias:

- *estratégias passivas* – voltadas a redução do consumo de energia:
 - orientação solar da edificação;
 - fator de forma;
 - ventilação cruzada;
 - isolamento térmico nas fachadas e coberturas; e
 - uso de pintura e telhas refletivas.
- *estratégias ativas* – voltadas à redução da energia requerida para atender aos usos finais:
 - uso de equipamentos e iluminação altamente eficientes em economia de energia;
 - uso de sensores de presença;
 - uso de dispositivos de economia e de reuso de água e que reduzam o consumo de água e de energia de bombas de recalque.

6.7. Lista de Exclusões Ambientais e Sociais

O Programa não financiará, direta ou indiretamente, projetos e atividades envolvidos na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias ou atividades listadas abaixo.

- Atividades que são ilegais de acordo com as leis, regulamentos ou convenções e acordos internacionais ratificados, ou sujeitas a interrupções ou proibições internacionais, como:
 - uso de materiais que contém asbesto/amianto;
 - uso de produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas e outras substâncias perigosas sujeitas a interrupções ou proibições internacionais²³;
 - uso de poluentes Orgânicos Persistentes - POP²⁴;
 - uso de substâncias que destroem o ozônio sujeitas a eliminação internacional²⁵;

²³ Os documentos de referência são: Regulamento CEE do Conselho nº 2455/92 de 23 de Julho de 1992 relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos, alterado de tempos em tempos; Lista Consolidada das Nações Unidas de produtos cujo consumo e/ou venda foram banidos, retirados do mercado, tiveram sua circulação “severamente restrita” ou não foram aprovados por órgãos governamentais; Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional (Convenção de Roterdã); Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Classificação de Pesticidas por Risco Recomendada pela Organização Mundial da Saúde; Restrições de Uso e Disponibilidade de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde.

²⁴ Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e alterações de 2009.

²⁵ Substâncias que destroem a camada de ozônio (ODS) são compostos químicos que reagem e destroem a camada de ozônio da estratosfera, resultando nos divulgados “buracos na camada de ozônio”. O Protocolo de Montreal lista ODS e as datas de meta de redução e eliminação. Os compostos químicos regulados pelo

- interferências com a vida selvagem ou uso de produtos da vida selvagem regulamentados pela Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna Selvagem e Flora²⁶;
- comércio transfronteiriço de resíduos ou produtos residuais²⁷, exceto de resíduos não-perigosos destinados à reciclagem; e
- tintas ou revestimentos à base de chumbo na construção de estruturas e rodovias²⁸.
- Atividades ilegais de acordo com as leis e os regulamentos do país ou convenções e acordos internacionais ratificados, relacionados à proteção de recursos da biodiversidade ou patrimônio cultural; e
- Atividades que, embora consistentes com a estrutura legal e regulatória do país, podem gerar impactos adversos significativos nas pessoas e no meio ambiente, tais como fibras de amianto não ligadas ou produtos que contenham amianto.

6.8. Patrimônio Cultural

Em linha com as diretrizes de proteção de sítios de valor cultural definidas no PDAS 8, além de cumprir as leis pertinentes à proteção do patrimônio cultural, o Executor e as empresas contratadas deverão identificar e proteger o patrimônio cultural, assegurando que práticas internacionalmente reconhecidas para a proteção, os estudos de campo e a documentação do patrimônio cultural sejam implementados. Onde o processo de identificação de riscos e impactos determinar a possibilidade de impactos no patrimônio cultural, o Executor contratará profissionais competentes para auxiliar na identificação e proteção do patrimônio cultural. As diretrizes de resgate e tratamento do patrimônio cultural não replicável estão detalhadas nas Diretrizes para Manejo de Achados Arqueológicos Fortuitos deste MGAS e devem ser aprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

6.9. Povos indígenas e populações tradicionais

Segundo o PDAS 7, as comunidades quilombolas e comunidades tradicionais são reconhecidas como povos tradicionais²⁹ e tratados como povos indígenas para efeito deste PDAS. Portanto, as mesmas salvaguardas contra impactos adversos, definidas para os povos

Protocolo de Montreal incluem aerossóis, refrigerantes, agentes de expansão na fabricação de espumas, solventes e agentes de proteção contra incêndios (<https://ozone.unep.org/treaties/montreal-protocol>).

²⁶ www.cites.org

²⁷ Conforme a Convenção da Basileia (www.basel.int).

²⁸ Tintas e revestimentos com concentração total de chumbo maior que 90ppm ou a concentração limite determinada pelo país anfitrião, o que for menor.

²⁹ **Povos tradicionais** são grupos ou comunidades que possuem padrões de propriedade e uso da terra que reconhecem a lei consuetudinária, direitos consuetudinários de propriedade de acordo com suas estruturas de cosmovisão e governança. Essas estruturas são culturalmente distintas, tradicionalmente possuídas e frequentemente mantidas em comunidade. Para os fins do MPAS, os povos tradicionais são tratados como povos indígenas. (MPAS, glossário, página 29, BID, setembro de 2020).

indígenas aplicam-se às comunidades tradicionais e seus direitos, incluindo a inelegibilidade de projetos que causam este tipo de impactos, para financiamento pelo PDUOT.

Nos projetos em que a avaliação ambiental e social identifica povos indígenas como partes interessadas, deverão ser implementados os requisitos de participação e consentimento de acordo com os Padrões de Desempenho ESPs 1, ESPs 7 e ESPs 10 do Banco, e em conformidade com a legislação nacional pertinente. No caso específico do PDUOT não haverá, em princípio, afetação adversa de povos indígenas ou tradicionais por ações do Programa. Além disso, critérios de elegibilidade/exclusão proíbem, no âmbito do Programa, a aquisição ou restrição de uso da terra em áreas de comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais.

6.10. Estratégia de Gênero

O PDAS 9 do MPAS trata da igualdade de gênero considerando os seguintes objetivos: antecipação e prevenção de riscos e impactos adversos com base em gênero; orientação sexual e identidade de gênero; quando inevitáveis, mitigação ou compensação destes impactos; e lograr inclusão de todas as pessoas nos benefícios do projeto. Para tanto, o Executor deverá estudar oportunidades de promover a igualdade e gênero e prevenir impactos relacionados a gênero, por meio de medidas e procedimentos a serem incorporados ao Sistema de Gestão Ambiental e Social do PDUOT, que incluem: i) revisão e monitoramento de indicadores relacionados a gênero; ii) identificação e abordagem dos impactos adversos e do risco de exclusão com base no gênero; iii) inclusão de mulheres e homens nos processos de consulta; e iv) cumprimento da legislação aplicável relativa à igualdade entre homens e mulheres.

6.11. Plano de Participação das Partes Interessadas

O Executor deverá desenvolver e implementar um Plano de Participação das Partes Interessadas - PPPI proporcional à natureza e escala do projeto e aos seus riscos e impactos potenciais, de acordo com o PDAS 10.

O Executor realizará consultas significativas com as partes interessadas, usando formatos acessíveis e divulgarão, como parte da avaliação ambiental e social, um registro documentado do envolvimento das partes interessadas, incluindo uma descrição das partes consultadas, um resumo dos comentários e observações recebidos e uma breve explicação de foi levado em consideração. Os requisitos para desenvolver e implementar plano de consulta e participação estão incluídos no ESPs 10 sobre Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

O Executor deverá, também, implementar um mecanismo de recepção e resolução de queixas para receber e ajudar na resolução de quaisquer preocupações e queixas de partes interessadas (pessoas afetadas pelo projeto e partes interessadas) que possam surgir em conexão com o desempenho ambiental e social do Programa. O mecanismo de queixas será proporcional ao nível de riscos e impactos. Os requisitos específicos para os mecanismos de queixas aplicáveis ao PDUOT estão incluídos no PDAS 1 e PDAS 10.

Os requisitos de mecanismo de reclamação para trabalhadores em projetos financiados pelo BID estão incluídos no PDAS 2 sobre Mão de Obra e Condições de Trabalho.

VII. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

7.1. Considerações Iniciais

Este item do MGAS contempla os procedimentos e instrumentos de gestão ambiental e social do Programa, incluindo programas de redução de riscos, controle ambiental e mitigação de impactos socioambientais das intervenções propostas no Componente 1 do PDUOT.

Os programas de controle e mitigação de impactos ambientais e sociais a seguir recomendados decorrem da tipologia dos projetos do Programa, do diagnóstico expedito das áreas de influência do Programa e dos impactos identificados durante a elaboração da Avaliação Ambiental e Social – AAS dos projetos da amostra representativa. Tais programas se aplicam principalmente às obras e algumas intervenções físicas, embora o MGAS também contenha recomendações de programas gerais de comunicação e consulta com as comunidades beneficiadas e mecanismos de recepção e resolução de conflitos e queixas.

Visando assegurar a qualidade ambiental e a sustentabilidade das intervenções do PDUOT, por meio da implementação dos programas socioambientais, este MGAS tem os seguintes objetivos específicos:

- gestão socioambiental do PDUOT, com controle das intervenções e da implementação dos programas de mitigação de impactos;
- assegurar que a mão-de-obra necessária à implantação dos projetos não contribua para a degradação ambiental;
- assegurar o menor nível de interferência das atividades dos canteiros de obra e dos trabalhadores no cotidiano das comunidades locais;
- evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos significativos potenciais durante o período de implantação e operação dos projetos do Programa;
- assegurar mecanismos para o envolvimento e participação de todos os grupos de interesse, das comunidades beneficiadas e grupos mais vulneráveis nas ações de gestão socioambiental dos projetos e atividades, incluindo canais de comunicação e resolução de queixas;
- assegurar a saúde e segurança dos trabalhadores nas obras do Programa; e
- assegurar o cumprimento continuado da legislação ambiental e trabalhista das políticas socioambientais do BID (MPAS).

7.2. Programas de Prevenção e Redução de Riscos e Controle e Mitigação de Impactos das Obras

Para o efetivo gerenciamento e controle ambiental das intervenções, os programas de controle e gestão socioambiental das obras deverão obedecer ao mesmo cronograma dessas intervenções. Os seus custos deverão ser incorporados aos custos da intervenção³⁰, com exceção da Gestão Ambiental e dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, que deverão estar a cargo da UGP.

Os contratos para a execução das obras e intervenções deverão incluir cláusulas referentes à obrigatoriedade de cada empresa cumprir com todas as medidas ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalhador previstas nos planos de gestão socioambiental dos projetos, na legislação e no Marco das Políticas Ambientais e Sociais do BID. Tal obrigatoriedade deverá ser explicitada por meio de mecanismos de medição e pagamento das atividades relacionadas a qualidade e ao controle socioambiental.

7.3. Programa de Gerenciamento Ambiental de Obras

7.3.1. Objetivos

Este Programa de Gerenciamento Ambiental, que se aplica à todas as obras, apresenta uma síntese dos procedimentos de gestão socioambiental necessários ao efetivo controle da qualidade ambiental das obras e do próprio PDUOT.

As obras deverão ser objeto de supervisão ambiental periódica, realizada pelos especialistas ambiental e social da UGP (Coordenações Ambiental e Social), concomitantemente à supervisão técnica das obras e com periodicidade a ser definida, visando o cumprimento dos seguintes objetivos:

- avaliar como as diretrizes e os procedimentos para o Controle Ambiental das Obras estão sendo observadas;
- avaliar como os componentes de gerenciamento ambiental estão sendo implementados; e
- indicar medidas para aprimorar a qualidade ambiental das obras e propor aperfeiçoamentos ao gerenciamento ambiental.

7.3.2. Responsabilidades

O Programa de Gerenciamento Ambiental da Construção será de responsabilidade direta da UGP.

7.3.3. Custos

Os custos para a implantação deste Programa estão embutidos nos custos de gerenciamento da UGP.

³⁰ Todas as atividades socioambientais previstas deverão ser incluídas na mesma planilha de custos das atividades de engenharia e obra.

7.4. Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

7.4.1. Objetivos

Os objetivos deste programa são: i) estabelecer as diretrizes para a gestão dos resíduos gerados pela eventual demolição parcial de prédios e infraestrutura (calçadas, vias etc.) para a implantação das obras do Programa, de forma a disciplinar as ações necessárias para minimizar os impactos socioambientais; e ii) conscientização de todos os envolvidos com as obras do PDUOT para aplicar a metodologia de redução de resíduos, manuseio e disposição correta dos resíduos, reutilização e reciclagem de material.

7.4.2. Etapas de Desenvolvimento

A disposição final dos resíduos da construção civil – RCC é disciplinada pela Resolução CONAMA Nº 307/2002, que também prevê penalidades para a disposição final em desacordo com a legislação.

Essa Resolução exige do poder público municipal a elaboração de leis, decretos, portarias e outros instrumentos legais como parte da construção da política pública que discipline a destinação dos RCC e identifica como responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos os participantes do processo construtivo (setor produtivo) e o setor público. Os primeiros incluem os geradores e transportadores dos resíduos sólidos, sejam os construtores ou os responsáveis pelas obras (mestres, arquitetos, engenheiros etc.), e os que transportam os entulhos, também conhecidos por caçambeiros ou coletores de entulhos.

No setor público estão incluídos principalmente os municípios e seus vários órgãos responsáveis pela limpeza urbana, pelo meio ambiente, pela pavimentação, pela habitação, pelas obras em geral etc.

Dessa forma, o cumprimento da Resolução CONAMA Nº 307/2002 deve contemplar: i) o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PMGRCC); e ii) os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). O primeiro é de responsabilidade do município e, o segundo, de responsabilidade dos grandes geradores (construtores e responsáveis pelas obras).

O PMGRCC deverá incorporar as diretrizes necessárias com relação às áreas de recebimento, separação, armazenamento, processamento e reciclagem dos resíduos sólidos oriundos de canteiros de obra, incorporando:

- as diretrizes técnicas e os procedimentos para o PMGRCC e para os PGRCC, a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores;
- o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de

pequenos volumes, em conformidade com o ponto da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento;

- o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e de disposição final de resíduos;
- a proibição da disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas;
- o incentivo a reinserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo;
- a definição de critérios para o cadastramento de transportadores;
- as ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos; e
- as ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e a sua segregação.

Os PGRCC, por sua vez, deverão conter informações com relação à quantidade e tipos de resíduos gerados, triagem (de preferência no momento da sua geração), acondicionamento, destinação e transporte. A responsabilidade do transporte será também das empresas coletoras, que deverão responder às diretrizes estabelecidas pelo PIGRCC.

Para cumprimento do PGRCC deverão ser observadas as etapas apresentadas no Quadro Nº 4.

O PGRCC, a ser elaborado pelas empresas construtoras, deverá ser composto pelo plano de redução de resíduos, reutilização e reciclagem, desenvolvido antes do início das obras.

Quadro Nº 4: Etapas de cumprimento do PGRCC

CARACTERIZAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS
Triagem	Realizada, preferencialmente, pela origem, ou nas áreas de destinação respeitadas as classes de resíduos.
Acondicionamento	O gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem.
Transporte	Realizado conforme as normas transporte de resíduos.
Destinação	Deve atender a Resolução CONAMA Nº 307/02, conforme descrito em “Destinação dos Resíduos da Construção Civil”.

7.4.3. Procedimentos Recomendados

Em síntese, para o gerenciamento dos resíduos nos canteiros e frentes de obras são recomendados os procedimentos a seguir:

a) Acondicionamento Inicial e Segregação na Fonte

A triagem dos resíduos deve ocorrer o mais próximo possível dos locais de sua geração, sendo o tratamento realizado de acordo com o Quadro Nº 1. A frequência da coleta é determinada pela quantidade dos resíduos, de forma a impedir o seu acúmulo e o comprometimento da sua segregação e posterior destinação e dos demais serviços na obra.

b) Acondicionamento Final

As formas de acondicionamento dos resíduos são apresentadas no Quadro N° 2. No acondicionamento dos resíduos os seguintes aspectos devem ser considerados: i) volume; ii) facilidade de coleta; iii) segurança dos trabalhadores e da comunidade; e iv) preservação da qualidade dos resíduos nas condições necessárias para sua destinação ou reutilização.

c) Destinação

A destinação dos resíduos deve ser indicada pela empresa construtora e aprovada pela UGP.

O local deverá ser selecionado considerando os seguintes fatores:

- qualidade ambiental do local da destinação;
- viabilidade econômica (custo do transporte e valoração dos resíduos); e
- possibilidade de utilização dos resíduos nas áreas de influência das obras.

A destinação dos resíduos pode ser realizada por empresa terceirizada, desde que credenciada nos órgãos ambientais estadual e municipal e aprovada pela UGP, que deve acompanhar, mensalmente, se a empresa construtora ou terceirizada contratada para os serviços estão dando aos resíduos a destinação e disposição adequadas. Os resíduos devem ser acompanhados até sua destinação final por meio de licenças e comprovantes de recebimento.

d) Resíduos Classe D

A Resolução CONAMA N° 307/02 em seu Artigo 3º IV classifica como Classe D os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas, instalações industriais, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Algumas construções, que poderão ser parcial ou totalmente demolidas para a reforma e implantação das obras do Programa, podem conter telhas de cimento amianto exigindo, portanto, cuidados especiais com o manuseio e a disposição adequada (Quadro N° 5). Neste caso, as telhas devem ser removidas da construção com o máximo cuidado, inteiras e adequadamente acondicionadas em caçambas/contêineres específicos. O trabalhador responsável pelo serviço deve estar devidamente protegido com Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados.

e) Avaliação de Desempenho

O desempenho da Gestão de Resíduos de Obra deve ser avaliado periodicamente pela UGP, considerando os seguintes aspectos:

- i) Limpeza e Segregação na Fonte, observando:

- a limpeza do local e entorno;
- a segregação e organização dos materiais;
- o uso correto dos dispositivos de acondicionamento; e
- a segregação dos resíduos;

ii) Acondicionamento final, observando:

- a identificação do resíduo;
- a quantidade de resíduo no dispositivo de acondicionamento;
- a segregação dos resíduos; e

iii) Destinação dos resíduos, observando-se:

- o estabelecimento adequado do destino;
- a existência de registro de destinação e cadastro de destinatário; e
- a eventual recusa no recebimento dos resíduos (resíduos misturados).

Quadro Nº 5: Quadro de Tratamento de Resíduos

TIPOS DE RESÍDUOS	ACONDICIONAMENTO INICIAL	ACONDICIONAMENTO FINAL	DESTINAÇÃO
Solos	<ul style="list-style-type: none"> • Segregar em leiras, de no máximo 1,5m de altura, o solo argiloso separado do solo fértil (solo orgânico), para possível utilização na própria obra e na recuperação de áreas degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em leiras, de no máximo 1,5m de altura, nas proximidades do local de reuso. • Na caçamba dos caminhões que retiram o material. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuso no próprio empreendimento; • Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes licenciados; • Aterros de outros locais; e • Áreas degradadas em processo de recuperação (solo orgânico).
Vegetação	<ul style="list-style-type: none"> • Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. 	—	<ul style="list-style-type: none"> • Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados; e • Áreas de transbordo e triagem para lenha, cadastrada na UGP.
Blocos de concreto, tijolos, argamassa, concreto, ladrilhos e demais qualificados pela CONAMA 307/2002	<ul style="list-style-type: none"> • Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em caçambas estacionárias; • Na caçamba dos caminhões que fazem a retirada do material. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados; • Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP.
Madeira	<ul style="list-style-type: none"> • Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em baias ou caçambas estacionárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP; • Empresas e cooperativas que utilizam a madeira para reuso ou combustível; e • Aterro sanitário.

Quadro Nº 5: Quadro de Tratamento de Resíduos (Continuação)

TIPOS DE RESÍDUOS	ACONDICIONAMENTO INICIAL	ACONDICIONAMENTO FINAL	DESTINAÇÃO
Serragem	<ul style="list-style-type: none"> Em recipientes identificados (tambor ou caixote), localizados no local de geração (carpintaria). 	–	<ul style="list-style-type: none"> Reutilização dos resíduos nos derramamentos de óleo para absorção e secagem; e Aterro sanitário.
Plásticos (embalagens e restos de tubulações).	<ul style="list-style-type: none"> Recipientes específicos e sinalizados, localizados no local de geração. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas sinalizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas, empresas ou associações que coletam, separam, enfardam comercializam e reciclam aparas plásticas.
Metais (ferro, aço, fiação, arames, perfis etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Recipientes específicos e sinalizados localizados próximos ao local de geração; As peças grandes são empilhadas próximas ao local de geração. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas sinalizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas, empresas ou associações que coletam, comercializam ou reciclam resíduos metálicos.
Restos de alimentos e suas embalagens e papéis sujos (refeitório, sanitários etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Cestos de lixo (saco plástico para lixo). 	<ul style="list-style-type: none"> Sacos plásticos contendo os resíduos adequados para a coleta pública; 	<ul style="list-style-type: none"> Aterro para resíduos domésticos, por meio da coleta pública municipal (esta destinação não precisa ser registrada).
Resíduos perigosos (solos contaminados com esgoto ou óleos, material contaminado com óleo, tinta, asfalto, Impermeabilizantes etc.), pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, telhas de cimento amianto.	<ul style="list-style-type: none"> Manuseio de acordo com os cuidados recomendados pelo fabricante; Imediato transporte pelo usuário para o local de armazenamento final. 	<ul style="list-style-type: none"> Em recipientes devidamente sinalizados e de uso restrito pelos responsáveis pelo manuseio desses resíduos; Resíduos da caixa separadora de óleos e graxas e decorrentes de derramamentos de óleos devem ser acondicionados em tambores tampados e identificados, armazenados em local destinado para este fim, com solo impermeabilizado. 	<ul style="list-style-type: none"> Disposição em aterros específicos para esses tipos de resíduos. (Classe D).
Resíduos provenientes de banheiros químicos	<ul style="list-style-type: none"> No próprio banheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem. 	<ul style="list-style-type: none"> O fornecedor do banheiro deve retirar os resíduos por meio de pipas, que encaminham os resíduos para locais licenciados. As licenças deverão ser conferidas pela UGP.

f) Demolição

As demolições nas áreas onde serão implantadas as novas obras do Programa, principais geradores de resíduos da construção civil, exigem o cumprimento de procedimentos específicos, quer para a garantia da qualidade ambiental, quer para o atendendo a Norma Regulamentadora (NR -18) do Ministério da Economia. A demolição, caracterizada como a destruição, de forma deliberada, de edificações, calçadas, pavimentos etc., total ou parcial, e demais construções ou

estruturas para dar outro destino aos espaços por elas ocupados, compreende as seguintes atividades:

- remoção de estruturas de concreto, alvenarias, cerâmica e madeira;
- remoção de tubulações;
- remoção de coberturas, vidros, louças, metais e esquadrias.

Quando o reaproveitamento do material (entulho) não for possível na própria obra, este deverá ser conduzido à local apropriado (bota-fora, aterro sanitário ou outro, devidamente licenciado ou aprovado pelo órgão ambiental local).

A demolição poderá ser feita por meio de ferramentas manuais ou mecânicas, de modo a garantir a integridade dos materiais para o seu possível reaproveitamento.

Deve ser programada e dirigida por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável a presença de um Técnico de Segurança do Trabalho – TST, orientando a correta utilização dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual) pelos trabalhadores envolvidos na atividade.

A área circunvizinha a demolição precisa ser avisada previamente e isolada durante a atividade, evitando contratempos e acidentes.

O Quadro Nº 6 contém as medidas de controle, de acordo com a Norma Regulamentadora - NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

As estruturas e demais peças a demolir, deverão ser reduzidas a fragmentos de dimensões compatíveis com o emprego do equipamento de carga e transporte, e com a conformação estética do local do botafora.

Todo entulho será transportado, depositado e espalhado em botafora licenciado, em localização estabelecida no Projeto aprovado ou indicado pela UGP.

Quadro Nº 6: Medidas de Controle de Demolição

FASES DA ATIVIDADE	MEDIDAS DE CONTROLE
Antes de iniciar a Demolição (Planejamento)	As linhas de fornecimento de energia, água, inflamáveis líquidos e gasosos, substâncias tóxicas, canalizações de esgoto e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando-se as normas em vigor.
	As construções vizinhas à demolição devem ser vistoriadas, visando preservar a estabilidade e a integridade física de terceiros.
	Devem ser removidos os vidros, ripados, estuques e outros elementos frágeis.
	Antes do início da demolição de um pavimento devem ser fechadas todas as aberturas existentes no piso, salvo as utilizadas para escoamento de materiais, sendo proibida a permanência de pessoas nos pavimentos que possam ter a estabilidade comprometida no processo de demolição.
Durante a Demolição	As escadas devem ser mantidas desimpedidas e livres para a circulação de emergência e somente serão demolidas à medida que forem sendo retirados os materiais dos pavimentos superiores.
	Os objetos pesados ou volumosos devem ser removidos com dispositivos mecânicos, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.
	As estruturas em demolição não devem ser abandonados em posição de risco desabamento.
	Os materiais das edificações, durante a demolição e remoção, devem ser previamente umedecidos.

Os veículos de transporte de entulho deverão ser carregados de modo a evitar o derramamento ou espalhamento pelas vias públicas do entulho proveniente das demolições. Caso isso ocorra, a empreiteira de obra deverá limpar os locais sem ônus para o Programa.

7.4.4. Responsabilidade

O PGRCC será de responsabilidade das empresas construtoras.

7.4.5. Custos

Os custos deste programa são diluídos nos custos das obras.

7.5. Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito.

7.5.1. Objetivos

O Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO tem como objetivos fornecer os elementos técnicos necessários à redução dos danos ambientais decorrentes das obras, disponibilizar às empreiteiras os critérios ambientais a serem respeitados durante as obras e, finalmente, aos trabalhadores, estabelecer as normas para uma conduta ambientalmente correta nos canteiros de obra. Os procedimentos de controle ambiental se dirigem à implantação dos canteiros de obra e ao controle de ruídos e emissões atmosféricas.

7.5.2. Preparação do terreno

A preparação da área necessária à implantação das obras deverá ser realizada com os cuidados ambientais necessários para reduzir os danos e possibilitar a adequada recuperação ambiental do entorno da obra.

Durante a raspagem do solo, quando a obra ocorrer em terreno natural, a terra fértil do *horizonte "A"* deverá ser separada e adequadamente estocada, de forma a não interferir nos demais serviços e prevenir os processos erosivos, visando a sua redistribuição nas áreas com solo em exposição no entorno dos novos empreendimentos, logo após a conclusão da obra. O transporte de terra para o exterior da área da obra deverá ser evitado. O excedente decorrente da abertura de valas, cortes etc., bem como o material que não puder ser utilizado no próprio local ou na recuperação do entorno e dos acessos, deverá ser disposto em bota-fora devidamente licenciado.

7.5.3. Instalação e Operação do Canteiro de Obras

O canteiro de obras, dependendo do porte da obra, é composto pelos seguintes elementos: edificações provisórias para administração e serviços; depósito; refeitório; pátio de material de construção (brita, areia, ferragem, madeira, bota-fora temporário etc.); carpintaria; pátio de armação, vestiários e sanitários e guarita.

Todos os pontos de despejo da vazão de canaletas e drenos no terreno deverão receber proteção contra erosão, mediante disposição de brita, grama ou caixas de dissipação de energia. Deverão ser evitados os pátios e plataformas planas, que facilitam o empoçamento, garantindo-se declividade mínima de 2% a 3% em qualquer local da obra.

Por se tratar de instalações temporárias, o canteiro deverá utilizar sistemas de drenagem simplificados, dispensando-se obras sofisticadas em concreto, como desembocaduras e outras, de caráter duradouro.

Os acessos internos de circulação deverão ser mantidos em condições permanentes de trânsito para pessoas, equipamentos e veículos, sinalizados e isolados, até o encerramento da obra. Especial atenção deverá ser dada ao controle de poeira no canteiro e área de influência.

O isolamento das áreas em obra deve ser total, de forma a minimizar os incômodos decorrentes da poeira, fumaça e ruído, de acordo com a NR-18.

O abastecimento do canteiro deverá ser com água com potabilidade certificada e, no que se refere aos efluentes, se não puder ser utilizada o sistema público de esgoto deverá ser apresentado um projeto de tratamento em fossas sépticas e filtro anaeróbico. Não será permitido o uso de valas a céu aberto ou de caixas sem tampas adequadas.

A coleta, o transporte e a disposição final de lixo deverão ser realizados adequadamente. O lixo produzido no canteiro e demais locais da obra serão recolhidos com frequência, de forma a não produzir odores ou proliferação de insetos e roedores. Será feita a separação de lixo orgânico e inorgânico, podendo-se dar tratamento diferenciado a cada caso no tocante à frequência de coleta, tratamento e destino final. O inorgânico será encaminhado à entidade habilitada a receber material reciclável e o orgânico será retirado pelo serviço usual de coleta de lixo da prefeitura municipal. Assim, os restos de comida, vasilhames etc. deverão ser retirados do canteiro, não se admitindo qualquer disposição de lixo nas áreas do empreendimento e de seu entorno.

As instalações do refeitório deverão incluir telas do tipo mosquiteiro, sistemas de ventilação, lavatórios e sanitários em número e capacidade adequados.

7.5.4. Interferências no trânsito e Sinalização

A sinalização das obras consiste num conjunto de placas e dispositivos com características visuais próprias, com a função de garantir a segurança dos usuários e trabalhadores e a fluidez do tráfego, se for o caso, nas áreas afetadas pelas intervenções.

Esta sinalização tem por finalidade:

- advertir corretamente todos os usuários sobre as intervenções;
- fornecer informações precisas, claras e padronizadas;
- assegurar a continuidade dos caminhos e os acessos às edificações lindeiras;
- proteger a obra, os trabalhadores e os usuários da via em geral;

- diminuir o desconforto e os riscos de acidentes, causado aos moradores e à população em geral, da área afetada pela intervenção.

Para a sua eficiência, a sinalização deve atender aos seguintes parâmetros:

- ser colocada em posição e condição legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito;
- ser devida e sinalizar qualquer obstáculo à livre segurança de veículos e pedestres, tanto na via como no acostamento e na calçada; e
- é obrigatória a sinalização em todas as obras executadas na via pública, dependendo o seu início de prévia autorização do órgão de trânsito.

No que se refere à segurança para o pedestre, quando as intervenções na via interferem na passagem livre dos pedestres, deve-se providenciar sinalização específica para protegê-los e orientá-los. Neste caso, devem ser atender às seguintes diretrizes:

- as passagens provisórias devem ter separação física entre pedestres e veículos, bem como entre pedestres e obras, sendo esta separação feita por tapumes ou outros dispositivos de sinalização auxiliar;
- a circulação de pedestres deve ser mantida limpa e livre de obstáculos (buracos, entulhos etc.). Caso não seja possível, os obstáculos devem ser guarnecidos com dispositivos adequados e sinalizados;
- as passagens devem ter no mínimo 90cm de largura, garantindo o trânsito de carrinhos de bebê e cadeiras de roda e ser mais largas em obstruções de comprimento superior a 30m ou em áreas de grande volume de pedestres;
- os sinais e equipamentos de controle de tráfego não podem constituir obstáculos aos pedestres;
 - embora os equipamentos refletivos sejam de pouca valia para os pedestres, as luzes de advertência podem ser usadas para delinear o caminho dos pedestres e sinalizar obstáculos de forma apropriada;
 - iluminação temporária artificial à noite, particularmente se as passagens adjacentes também forem iluminadas; e
 - quando não for possível providenciar passagem adequada, os pedestres devem ser orientados a utilizar outro caminho (calçada oposta, contorno da obra, outra quadra) por sinalização e equipamentos apropriados.

Com relação ao tráfego de veículos da obra, com destaque aos de transporte de materiais, os motoristas devem ser orientados a não ultrapassar a velocidade de 40km/h num raio de 200m da obra. Nas obras próximas à escola a velocidade máxima deve ser de 30km/h.

7.5.5. Controle de Ruídos

A emissão de ruídos nas obras poderá causar danos ao meio ambiente, à população e aos empregados se não tratada com os cuidados necessários.

As obras deverão promover um aumento nos níveis de emissão de ruídos, desde a mobilização dos equipamentos até a sua conclusão. Desta forma, deverá ser realizado o monitoramento e o controle dos níveis de ruídos contínuos ou intermitentes, serão medidos em decibéis (dB), por meio de decibelímetro com faixa de frequência entre 30 e 130 dB. Os níveis de ruídos deverão ser determinados em todas as etapas do empreendimento e não poderão ultrapassar 85 dB.

As medições (externas) devem atender ao disposto na Resolução CONAMA N° 01/1990, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais.

Os empregados da obra devem participar de treinamentos sobre a redução de ruídos de suas atividades, visando o maior conforto laboral e a redução dos incômodos de vizinhança.

As atividades noturnas, quando necessárias, devem ser precedidas de autorização do órgão competente e ser realizadas dentro do horário estabelecido pela legislação municipal. Além disso, não serão permitidos equipamentos como britadeiras, geradores e serras elétricas, que emitem ruídos excessivo.

Durante a obra, os equipamentos estacionários que emitem ruídos excessivos, como geradores e serras elétricas, deverão ser abrigados em recintos com vedação acústica para a mitigação dos incômodos de vizinhança.

Sobretudo nas obras com pouca área de terreno remanescente e, portanto, muito próximas de residências, os equipamentos de trabalho com maior emissão de ruídos devem ser manejados com restrições, com tempo de uso restrito e em locais que possam reduzir os incômodos de vizinhança.

7.5.6. Controle de Emissões Atmosféricas

Diz respeito ao controle das emissões de material particulado e gases na atmosfera, com potencial para causar danos ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalhador e da população das áreas de influência das obras.

Os procedimentos estabelecidos para o controle de emissões atmosféricas visam o monitoramento visual diário para o controle das poeiras e da fumaça dos veículos e equipamentos movidos à óleo diesel utilizados nas obras.

Para o monitoramento e controle da emissão de fumaça será utilizada a Escala Ringelmann³¹ (Figura N° 2). Quando a concentração estiver acima de 40%, %, deverão ser exigidas providências de melhoria e ajustes nos veículos e equipamentos.

³¹ A Escala Ringelmann é um hexágono com faixas de cinza (0 a 100%) utilizado para medir a concentração de poluentes da fumaça. Para a medição o encarregado deve estar a uma distância de 2 a 5 metros do escapamento do veículo ou equipamento e verificar se a fumaça no centro da Escala está acima da faixa 40%, que caracteriza uma situação não-conforme e exige providências.



Figura Nº 2. Escala Ringelmann

7.5.7. [Responsabilidade](#)

A responsabilidade pela implantação deste programa é das empresas construtoras.

7.5.8. [Custos](#)

Os custos deste Programa estão incorporados nos custos da obra e devem fazer parte das especificações dos editais das obras.

7.6. [Plano de Recuperação de Canteiro de Obras, Áreas de Empréstimo e Bota-fora](#)

7.6.1. [Objetivos](#)

O Plano de Recuperação de Canteiro de Obras, Áreas de Empréstimo e Bota-fora tem como objetivos a recuperação das áreas degradadas durante a implantação das obras do PDUOT, de maneira que nenhum passivo ambiental permaneça nas áreas contempladas pelo Programa.

7.6.2. [Medidas de controle ambiental](#)

Os canteiros de obras são estruturas de apoio, normalmente compostos por edificações para administração e serviços, almoxarifado, refeitório, carpintaria e pintura, vestiários, banheiros, sanitários, guarita e estacionamento. A sua implantação deve ser prevista no Projeto Básico de engenharia, com indicação de áreas disponíveis e de procedimentos controle e recuperação.

As áreas de empréstimo são áreas mineradas utilizadas para a obtenção de materiais, por meio de escavações do solo que apresenta características para atender às necessidades das obras.

Os bota-fora, por sua vez, são áreas destinadas ao recebimento dos materiais excedentes de terraplenagem, materiais inservíveis como os solos moles, entulhos resultantes de demolição de construções e retirada de pavimentos, restos de vegetação resultantes de desmatamento e supressões de indivíduos arbóreos, destocamento e limpeza do terreno etc.

As principais diretrizes e medidas de controle ambiental que deverão ser consideradas encontram-se sintetizadas no Quadro Nº 7.

Quadro Nº 7: Medidas de Controle Ambiental na Recuperação de Áreas degradadas

MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL	
Ação	Descrição
Área de Empréstimo e Bota-fora	<ul style="list-style-type: none"> • Essas áreas deverão ser previamente licenciadas pelo órgão ambiental competente, com base no Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD; • Deve ser evitado o uso irregular da área por terceiros, por meio de vigilância e restrição de acesso; • As áreas de empréstimo deverão ser exploradas de acordo com o PRAD e as condicionantes da Licença de Instalação e, mesmo se tratando de propriedade de terceiros, deverão ser objeto de inspeção ambiental; • Nos bota-foras, poderão ser dispostos restos vegetais (basicamente raízes e tocos picados), respeitando-se o limite interno de, pelo menos, 5,0m da área a ser utilizada, de maneira que o material fique totalmente contido no interior do aterro. Será necessário adequar a acomodação do material antes da sua cobertura com terra, para garantir que as cavidades sejam preenchidas para minimizar os riscos de desestabilização do bota-fora; • Deve ser evitada a formação de poças de água que propiciam a formação de ambientes favoráveis à proliferação de vetores transmissores de doenças; • A camada de solo orgânico será removida e estocada em local plano, antes da deposição de material no bota-fora, para posterior utilização na recuperação final da área. Essa estocagem poderá ser em pilhas. Caso ocorra carreamento desses solos, deverão ser adotadas medidas complementares que incluem a implantação de bacias de retenção a jusante ou a proteção com filme plástico; e • Toda ocorrência de erosões e assoreamentos exigirá ação corretiva imediata.
Recuperação de vias danificadas pelas obras.	<ul style="list-style-type: none"> • As vias utilizadas pela obra serão devolvidas a normalidade, no mínimo em condições de uso compatível com a sua situação antes do início das obras; • A sinalização de obra será removida e a sinalização original será reinstalada, nos casos pertinentes.

7.6.3. Responsabilidades.

A implementação dos PRAD é de responsabilidade da empresa construtora e os custos dessas ações devem incorporar-se ao custo da obra.

7.7. Programa de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada

7.7.1. Objetivo

O objetivo deste programa é a capacitação dos empregados das empresas construtoras para que todos tenham conhecimento das práticas gerais de gestão ambiental associadas às suas atividades. Assegura que todos realizem suas atividades de acordo com os procedimentos adequados, considerando os cuidados com o meio ambiente, as comunidades e o patrimônio. O treinamento deverá ser aplicado a todos os empregados, colaboradores e prestadores de serviço, inclusive de empresas terceirizadas.

7.7.2. Atividades

O treinamento ambiental a ser aplicado pelas empreiteiras de obra deverá abranger:

- noções sobre legislação ambiental;
- importância da prevenção e controle da erosão, poluição e danos ao meio ambiente;
- destinação dos resíduos sólidos;
- instruções de controle ambiental;
- procedimentos de supervisão e monitoramento ambiental;
- Código de Conduta e normas de relacionamento com a comunidade;
- reconhecimento de animais peçonhentos e procedimentos no caso de acidentes; e
- procedimentos de acionamento em caso de acidentes ambientais.

Essa capacitação fará parte do treinamento admissional obrigatório, em módulo padrão de duas horas de duração, ministrado no próprio canteiro de obra e com registro de presença. Complementarmente serão realizados treinamentos periódicos para reforçar os conceitos de gestão ambiental, cujo conteúdo deverá enfatizar os aspectos ou procedimentos que tenham se mostrado mais problemáticos durante a obra. A periodicidade máxima deste treinamento complementar deverá ser trimestral.

O treinamento ambiental estará apoiado em exposições audiovisuais, panfletos informativos e circulares. Reuniões emergenciais orientadas de acordo com o nível de instrução e de responsabilidade do público-alvo poderão ser convocadas a qualquer momento.

7.7.3. Responsabilidade

A capacitação ambiental da mão-de-obra é de responsabilidade das empresas construtora, assim como a elaboração de relatórios de acompanhamento do programa, que deverão ser semestrais e conter informações sobre as datas e conteúdo dos

treinamentos ministrados, o número de empregados treinados em cada período, lista de presença, registro fotográfico e avaliação da eficiência dos treinamentos ministrados.

7.7.4. Custos

Os custos deverão ser incluídos nos custos dos treinamentos admissionais e de saúde e segurança ocupacional, a cargo das empresas construtora.

7.8. Programa de Saúde dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas

7.8.1. Considerações

Durante as intervenções um contingente de pessoas pode ser atraído para a região, podendo alterar as condições de saúde da população local e aumentar a concorrência pelos serviços de saúde ofertados pelo poder público municipal. Dessa forma a UGP deverá adotar medidas e ações que previnam, reduzam ou eliminem esses impactos, mantendo ou melhorando o padrão de qualidade de serviços médicos e os tratamentos existentes nos postos de saúde das áreas de influência das obras.

Além desse aspecto, há que se considerar a saúde e segurança dos empregados envolvidos na implantação das obras. Para estes deverão ser cumpridos procedimentos específicos de saúde e segurança durante as obras, determinados pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência.

7.8.2. Objetivos

O objetivo do programa é o estabelecimento de padrões mínimos de atendimento à legislação de controle e saúde e segurança operacional, aplicáveis aos empregados das empreiteiras das obras.

Para o cumprimento desse objetivo cuidados especiais deverão ser adotados pelas empreiteiras para minimizar os riscos e acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou transmissão de doenças infectocontagiosas, assim como para tratar adequadamente as que eventualmente ocorrerem.

Como objetivos específicos do Programa, são considerados:

- a redução da ocorrência de acidentes e problemas de saúde do trabalho;
- o estabelecimento de diretrizes de segurança do trabalho e saúde ocupacional que deverão ser exigidas contratualmente e sistematicamente adotadas durante as obras;
- a determinação das exigências mínimas de segurança do trabalho a serem atendidas pela empreiteira de obras;
- realização de avaliação periódica sobre o avanço dos resultados esperados para diminuição de acidentes de trabalho e identificação de incidentes relacionados ao ambiente de trabalho, saúde e segurança do trabalhador;
- o automonitoramento, de maneira que todos os serviços executados sejam rotineiramente inspecionados e avaliados;

- o estabelecimento de procedimentos eficazes de atendimento das ações corretivas e notificações de não-conformidades, relacionadas ao Trabalho Seguro;
- o treinamento dos empregados na observância dos Procedimentos de Trabalho Seguro e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência;
- a avaliação e o monitoramento da saúde da mão-de-obra, mediante exames admissionais e periódicos que possibilitem o diagnóstico de doenças virais, bacterianas, parasitárias e outras, assim como a verificação das condições auditivas, de visão e outros aspectos relevantes para a atividade a ser realizada pelos empregados;
- a manutenção das condições sanitárias favoráveis aos empregados;
- o esclarecimento e orientação dos empregados sobre doenças sexualmente transmissíveis e doenças infectocontagiosas em geral;
- a assistência médica emergencial aos empregados em caso de acidentes;
- o encaminhamento aos serviços de saúde conveniados dos casos que requeiram assistência médica hospitalar; e
- a notificação às autoridades competentes no caso de ocorrência de doenças de notificação compulsória.

7.8.3. Metas

O Programa tem como meta a conclusão da obra com índice zero de acidentes, sem afastamento e transmissão de doenças infectocontagiosas entre os empregados e, ainda, a conclusão da obra sem nenhuma notificação de não-conformidade decorrente da inobservância dos Procedimentos de Trabalho Seguro.

7.8.4. Atividades

As medidas a serem contempladas no âmbito do programa de segurança do trabalho e saúde ocupacional durante a construção deverão garantir a conformidade das empreiteiras de obra com a legislação trabalhista, assegurando que os procedimentos de saúde e segurança sejam adotados para todas as atividades e controlando a qualidade dos ambientes de trabalho sob a ótica de higiene, saneamento e ergonomia.

7.8.5. Estão previstas, portanto, as seguintes atividades

- Instauração da Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA;
- elaboração de Procedimentos de Trabalho Seguro;
- treinamento em segurança do trabalho;
- gerenciamento da segurança do trabalho;
- atribuição de responsabilidades;
- auditoria periódica para a avaliação do cumprimento das normas regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho – SST; e

- comunicação, além do escritório regional do Ministério do Trabalho e Previdência, à UGP da ocorrência de acidente de trabalho nas obras do Programa.

7.8.6. Custos

Os custos do Programa deverão ser incluídos nos custos do atendimento da legislação trabalhista, a cargo das empreiteiras de obra, incluindo o técnico em segurança.

7.9. **Código Conduta para Trabalhadores na Construção**

7.9.1. Considerações

Este Código de Conduta se destina a todos os trabalhadores relacionados às atividades e intervenções do PDUOT, com destaque aos das empresas construtora e àqueles que trabalham diretamente nas obras.

Primeiramente, há que se considerar que todos os integrantes do Programa pautarão suas ações e relações no princípio da confiança na pessoa, no seu potencial e na sua vontade de se desenvolver. Assim, todos os integrantes serão responsáveis por exercer suas responsabilidades e conduzir as atividades do PDUOT com transparência e estrita observância às leis, ao respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e às diretrizes do MPAS do BID.

Cada Integrante é, portanto, responsável pela observância, implementação e difusão deste Código de Conduta.

Para que todos tenham as mesmas oportunidades de trabalho, nos procedimentos de identificação, contratação, atribuição de desafios e responsabilidades, oportunidades de desenvolvimento e capacitação, avaliação de desempenho e definição de remuneração e benefícios, deverão prevalecer exclusivamente os requisitos, as necessidades e os resultados do trabalho, o mérito, as qualificações pessoais e profissionais e o potencial de cada um.

Não será admitido no PDUOT qualquer preconceito ou discriminação de pessoas, em decorrência de sua raça, cor, nacionalidade, origem, religião, sexo, preferência sexual, classe social, estado civil, idade, peso, altura, deficiência física ou qualquer outra característica física pessoal.

No PDUOT deverá ser incentivada a cordialidade no trato, a confiança, respeito e uma conduta digna e honesta nas relações entre as pessoas, independentemente de sua posição hierárquica, cargo ou função. Dessa forma, não será admitido o uso da posição de líder para solicitar favores ou serviços pessoais aos liderados. Também não serão tolerados ameaças ou assédios de qualquer tipo, incluindo, mas não se limitando, às mulheres. Da mesma forma que não será admitida a intrusão na vida privada das pessoas, nem no ambiente de trabalho nem fora dele.

7.9.2. Aplicação

Todos os empregados com atuação no PDUOT, sobretudo os das empresas construtoras, deverão receber uma cópia do Código de Conduta e, se necessário, buscar o pleno

esclarecimento de suas obrigações e direitos junto ao superior funcional imediato, até que tenha plena compreensão necessária para pautar sua conduta, devendo, neste momento, ser registrada toda informação prestada.

Não buscar o pleno esclarecimento das dúvidas ou ignorar uma ação questionável própria ou de terceiros, que tenha reflexo negativo sobre o Programa, seja omitindo-se, seja alegando desconhecimento de sua natureza, é conduta considerada inaceitável no PDUOT. Assim, no caso de dúvida sobre qual conduta a adotar ou caso tenha conhecimento de violação deste Código, por parte de qualquer pessoa, o empregado não deve se omitir e deve levar o assunto ao conhecimento de seu superior imediato, de forma aberta e sincera.

Caso exista algum desconforto no posicionamento explícito ou caso o Integrante tenha fortes razões para manter o anonimato no relato de violação a este Código, poderá utilizar o telefone de acesso ao Ouvidor da UGP, cujo acesso deverá ser amplamente divulgado no âmbito do Programa.

Não será permitida e tolerada qualquer retaliação contra um Integrante que relate uma preocupação sobre conduta ilegal ou não conforme com as orientações deste Código de Conduta.

No caso de dúvida quanto às orientações deste Código ou à lisura de qualquer ato, o empregado deve buscar o apoio do seu superior imediato, ou o superior deste, e assim sucessivamente, até que a dúvida seja sanada. Não é conduta aceitável ignorar a ação questionável omitindo-se ou alegando desconhecimento de sua natureza.

7.9.3. Igualdade de Gênero e Conduta do Pessoal da Obra

As empresas construtoras deverão atuar de forma a prevenir e combater a desigualdade de gênero e a conduta inadequada dos trabalhadores das obras do Programa, de acordo com as seguintes diretrizes:

- a contratação de pessoal deverá considerar a igualdade de gênero e, no caso da solicitação de curriculum, este não poderá conter foto do candidato à vaga;
- não serão contratados candidatos com antecedentes criminais vinculados a delitos sexuais, assédio sexual, prostituição e maltrato de pessoas, para proteger as mulheres e crianças vinculadas às obras e suas áreas de influência;
- este Código de Conduta para o pessoal das obras (empresas construtoras e terceirizadas), poderá ser complementado pela empresa construtora, de forma a contemplar medidas para evitar a geração de conflitos de gênero, sociais, políticos e culturais e prevenir tumultos e desordens por parte dos empregados vinculados às obras, assim como para a preservação da ordem, a proteção da comunidade das áreas de influência e a integridade dos bens públicos e privados. Esse código deve ser parte integrante do contrato de trabalho;
- o descumprimento do Código de Conduta estará sujeito à sanções, multas e demissões, de acordo com o nível de gravidade, estabelecidos no próprio código de conduta;
- nas frentes de obra as interações entre os trabalhadores (independentemente da

hierarquia) e a comunidade e transeuntes deverão ocorrer com respeito e sem discriminação (com relação à situação familiar, origem étnica, raça, sexo, idioma, religião, estado civil, nascimento, idade, necessidades especiais ou convicção política.);

- todos os empregados deverão ser capacitados a atender ao Código de Conduta, independentemente da hierarquia;
- toda violação ao Código de Conduta deverá ser informada e registrada, não sendo permitida qualquer represália contra o trabalhador que informe tal violação.

7.9.4. Prevenção e Atuação Frente ao Assédio Sexual

Para a prevenção e atuação frente ao assédio sexual nas obras do PDUOT os seguintes procedimentos deverão ser observados:

Medidas Preventivas

- inclusão, pela empresa construtora, no plano de capacitação do pessoal da obra, de uma abordagem específica sobre o tema “relação com a comunidade da área de influência das obras”;
- elaboração de cartilha informativa sobre o significado e as condutas entendidas como socialmente éticas;
- criação de canais de comunicação para explicar as regras internas e de conduta dos trabalhadores que não serão admissíveis pela empresa;
- capacitação do pessoal da obra contemplando o comportamento a ser seguido para evitar atos que possam ser considerados desrespeitosos por parte da comunidade;
- deverão ser explicitadas, na referida capacitação, as tipificações de condutas consideradas como assédio sexual, indicando expressamente sua proibição e sanções decorrentes da sua prática; e
- finalmente, na referida capacitação, serão apresentados os procedimentos que a comunidade dispõe para denunciar os casos de assédio sexual por parte dos empregados da obra, além daqueles que o próprio pessoal da obra dispõe.

Procedimentos de Controle

- o Mutuário deverá colocar à disposição da comunidade o mecanismo de gestão de inquietudes, queixas e reclamações, para os moradores que se considerem vítimas de assédio sexual possam efetuar suas reclamações;
- deve ser priorizada a solução de tais reclamações;
- a empresa construtora deverá dispor de um protocolo de atuação frente ao assédio sexual, para atender os casos em que um membro da comunidade ou da própria obra denuncie o assédio sexual. Este protocolo deverá conter, pelo menos, o conceito e a tipificação das condutas consideradas como assédio sexual, os procedimentos relativos à denúncia, sua investigação e correta e rápida solução, bem como os sanções correspondentes; e
- esse protocolo será considerado em todos os casos de denúncia de assédio sexual.

7.9.5. Conduta dos Empregados no Canteiro de Obra

A correta conduta dos empregados da obra, a par do que já foi exposto nos itens anteriores, deve se pautar no cumprimento das seguintes exigências:

- preservar as informações da empresa que não tenham sido divulgadas e informações privilegiadas ou confidenciais obtidas em decorrência do cargo, da função ou relação de trabalho, para não influenciar decisões que favoreçam interesses particulares, de familiares ou terceiros;
- exercer as atividades profissionais com transparência, respeito e competência, colaborando com sugestões que venham melhorar a qualidade, os processos, os produtos e os serviços da empresa, e preservar a sua imagem, patrimônio e interesses, sendo responsável pelo trabalho e informações prestadas;
- não utilizar o tempo de trabalho e os recursos materiais da empresa para desenvolver atividades de interesse privado;
- agir de forma honesta, justa, e proporcionar atenção a todas as pessoas com as quais se relaciona em nome da empresa, respeitando as diferenças individuais;
- respeitar, no exercício profissional, todas as políticas e normas internas da empresa, o Código de Conduta, bem como a legislação vigente;
- é de responsabilidade dos empregados estarem atentos às normas e aos procedimentos para a realização de suas atividades profissionais, preservando sua integridade física e de seus colegas;
- os empregados em exercício de suas atividades profissionais representam a imagem da empresa e, por esta razão, devem se preocupar em usar roupas e acessórios que valorizem esta imagem, evitando exposições desnecessárias;
- todo trabalhador deverá submeter-se a exame médico e vacinação no momento de sua admissão;
- deverá ser respeitada uma conduta adequada no trajeto de casa para o trabalho, visando garantir o sossego da comunidade local;
- para o consumo próprio, o empregado deverá utilizar somente água potável;
- todo lixo produzido na obra ou no refeitório deverá ser depositado em vasilhames adequados. Os restos de comida, vasilhames etc. serão retirados do canteiro, não se admitindo qualquer disposição de lixo nas áreas da obra e de seu entorno;
- os sanitários deverão ser utilizados adequadamente;
- sob nenhum pretexto será permitida a supressão da vegetação do canteiro ou entorno, sem autorização da UGP;
- os motoristas de máquinas e equipamentos deverão respeitar rigorosamente os itinerários traçados; e
- são proibidas as pichações nas instalações do canteiro de obras.

7.9.6. Considerações sobre o Tráfico de Pessoas

No que se refere ao tráfico de pessoas, embora seja mais notável a vulnerabilidade quando se trata de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual, há que se considerar o trabalho análogo ao de escravo, onde as vítimas preferenciais são homens, entre 21 e 45 anos e, quase sempre, de baixa escolaridade. Trata-se, neste caso, de uma escravidão moderna que consiste em uma das formas de tráfico de pessoas com a finalidade de exploração da força de trabalho.

Dessa forma, nas obras do PDUOT não será tolerada qualquer forma de tráfico de pessoas. Para tanto em hipótese alguma será aceito o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração.

7.9.7. Canal de denúncias, consultas e sugestões

Caso necessário, os empregados, as empresas contratadas e subcontratadas, incluindo prestadores de serviços, podem utilizar os seguintes canais para dirigir seus questionamentos e denúncias: Ouvidoria da UGP, incluída no Programa de Trabalho Técnico Social; e Mecanismo de Resolução de Queixas, parte integrante do Programa Destinado a Evitar ou Reduzir os Descontentamentos da Comunidade. Casos extremos também poderão ser denunciados às autoridades policiais.

7.9.8. Responsabilidade

A responsabilidade pela adoção e acompanhamento do cumprimento das Normas de Conduta para Trabalhadores na Construção é da UGP e das empresas construtoras.

O descumprimento de qualquer das exigências contidas nestas normas resultará em anotação de ocorrência no Diário de Obra que poderá resultar em sanções de acordo à legislação de saúde e segurança do trabalhador, lei trabalhista.

As Normas de Conduta deverão ser parte integrante do Edital de Licitação e do contrato da obra, de forma que o seu não cumprimento estará sujeito à penalidades e retenção de pagamento.

7.10. Emergências, Contingências e Circunstâncias Acidentais nas Obras

7.10.1. Considerações

Os procedimentos de emergência para obras civis estão previstos em lei e devem fazer parte do planejamento da obra, sendo de extrema importância, sobretudo em locais distantes, perigosos ou com grande concentração trabalhadores e pessoas nas proximidades.

Dessa forma, para garantir a segurança dos trabalhadores e da comunidade das áreas de influência das intervenções do Programa, as obras deverão contar com procedimentos de segurança e deverão ser tomadas medidas de precaução e orientação para a equipe envolvida.

7.10.2. Plano de Ação de Emergência – PAE

As intervenções do Programa deverão ter um Plano de Ação de Emergência – PAE, descrevendo os riscos decorrentes de sua implantação e os procedimentos que deverão ser adotados para resolver as emergências. Este Plano deve ser preparado e divulgado antes do início das obras e deve contemplar também as diretrizes apresentadas a seguir.

Considerações sobre os Procedimentos de Emergência nas Obras do PDUOT

A garantia de uma obra segura os trabalhadores e visitantes depende da tomada de precauções, orientação da equipe e cumprimento de todos os procedimentos de segurança, antes do início da obra.

Toda obra do PDUOT deverá contar com um Plano de Ação de Emergência – PAE, descrevendo os perigos e como resolver situação de perigo e acidente. Trata-se de um documento de prevenção, a ser elaborado antes do início da obra.

Medidas de Segurança:

Os acidentes em construção civil normalmente são típicos e conhecidos e, portanto, podem ser evitados seguindo as medidas de segurança.

Neste contexto, são fundamentais cuidados como fiscalização a empresa construtora e preparação dos empregados com cursos de segurança no trabalho.

Controle da Entrada e Circulação de Pessoas:

Durante as obras, a entrada, circulação e saída de pessoas deve ser controlada, sendo obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e a manutenção do local seguro e impedir acidentes. Os locais com operação de máquinas devem ser isolados e caminhos seguros no interior da obra devem ser previstos, demarcados e sinalizados, para controlar e orientar a circulação interna e evitar acidentes.

Usar equipamentos de segurança:

Todo visitante, assim como todo trabalhador, deve usar EPIs: capacetes, luvas, mangas, calçados e o que mais for necessário para atividades específicas como cinturões, cordas e respiradores.

Esses equipamentos devem ser distribuídos pela empresa construtora e de uso obrigatório no interior da obra.

Procedimentos de Emergência:

O PAE deve ser de conhecimento de todos e deve ser seguido na ocorrência de emergência ou acidente, mantendo-se a calma e a organização. Além disso, toda ocorrência deve ser comunicada ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SEST.

Ocorrendo o acidente, o primeiro passo deve ser uma ligação para um serviço de emergência como o SAMU (Telefone 192) em caso de doenças, ferimentos e intoxicações; e Corpo de Bombeiros, (Telefone 193), em caso de soterramentos ou confinamento em um lugar de difícil acesso.

Nestes episódios, o ambiente deve ser calmo, deve-se procurar acalmar a vítima e aglomerações no local precisam ser evitadas, principalmente ao redor da vítima. O responsável pela segurança da obra deve colher informações sobre a vítima, como ocorreu o acidente e se existem outras vítimas.

Em casos específicos, a vítima pode ser ajudada antes da chamada da ambulância:

- se a pessoa estiver em chamas, abafar o fogo para impedir a alimentação das chamas. Água neste caso precisa ser evitada. Caso a chama não possa ser coberta e abafada, o acidentado, se possível, deve rolar no chão;
- se o acidente foi por intoxicação ou inalação, o acidentado deve ser levado para um lugar ventilado e um médico deve ser informado sobre o tipo de gás inalado;
- se a intoxicação foi por ingestão, deve ser provocado vômito e seguida as instruções de emergência presentes no rótulo da embalagem do produto;
- se a intoxicação foi por contato com a pele, o local deve ser lavado com água corrente.

Em todos os casos o acidentado deve ser encaminhado a um atendimento médico, mesmo que aparente estar fisicamente bem.

Como elaborar um plano de emergência:

Os Planos de Emergência podem ser feito de várias maneiras. Entretanto, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB tem normas que são seguidas na maioria dos casos e podem servir de modelo para a elaboração do documento:

- nome e endereço da obra;
- descrição das instalações;
- contato dos representantes da obra para caso de emergência;
- as possíveis situações perigosas;
- a área de abrangência do plano, de acordo com os danos que podem ser causados ao redor da obra;

- atribuição de responsabilidades nomeando uma tarefa específica para cada pessoa em caso de emergência;
- fluxograma de acionamento para saber com quem entrar em contato no caso de um acidente;
- relação de todos os participantes, todos os integrantes da equipe de obras, todos os materiais para segurança como extintores de incêndio, alarmes, mangueiras, máscaras, ambulâncias, sistemas alternativos de comunicação e de energia;
- meios de acionamento de serviços de emergência como SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, hospitais próximos etc.;
- procedimentos estruturados de acordo com todas as informações fornecidas para combater os riscos detectados;
- formas de divulgação desse mesmo documento para que seja de conhecimento de todas as pessoas envolvidas na obra; e
- cronograma de exercícios práticos e teóricos para capacitar toda a equipe a lidar com os possíveis acidentes.

Durante a elaboração do PAE, os riscos devem ser bem avaliados, de forma sincera e minuciosa. Além disso, as informações devem ser claras e alinhadas com o dia a dia da obra.

Direitos e deveres da empresa em caso de emergência:

São deveres da empresa construtora:

- realizar todos os procedimentos de segurança;
- dar todos os treinamentos para os funcionários dentro do horário de trabalho e com remuneração;
- permitir que pelo menos um representante dos contratados acompanhe as fiscalizações legais;
- elaborar documentos que mostrem os riscos detectados naquele ambiente de trabalho e as formas de diminuir ou preveni-los; e
- em caso de acidentes, preencher a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) notificando as autoridades competentes, mesmo se o funcionário não for afastado, e a UGP.

Direitos e deveres dos funcionários em caso de emergência:

- uso dos EPIs fornecidos pela empresa construtora; e
- assistir as palestras, bem como utilizar, conservar e guardar os EPIs. O não cumprimento dessa exigência pode causar advertências e até demissão por justa causa.

7.10.3. [Medidas de Segurança](#)

Medidas de segurança para evitar acidentes, tais como uso de equipamentos e instrumentos adequados, uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, fiscalização contínua das

empresas e das obras, alerta aos funcionários e exigência de cursos de segurança no trabalho, deverão fazer parte da rotina da UGP e das empresas contratadas.

7.10.4. Controlar da Entrada de Pessoas nas Obras

A entrada e saída de pessoas nas obras deve ser rigorosamente controlado para manter o local seguro e impedir acidentes, seja por distração ou por falta de equipamentos de segurança. Os locais de demolição devem ser bem isolados e devidamente evacuados para evitar acidentes. Nestes aspectos, a UGP deve ser rigorosa ao cobrar das empresas construtoras a implementação dos programas do PGAS relacionados.

7.10.5. Uso de Equipamentos de Segurança

Todo visitante, assim como todo trabalhador da obra, deve usar os EPIs obrigatórios: capacetes, luvas, mangas, calçados e o que mais for necessário para atividades específicas como cinturões, cordas, protetor facial etc. Esses equipamentos deverão ser distribuídos para toda a equipe e utilizados sempre. Caberá à empresa construtora e a UGP conferir a certificação e o prazo de validade desses equipamentos.

7.10.6 Emergência

Ocorrendo uma emergência, o PAE, que deve ser do conhecimento de todos, deve ser seguido, mantendo-se a calma e a organização. Além disso, qualquer ocorrência deve ser comunicada ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SEST.

O primeiro passo deve ser uma ligação para um serviço de emergência do município ou do estado, discando o número 192 em caso de doenças, ferimentos e intoxicações; e Corpo de Bombeiros, se ocorrerem soterramentos ou alguém ficar preso em um lugar de difícil acesso.

7.10.7. Elaboração do Plano de Ação de Emergência - PAE

O PAE pode ser realizado de diferentes maneiras, podendo variar de empresa para empresa.

Recomenda-se que a UGP adote o modelo da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB bastante conhecida e adotada pelas empresas da construção civil, que indica a inclusão das seguintes informações:

- nome e endereço da obra;
- descrição das instalações;
- contato dos representantes da obra para caso de emergência;
- lista das possíveis situações perigosas;
- área de abrangência do PAE, de acordo com os danos que podem ser causados ao redor da obra;
- atribuição de responsabilidades, nomeando uma tarefa específica para cada trabalhador em caso de emergência;

- fluxograma de acionamento, indicando o contato no caso de um acidente;
- relação de todos os participantes, todos os integrantes da equipe de obras, todos os materiais para segurança, como extintores de incêndio, alarmes, mangueiras, máscaras, ambulâncias, sistemas alternativos de comunicação e de energia;
- meios de acionamento de serviços de emergência como SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, hospitais próximos etc.;
- procedimentos de emergência estruturados de acordo com todas as informações fornecidas para combater os riscos detectados;
- divulgação do PAE para que seja de conhecimento de todos os envolvidos com a obra. O material de divulgação e comunicação específica deve atender, além dos trabalhadores, a população do entorno das obras; e
- cronograma de exercícios práticos e teóricos para capacitar toda a equipe a lidar com emergências.

O PAE das obras do PSI deverá ter uma linguagem simples, clara e alinhada com o dia a dia da obra.

7.10.8. Direitos e Deveres da Empresa Construtora em Caso de Emergência

Os deveres da empresa construtora, bem como dos seus gerentes e chefes de equipe com relação à segurança da obra e dos seus trabalhadores deverão ser constantemente cobrados pela UGP considerando os seguintes aspectos:

- aplicação de todos os procedimentos de segurança;
- treinamento de todos os funcionários dentro do horário de trabalho e com remuneração;
- permitir que pelo menos um representante dos empregados acompanhe as fiscalizações legais;
- elaboração de documentos que apresentem os riscos detectados no ambiente de trabalho e as formas de diminuí-los ou preveni-los; e
- Preenchimento da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) em caso de acidentes, notificando as autoridades competentes, mesmo se o trabalhador não for afastado.

7.10.9. Direitos e Deveres dos Trabalhadores em Caso de Emergência

Todos os funcionários deverão estar cientes dos riscos das atividades que realizam e cuidar da própria saúde, principalmente utilizando os EPIs adequados. Também é dever dos trabalhadores assistir às palestras, bem como utilizar, conservar e guardar os equipamentos de segurança. O não cumprimento dessa exigência pode causar advertências e até demissão por justa causa.

7.10.10. Responsabilidades

A implantação dos procedimentos de emergência para as obras é de responsabilidade das empresas construtoras e supervisoras das obras, sob a supervisão e controle da UGP.

7.11. Programa de Trabalho Técnico Social - PTTS

7.11.1. Considerações

O Programa de Trabalho Técnico Social se caracteriza como um conjunto de estratégias, processos e ações, que devem permitir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, o desenvolvimento social e incluir a participação comunitária nas intervenções. O PTTS visa proporcionar a compreensão dos benefícios das obras, além do fortalecimento do controle social.

Destina-se à população diretamente afetada pelas interferências e tem como objetivo maior desenvolver a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, com base nas questões experimentadas pela população local.

7.11.2. Objetivos

Levar ao conhecimento da população a importância das obras do PDUOT, conscientizando as comunidades e estabelecendo um canal de comunicação entre essas e o Executor.

7.11.3. Estrutura do PTTS

O PTTS, é estruturado em duas etapas complementares definidas, conforme segue.

a) Diagnóstico Sócio territorial

As ações propostas nessa etapa visam compilar e interpretar os aspectos sociais, econômicos, produtivos e políticos-institucionais do território e da população beneficiária, buscando o envolvimento e a participação dos atores sociais das comunidades, poder público e setor privado. O diagnóstico servirá de base para o planejamento das ações mais adequadas a realidade da área.

Contempla as seguintes atividades:

- *plantão do trabalho técnico social*: espaço de referência à população local, podendo ser utilizado como local de reuniões, cursos e demais atividades pertinentes ao PTTS;
- *reunião técnica*: espaço de discussão entre os atores envolvidos na implantação das obras;
- *levantamento de dados secundários*: busca caracterizar a população por meio de dados pré-existentes para adequar as ações à realidade local; e
- *levantamento de dados primários*: busca caracterizar a população por meio de levantamento de dados *in loco*.

b) Acompanhamento das intervenções

As ações previstas nessa etapa objetivam fomentar a participação e o empoderamento comunitário e a integração entre os atores sociais, garantindo o controle social dos empreendimentos, além de sensibilizar, informar e esclarecer as comunidades beneficiadas.

Contempla as seguintes atividades:

- *plantão do trabalho técnico social*: manutenção do plantão social durante a implantação das intervenções;
- *reunião técnica*: espaço de discussão entre os atores envolvidos com as intervenções;
- *dinâmicas participativas*: atividade voltada a educação ambiental e que traga participação ativa da comunidade;
- *reunião comunitária*: espaço de discussão com a comunidade de assuntos relacionado a implantação das obras;
- *ações informativas*: informam a população sobre os objetivos e etapas da intervenção através de exposição dialogada e entrega de material educativo-informativo;
- *elaboração de materiais informativos*: criação de materiais informativo-educativos com temas inerentes à saúde e à intervenção. As estratégias de comunicação passam pela utilização de material impresso, banners, faixas, mídia audiovisual, entre outros, para uso nas atividades que compõem o projeto; e
- *elaboração de calendário de eventos*: e suas respectivas pautas para datas comemorativas ambientais, para divulgação e troca de experiências em educação ambiental e sanitária.

7.11.4. Execução e Gestão

A equipe técnica responsável pela gestão do PTTS será composta por especialistas da área social que fará a coordenação de todas as ações propostas, seja a partir de elaboração interna, seja a partir da contratação de consultoria. São atribuições dessa equipe técnica: i) coordenar a execução das ações principais propostas pelo PTTS; ii) garantir a inter-relação constante dessas ações; iii) garantir a consecução dos objetivos propostos pelo PDUOT; iv) promover a avaliação constante dos resultados do Programa, propondo adaptações e complementações ao mesmo, quando for necessário.

7.11.5. Responsabilidade

Este programa é de responsabilidade da UGP.

7.11.6. Custos

Os custos do PTTS serão incluídos nos custos da UGP. Valor estimado é de R\$150.000,00, incluindo material e consultoria.

7.12. Programa Destinado a Evitar ou Reduzir os Descontentamentos da Comunidade

7.12.1. Objetivo

O objetivo deste programa é o estabelecimento de procedimentos de gestão socioambiental das intervenções e as demais atividades do PDUOT, destinados à preservação dos hábitos, das atividades, do comércio e dos direitos da comunidade presente nas áreas de influência direta das intervenções e, conseqüentemente, evitar ou reduzir os descontentamentos dessa comunidade. Esses procedimentos complementam o de Controle Ambiental das Intervenções

– Implantação dos Canteiros de Obra e Controle de Ruídos e Emissões Atmosféricas, anteriormente apresentado.

7.12.2. Justificativa

As intervenções previstas para o Programa podem gerar descontentamentos da comunidade, uma vez que podem interferir nos hábitos do cotidiano das pessoas, nas atividades comerciais, de lazer e sociais e no direito de ir e vir dos moradores locais. O estabelecimento de procedimentos de gestão e controle pode evitar ou reduzir significativamente tais transtornos, como será apresentado a seguir.

7.12.3. Procedimentos

Os procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade com as intervenções do Programa são apresentados no Quadro N°8.

Quadro N° 8: Procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade.

OCORRÊNCIA	DESCONTENTAMENTOS A EVITAR OU REDUZIR	PROCEDIMENTOS
Atrasos na execução das obras devido à falta de autorização de órgãos municipais e licenças específicas.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das expectativas dos moradores e comerciantes; e • alteração nos planos e contingências dos moradores e comerciantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o cumprimento de todos os requerimentos formais (supressão de vegetação; autorização do órgão responsável pelo trânsito; titularidade da área de intervenção; licença de área de empréstimo e bota-fora; etc.) que possam levar a embargo das obras ou ações judiciais; • comunicação previa aos moradores e comerciantes sobre a data de início e duração das obras, bem como de qualquer alteração no cronograma e suas causas.
Localização e implantação do canteiro de obras e de equipamentos de apoio, transporte de materiais, manutenção de máquinas e equipamentos e trânsito de caminhões e máquinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes a terceiros, contaminação do entorno, ruído excessivo, poeira, lançamento de resíduos nas vias. • Incômodos aos usuários do comércio (consumidores) local com consequente redução da atividade comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> • A localização do canteiro de obras deve ser em área distante de residências e áreas comerciais; • nas frentes de obra a movimentação de caminhões e máquinas pesadas deve ser planejada para reduzir o trajeto, evitar danos à rede de distribuição de energia, drenagem, abastecimento etc.; • as caçambas de transporte de terra devem ser cobertas com lona para evitar a dispersão de poeira; • nos períodos de chuva, para evitar os “trilhos de roda” de barro no asfalto e posterior formação de poeira, as rodas devem dos caminhões devem ser lavadas; • a manutenção de máquinas e equipamentos deve ser realizada somente no canteiro de obras; • o estacionamento e estocagem de qualquer material na frente de obras, deverá ser devidamente isolado e sinalizado; e • atendimento das reclamações dos moradores e comerciantes.
Serviços de apoio.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de resíduos no meio ambiente; e • constrangimentos aos moradores, comerciantes, consumidores e empregados das obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • As refeições dos trabalhadores devem ser servidas somente no refeitório do canteiro de obras; • uso de banheiros químicos nas frentes de obra; e • recolhimento diário de todo resíduo doméstico e industrial das frentes de obra e transporte e disposição correta desses resíduos; • atendimento das reclamações da comunidade; e • obras realizadas nos horários estabelecidos pelas normas municipais.

Quadro Nº 8: Procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade (Continuação).

OCORRÊNCIA	DESCONTENTAMENTOS A EVITAR OU REDUZIR	PROCEDIMENTOS
Execução das obras.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes com a vizinhança; • Incidentes e prejuízos às atividades comerciais, escolas, igrejas, associações, clubes etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação prévia aos moradores e comerciantes sobre o início das obras e o tempo de duração; • reduzir ao máximo o prazo de execução das obras; • isolamento das obras com tapume para evitar acidentes com os moradores, usuários do comércio, clientes e frequentadores das unidades de saúde; • sinalização adequada da obra; • as empresas construtoras devem respeitar os hábitos de vida da comunidade das áreas de influência das obras. Para tanto, recomenda-se a elaboração de um código de conduta para os empregados das obras; • interrupção das obras nos períodos de chuvas intensas para evitar alagamentos, erosão e assoreamento; e • atendimento das reclamações dos moradores.
Conflitos com empresas prestadoras de serviço.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes e prejuízos aos moradores e comerciantes com interrupção dos serviços de energia, telefonia, internet etc.; e • Conflito com as empresas prestadoras de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar nas empresas prestadoras de serviços, antes do início das obras, a localização das redes de energia, telefonia, internet etc.; • informar, a todos os empregados das obras, a localização das redes de energia, telefonia, internet, abastecimento, esgotos etc.; e • reparo das calçadas e dos pavimentos danificados, em condições iguais ou superiores às anteriores às obras.
Movimentação e operação de equipamentos pesados.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes com os moradores, comerciantes e consumidores e danos estruturais aos prédios vizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa construtora deverá respeitar as normas relativas à emissão de ruídos; • a geração de ruídos deverá ser reduzida ao máximo, com o uso de equipamentos eficientes, planejamento dos serviços que envolvem a movimentação de equipamentos pesados e o isolamento das áreas de trabalho; • vistoria prévia dos prédios residenciais e comerciais precariamente construídos, para a avaliação dos riscos de danos e rupturas estruturais durante as vibrações decorrentes da movimentação e operação de equipamentos pesados, lançamento de estacas etc.; e • redução e fixação da velocidade dos caminhões nas frentes de obra.
Escavação, movimentação de solos e aterros.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes com a vizinhança; e • riscos de danos às propriedades lindeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do local e dos métodos de intervenção, antes da abertura das valas e da movimentação dos solos retirados e de aterro; • evitar que as escavações e a movimentação de caminhões e máquinas promovam danos às propriedades vizinhas às obras; e • os bota-esperas deverão ser depositados e protegidos de forma a evitar a erosão e danos aos sistemas de drenagem e propriedades.
Desvios do tráfego e trânsito de pedestres.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento da circulação; e • restrições à acessibilidade à residências e ao comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalização dos desvios, entradas e saídas; • no caso de interrupção de calçadas, estabelecer caminhos provisórios cercados, sinalizados e protegidos; • prever estacionamento temporário no caso de interrupção do acesso ao comércio; • orientação aos motoristas dos caminhões e demais veículos das obras com relação ao controle da velocidade e aos cuidados nas manobras nas vias abertas ao tráfego; • comunicação prévia, aos moradores e comerciantes, sobre os desvios e caminhos alternativos; e • atendimento das reclamações da comunidade.

7.13. Diretrizes para Desafetação de Áreas e Reassentamento em Obras Fora da Amostra Representativa

O padrão de desempenho ambiental e social PDAS 5 reconhece a magnitude do reassentamento e a necessidade de elaboração de PDR e estabelece as diretrizes para esse plano.

Para as obras ainda não definidas no PDUOT, propõe-se aqui um guia para reassentamento a ser utilizado pela equipe social da UGP. Esse guia está organizado por etapas que auxiliam a elaboração de ações sociais para as áreas de remoção de famílias e negócios. Toda e qualquer ação que implique em remoção involuntária de afetados deverá ser pautada pelas ações e conteúdos aqui descritos. São diretrizes em nível preliminar pressupondo detalhamento posterior, quando os projetos executivos e cronogramas de obra estiverem delineados a ponto de que as poligonais de obra e reassentamento possam ser sobrepostas e alinhadas. Sempre e quando esse cenário apontando a necessidade de reassentamento se apresentar deverá ser seguida a orientação desse guia.

Um quadro de referência das obras de saneamento, viária e de intervenções de parques de recuperação de lagoas e parques urbanos deve focalizar e caracterizar a área de intervenção com: (i) uma breve descrição das obras no Programa, seus objetivos e área de intervenção; (ii) as atividades a serem desenvolvidas no município e contextualização da área a ser desafetada com o remanejamento de pessoas; (iii) quantificação e caracterização do público-alvo do remanejamento; (iii) caracterização e dimensionamento dos imóveis, famílias e atividades econômicas afetadas, visando liberar área para implantação e operação do Programa; (iv) as condições urbanas e sociais da área e da população afetada, a fim de referenciar as propostas de reassentamento (vulnerabilidade social, condição de ocupação dos terrenos, situação de posse ou propriedade, etc.).

Nas pautas para o reassentamento a serem construídas a partir desse quadro de referência devem estar identificados os conceitos, normas e critérios para execução do processo; as soluções aplicáveis para cada caso – moradores e atividades econômicas ou institucionais; e o enquadramento dos beneficiários em cada solução aplicável ser oferecida. Pressupõe um trabalho conjunto com a população afetada, que deve ter conhecimento de todas as etapas do processo, das soluções aplicáveis e do critério de elegibilidade dos afetados para cada solução de reposição proposta.

Também deve estar descrita a estrutura de gestão do processo de reassentamento e as áreas de atuação das instituições que compõem a UGP envolvidas para o seu sucesso, assim como os mecanismos de consulta e participação dos afetados. Mesmo que o processo de condução seja simples (somente desapropriação de imóveis regulares, ou imóveis vazios, por exemplo), é sempre necessário incluir a população afetada, garantindo transparência e divulgação das propostas e dos resultados.

Fases e Ações Operacionais de Implantação

Definição dos passos operacionais a serem seguidos para implantação do processo de desafetação dos imóveis, conforme preconizado no processo de reassentamento que se faça necessário.

Estabelecimento da poligonal de obra, que implica em desapetação de terrenos. Definida a a poligonal de desapropriação, deve ser emitido decreto de utilidade pública (DUP) e feita a divulgação de seu conteúdo nas comunidades inseridas na poligonal. No momento de elaborar os projetos executivos, devem ser contabilizados e identificados os imóveis passíveis de afetação.

Gestão participativa - Definida a área de afetação, se faz necessário implantar escritório local de gestão participativa e promoção comunitária que garanta suporte para as atividades de caracterização da comunidade e a montagem da estrutura de participação comunitária. Nessa fase aplica-se a pesquisa cadastral que produzirá o cadastro físico-territorial (CFT) dos imóveis afetados e o socioeconômico (CSE) dos ocupantes da área. A equipe social da UGP/PDUOT definirá modelos adequados de cadastro social e avaliação dos imóveis e benfeitorias.

Quanto maiores forem os quantitativos de famílias e negócios afetados, maior a necessidade de eleger instancia de representação por tipo de afetação: famílias, negócios, imóveis com usos múltiplos e/ou uso institucional. Essa etapa é importante para o processo de sensibilização da comunidade e da adesão às propostas de reposição de moradias e demais soluções ofertadas no plano de reassentamento. Nesse momento são realizadas (i) visitas domiciliares e reuniões com representantes; (ii) reunião ampla de divulgação das etapas e propostas de reassentamento; (iii) negociação individual para assinatura de Termo de Adesão ao reassentamento. A equipe social da UGP deve ter domínio de metodologias de divulgação e participação comunitária, seguindo as normativas do PDAS 5 e referências de processos de reassentamento já executados em outros contratos com o BID.

O controle da ocupação de área desapetada é necessário para prevenir eventual invasão enquanto as obras não são iniciadas. É recomendável que esse controle seja realizado por meio de:

- i) Ações de comunicação e interação social permanentes, tornando públicas as informações básicas sobre o projeto executivo e sobre as ações de comunicação social e participação comunitária obrigatórias no processo de reassentamento;
- ii) Formalização do CSE e CFT como as ferramentas para o congelamento do quantitativo do público-alvo do reassentamento, com entrega de atestado nominal reconhecendo sua condição de afetado pelas obras e beneficiário das ações de reposição de moradia e/ou atividade econômica; e
- iii) Materialização da poligonal de afetação, com placas informando sobre o PDUOT e o status da área, proibição de construir e demarcação dos imóveis afetados durante o CFT (selagem dos imóveis) e contatos individuais de orientação aos ocupantes de cada imóvel.

Avaliação dos Terrenos e Benfeitorias a Desafetar

De acordo ao disposto em lei nacional há diversas metodologias de avaliação dos imóveis afetados, dando-se preferência àquelas que seguem as normas da ABNT. As etapas desse processo consideram: i) a desapropriação com indenização dos valores de terreno e

benfeitorias aos proprietários e ii) indenização de benfeitorias aos ocupantes não proprietários (posse e ocupação irregular). Em cenário de vulnerabilidade socioeconômica dos afetados - população de menor renda e ocupando imóveis de baixa qualidade construtiva - a avaliação dessas benfeitorias pode indicar valores muito baixos, que não permitem a reposição de moradia adequada. Essa é uma razão pela qual o PDAS.5 não recomenda o recurso de indenização em dinheiro para essa população. Como princípio a ser praticado, o reassentamento não pode implicar em risco de empobrecimento da população afetada, assim como deve ser visto como uma oportunidade de desenvolvimento e melhoria dos padrões de qualidade da moradia e dos ativos em geral (geração de trabalho e renda, mudança para o território regularizado da cidade, acesso a serviços de infraestrutura de melhor qualidade, bom como a equipamentos sociais como os de educação e saúde). No caso de serem apurados valores que não condizem com a reposição adequada de moradia, deve ser estabelecido um valor mínimo de corte a ser acrescido na avaliação técnica das benfeitorias, possibilitando a reposição da moradia em padrões de qualidade técnica e inserção urbana aceitáveis.

Consolidação da escolha da solução de realocação a partir da classificação dos afetados de acordo a: i) ocupação de imóveis regulares ou irregulares; ii) tipo de ocupante – proprietários, ocupantes, inquilinos e cedidos; e iii) tipo de ocupação/uso – moradia, negócios, uso misto, institucional/comunitário, terreno vazio.

Especificação das soluções de reposição disponíveis para imóveis urbanos e rurais, famílias e atividades econômicas.

Disponibilização dos imóveis e traslado da população afetada – viabilizar apoio social para i) a transferência das famílias afetadas; ii) operacionalização das mudanças; iii) apoio pós-mudança para a reorganização das redes de contato – social, de vizinhança; e iv) trabalho social de inserção na nova comunidade – escolas e serviços de saúde disponíveis, apoio para organização condominial, oficinas de mediação de conflitos e convivência em condomínio, conservação patrimonial dos imóveis etc.

Trabalho técnico social – desenvolvido ao longo de todo o processo de reassentamento, diz respeito às ações que visam cumprir os seguintes objetivos: mobilização e participação comunitária; geração de oportunidades de trabalho e renda; capacitação em empreendedorismo; educação patrimonial, sanitária e ambiental. Implica em ter equipe técnica capacitada para planejar e implantar todo o processo de reassentamento, em campo e em escritório. Como subproduto desse trabalho deve ser gerado banco de dados com todas as informações pertinentes aos imóveis e seus ocupantes, bem como da implantação do reassentamento, a fim de alimentar as atividades de monitoramento e avaliação do processo. A depender dos quantitativos de população afetada e propostas de solução de reposição, a UGP/PDUOT deverá contratar equipe especializada para desenvolver os eixos de trabalho social aqui identificados.

O seguimento adequado das diretrizes e etapas de trabalho aqui apresentadas deve garantir um processo de desafetação de imóveis desenvolvido com participação dos afetados e com resultados satisfatórios em acordo ao preconizado na política de reassentamento do BID.

Afetação temporária durante execução das obras não contempladas na Amostra Representativa

Existe a possibilidade de que, durante a etapa de obras, seja necessária a desativação temporária de atividades econômicas, em especial: (i) aquelas que são praticadas na rua, como ambulantes e feirantes; (ii) negócios cujo acesso seja impedido total ou parcialmente, alterando a obtenção de renda das famílias; (iii) negócios dependentes de acesso livre, como oficinas mecânicas e borracharias; negócios regulares que tenham parte ou total de acesso comprometido. Nesses casos cabe a reposição da renda potencialmente perdida no período de obra.

Nesse cenário, este item tem por objetivo fornecer as diretrizes, critérios de elegibilidade e proposta de compensação aplicáveis para o deslocamento econômico temporário de atividades afetadas pelas obras do PDUOT.

A PML/UGP desenvolverá um Plano de Restauração de Meios de Subsistência para compensar as pessoas afetadas temporariamente pelo projeto e oferecer outra assistência que atenda aos objetivos do PDAS.5 . O Plano de Restauração dos Meios de Subsistência estabelecerá os direitos das pessoas afetadas pelo projeto e garantirá que eles sejam fornecidos de maneira transparente, consistente e equitativa. A mitigação do deslocamento econômico será considerada completa quando as pessoas afetadas pelo projeto receberem compensação e outra assistência, de acordo com os requisitos do referido plano.

Plano de Restauração de Meios de Subsistência Potencial afetação temporária de negócios pode acontecer na adjacência de obra da Avenida Interbairros e sua interligação a vias existentes, obras da ETE e elevatórias e obra dos parques urbanos. As características e desenho final da implantação dessas obras ainda estão sendo definidas. Os efeitos ou impactos temporários em atividades econômicas diretamente afetados pelas obras físicas, devem ser identificados com base a categorização dos negócios mediante:

- Tipificação dos (i) negócios formais afetados (por exemplo, armazéns que pagam impostos, são licenciados para operar/filiais de vários negócios, como cadeias de lojas, como bancos etc.); (ii) negócios informais afetados (por exemplo, ocupantes da rua, vendedores ambulantes, pequenas lojas de varejo, vários serviços);
- Identificação de impactos temporários, definindo o período de execução da obra que interrompa as atividades econômicas estimando quando o negócio/ atividades será interrompido e/ou a necessidade de deslocamento para outro local;
- Definição de conteúdo dos formulários da identificação e abordagem em campo para obter documentação da renda familiar que colete as mesmas informações em todas as empresas afetadas, com registro individualizado;
- Identificação de impactos sobre população vulnerável cuja renda seja obtida por meio de pequenos negócios de rua – camelôs, vendedores ambulantes tais como: risco de segurança alimentar; possível precariedade da família porque afeta crianças menores, idosos, compra limitada de medicamentos etc.;
- Definição da informação a ser apresentada pelas partes afetadas e o procedimento para o cálculo das compensações aos negócios formais. Por exemplo, contribuições fiscais e

impostos que confirmem a formalidade. Definir a metodologia que será usada para calcular as perdas por impactos temporais. Definir procedimentos e meios de cálculo para compensar os negócios informais. Por exemplo, utilizando valor de referência como custo da “cesta familiar” e considerando este valor para o período/mês das afetações durante a execução da obra. Em caso de afetação definitiva, se faz necessário definir um número mínimo de meses para pagamento de reposição e após encerramento do negócio; nesses casos cabe acompanhamento na obtenção de outro local para o desempenho das atividades; e

- Identificar e elaborar o conteúdo dos acordos que se documentará, entre o Programa e os afetados.

7.14. Mecanismo de Resolução de Queixas – MRQ

7.14.1. Considerações

Os procedimentos descritos no mecanismo de resolução de queixas constituem o canal a ser utilizado para reduzir a ocorrência de descontentamento da comunidade e estão descritos a seguir.

De acordo com as diretrizes de consulta significativa entre as partes, o MRQ deve ser parte do processo de consulta pública permanente, da preparação à implantação das obras e outras ações dos projetos. As partes interessadas envolvidas devem receber retorno sobre o encaminhamento dado às dúvidas, reclamações e contribuições. Esse processo se dá no bojo do MRQ, que tem por objetivos:

- estabelecimento de um canal de comunicação junto à população afetada ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa;
- respostas às questões referentes aos impactos potenciais do Programa e às medidas de mitigação e compensação previstas no PGAS;
- coleta e resposta às dúvidas e questionamentos sobre o PDUOT.

O mecanismo deverá atender às seguintes condições:

- estar integrado ao Sistema de Gestão Ambiental e Social do Programa;
- ser planejado considerando também as recomendações das partes interessadas;
- ser de fácil acesso e divulgado entre as partes afetadas, com múltiplas ferramentas efetivas de acesso – atendimento pessoal, e-mail, site, WhatsApp, número 0800, entre outros;
- ter mandato e autoridade para tratar e resolver as preocupações levantadas pelas partes interessadas e influenciar decisões para a concepção e implementação do Programa.

Profissionais envolvidos no atendimento à população – da UGP ou terceirizados – deverão estar devidamente capacitados para o atendimento ao público, esclarecendo as dúvidas

ou direcionando as questões, e para registrar e encaminhar demandas mais complexas para as áreas competentes.

A recepção de queixas ou dúvidas em cada canal de atendimento deverá ser cadastrada e direcionada para os profissionais responsáveis pelo MRQ. É importante que sejam estabelecidos protocolos para o tempo máximo de resposta e que essas sejam efetivas.

O registro das queixas recebidas e das respostas até o seu atendimento completo deverão ser registrados e contar com a ciência do reclamante por escrito. Com esses registros será possível categorizar as queixas mais frequentes e produzir respostas rápidas e padronizadas, acionando os mecanismos de gestão social e ambiental existentes.

7.14.2. Responsáveis

Os responsáveis pelo cumprimento desses procedimentos são a UGP e as empresas construtoras.

7.14.3. Custos

Os custos necessários para o cumprimento desses procedimentos estão incluídos nos custos Operacionais da UGP.

7.15. Diretrizes para Manejo de Achados Arqueológicos Fortuitos

7.15.1. Considerações

O patrimônio arqueológico, considerado bem da União e protegido pela Lei Nº 3.924/61. O seu estudo é obrigatório antes de qualquer obra que possa vir a danificá-lo e o conhecimento gerado em função de uma medida mitigadora, como a implantação de programa de resgate, por exemplo, pode significar uma compensação pela destruição total ou parcial do patrimônio arqueológico.

A comprovação da ocupação pretérita das áreas mediante o registro de sítios arqueológicos, assim como os estudos realizados nas áreas de influência dos projetos que podem atestar sua ocupação, reafirmam a necessidade da elaboração de um programa de arqueologia para as áreas de influência direta dos projetos.

7.15.2. Objetivos

Resguardar as áreas com potencial arqueológico e tratar adequadamente os bens arqueológicos e os sítios culturais eventualmente existentes nas áreas de intervenção do PDUOT, em atendimento ao PDSA 8 e a legislação nacional pertinente.

7.15.3. Atividades

O Monitoramento Arqueológico e Resgate Fortuito³² deverá ser implementado, sobretudo durante os trabalhos de escavação para as obras. As diretrizes de coleta e preservação de achados fortuitos têm como objetivo contextualizar os sítios locais, tomando como referência outros testemunhos culturais conhecidos em áreas com características semelhantes contempladas em outros projetos.

Para sua implantação, no entanto, devem ser previamente encaminhados pedidos de licença ou autorização para o desenvolvimento das ações arqueológicas à Superintendências Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na sequência, o levantamento com base em dados secundários e visita de campos, que poderá identificar evidência da ocorrência de sítios arqueológicos nas áreas das obras, deverá ser realizado por arqueólogo credenciado.

Quando solicitado pelo IPHAN, deverá ser realizado o acompanhamento das atividades de obra, por arqueólogo contratado pela UGP, para a identificação de evidências arqueológicas e, se for o caso, estabelecer procedimentos de registro, salvamento, curadoria e guarda do patrimônio arqueológico em instituição cadastrada.

Se forem encontradas evidências nas frentes de obra, deverão ser implementadas as seguintes atividades:

- Emissão de Portaria Autorizativa do IPHAN em nome de arqueólogo responsável pelas atividades;
- Prospeções da área a ser impactada, para a confirmação do sítio arqueológico;
- No caso da confirmação da presença de sítio arqueológico, a sua importância poderá implicar na alteração da localização da obra;
- Delimitação, registro e topografia do sítio;
- Documentação fotográfica das atividades e do ambiente;
- Coletas superficiais setorizadas não seletivas;
- Escavação sistemática e coleta amostral de material arqueológico nos sítios intactos ou que apresentem porções intactas que possibilitem tal procedimento;
- Obtenção de amostras que possibilitem radiometria;
- Registro da paisagem de implantação dos sítios, procurando-se elementos que contribuíram para o assentamento das populações;

³² O Procedimento de Achados Fortuitos estabelecerá o protocolo a ser seguido para a paralização das obras e procedimentos de resgate nos casos em questão.

- Registro dos sítios de interesse porventura encontrados junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN;³³
- Curadoria e análise, em laboratório, de eventuais bens arqueológicos coletados; e
- Síntese e interpretação dos dados obtidos.

Há que se registrar que o trabalho de resgate somente será completo se dele resultar um conhecimento que possa ser compartilhado com a comunidade em geral. Assim, se o material for resgatado, este deverá ser estudado em laboratório e o seu resultado publicado pela UGP.

Os sítios arqueológicos eventualmente localizados deverão ser imediatamente registrados no IPHAN e os serviços de resgate arqueológico deverão ser providenciados imediatamente após a localização de um sítio arqueológico. A metodologia a ser utilizada deverá ser apresentada ao IPHAN.

7.15.4. Responsabilidade

A implementação deste programa deverá estar a cargo da UGP, com a participação de profissionais de arqueologia e destinação ao patrimônio protegido sob a guarda do IPHAN.

7.16. Diretrizes de Prevenção e Compensação de Perda de Habitats Naturais

7.16.1. Considerações

Os projetos não podem interferir em áreas protegidas, como critério de elegibilidade. Além disso, as infraestruturas deverão se situar em áreas de habitat modificado, onde a atividade humana modificou substancialmente as funções ecológicas primárias do território e a composição da biodiversidade.

Nas áreas de intervenção em geral os serviços de provisão e culturais prestados pelos ecossistemas são reduzidos em função das características da paisagem modificada identificadas durante a avaliação ambiental e social. Também os serviços de regulação e suporte prestados pelos ecossistemas são, em função das características biofísicas das áreas em estudo, localizados e relacionados com as matas ciliares e remanescentes da vegetação nativa.

As obras do Programa podem implicar em modificação adicional das áreas de intervenção mas, tendo presente as características dessas áreas, não se prevê que a esse acréscimo de artificialização corresponda a um impacto negativo relevante em termos de biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

A partir da caracterização e análise dos impactos sobre a flora e a fauna, observou-se que a implantação dos projetos produzirá, ainda que de forma reduzida, uma certa modificação no

³³ Eventuais ações ligadas à identificação e classificação de material arqueológico, bem como o resgate de sítios, deve seguir os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa IPHAN 001/2015, além da emissão de Portaria de Autorização ao arqueólogo responsável.

que se refere à espécimes individuais da vegetação nativa, com redução do número de árvores existentes. Dessa forma haverá alguns impactos negativos, tais como a supressão de alguma vegetação e o cancelamento da capacidade de regeneração, além da alteração de possíveis habitats de espécies da fauna eventualmente existentes.

Por outro lado, as áreas de intervenção direta dos projetos não integram de áreas protegidas ou outros habitats críticos.

7.16.2. Objetivos

Assegurar que os impactos sobre a biodiversidades e os serviços ecossistêmicos decorrentes das intervenções do PDUOT sejam minimizados e que medidas de mitigação que resultam em benefícios de conservação mensuráveis com ganho líquido de biodiversidade sejam implementadas.

7.16.3. Atividades

Para minimizar os efeitos negativos, estão previstas as seguintes medidas:

- buscar, sempre quando possível, sítios já modificados que minimizem a afetação de indivíduos ou remanescentes da flora nativa. Evitar, também, os recursos ou áreas consideradas sensíveis;
- estabelecimento de sistemas de gestão específico para espécies de importância ecológica ou ameaçadas, eventualmente presentes na área de intervenção;
- prevenir qualquer ação futura, no âmbito do PDUOT, que possa prejudicar um recurso ambiental e social. Normalmente, isso envolve estender a proteção legal a certos recursos além das necessidades imediatas do projeto, planejamento de intervenções contemplando as questões socioambientais envolvidas, participação comunitária e educação ambiental;
- reparação ou melhoria dos recursos afetados, como os habitats naturais ou fontes de água, especialmente onde ações anteriores resultaram na degradação de recursos importantes. Esta medida é particularmente importante nas APPs localizadas nas áreas de influência do Programa;
- replantio de árvores cortadas na mesma área ou na zona envolvente; e
- criação, melhoria ou proteção do mesmo tipo de recurso ou habitat em outro local adequado e aceitável, compensando os recursos perdidos. O plantio de espécies arbóreas da vegetação nativa numa proporção mínima de 2:1, constitui uma forma adequada de compensar as perdas inevitáveis.

7.16.4. Responsabilidade

A implementação dessas diretrizes é de responsabilidade das empresas construtoras e supervisoras das obras, sob a supervisão e controle da UGP.

7.17. Diretrizes para Promoção de Equidade de Gênero

7.17.1. Considerações

No PDUOT para a superação das desigualdades de gênero, as mulheres deverão ser tratadas como *sujeitos de direito* e compromissos institucionais que garantam a ampliação do acesso aos benefícios do Programa, com destaque à empregabilidade nas suas diversas fases (planejamento, implantação e operação), à melhoria das qualidade de vida e à autonomia social e política das mulheres deverão ser assumidos.

7.17.2. Diretrizes

Para garantir resultados efetivos e oportunidades para melhoria das relações de gênero no âmbito do Programa, as seguintes ações deverão ser priorizadas:

- antecipação e prevenção dos riscos e impactos adversos com base no gênero, orientação sexual e identidade de gênero e, quando não for possível evitar, mitigar e compensar esses impactos;
- estabelecimento de ações preventivas para prevenir ou mitigar riscos e impactos decorrentes do gênero nos projetos, durante todo o ciclo o seu ciclo (planejamento, implantação e operação);
- considerar que os benefícios dos projetos atinjam pessoas de todos os gêneros, orientações sexuais e identidades de gênero;
- evitar a exacerbação de violência sexual de gênero - VSG, incluindo assédio sexual, exploração e abuso e, quando ocorrerem incidentes de VSG, apresentar respostas claras e objetivas imediatamente;
- promoção da participação segura e equitativa nos processos de consulta e engajamento das partes interessadas, independentemente de gênero, orientação sexual e identidade de gênero; e
- atender aos requisitos da legislação nacional aplicável e aos compromissos internacionais relacionados à igualdade de gênero, incluindo ações para mitigar e prevenir impactos relacionados a gênero.

A responsabilidade pela implementação dessas diretrizes é da UGP e empresas construtoras.

7.18. Programa de Engajamento das Partes Interessadas

7.18.1. Considerações Iniciais

Em cumprimento ao PDAS 10, a UGP deverá implantar um Plano de Engajamento das Partes Interessadas. Como parte desse Plano estão incluídas ações de Comunicação Social, Consulta

e Participação Comunitária, além da constituição do Mecanismo de Resolução de Queixas (Item 7.13.).

7.18.2. Metodologia

Vencida etapa de consultas realizadas na fase de preparação do Programa, deverá ser implementado um Programa de Engajamento as Partes Interessadas, com atuação durante toda a execução do PDUOT, que inclui: i) beneficiários das ações do Programa; ii) os impactados negativamente durante as obras; iii) instituições civis e representantes da administração pública do Município der Linhares; e iv) outros.

As ações de comunicação social devem estar voltadas para o planejamento e divulgação de informações referentes ao Programa e manter um fluxo contínuo e periodicidade constante, por meio do estabelecimento de rotinas na forma de abordagem e interação com a comunidade. Devem, ainda, para estabelecer e manter sempre abertos os canais destinados ao recebimento de informações e indagações sobre as obras.

Para executar as diferentes formas de comunicação, inicialmente deve ser desenvolvida atividade voltada para a organização e sistematização de informações técnicas do PDUOT, observando a abrangência territorial e características de cada intervenção, adaptando o material de acordo a as particularidades locais e dos projetos. Esse banco de informações deve ser atualizado periodicamente, de forma a conter os dados e informações sobre as intervenções previstas, os procedimentos adotados pela UGP face aos problemas socioambientais identificados e quais medidas serão adotadas para mitigá-los ou compensá-los, o cronograma e as etapas de implantação das intervenções, além de outras informações pertinentes.

O conjunto de ferramentas que garantem a participação continua e efetiva das partes interessadas contempla: i) Plano de Consultas Significativas, ii) Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas – MRQ; e iii) uma rotina de divulgação de informações, por parte do Executor/UGP. Esses instrumentos estão descritos a seguir.

7.19. **Programa de Monitoramento da ETE Interbairros**

7.19.1. Considerações

A Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Interbairros será construída para o tratamento do esgoto bruto gerado por parte da região leste da sede do município de Linhares.

O esgoto a ser tratado na ETE será de origem essencialmente sanitária e, no caso de contribuições especiais, deverá ser realizado um tratamento prévio antes do lançamento na rede coletora, contemplando a remoção de materiais que possam obstruir a rede pública e, ou, serem incompatíveis com o tipo de tratamento adotado para o esgoto público.

O tipo de tratamento a ser implantado na ETE Interbairros segue o mesmo padrão das outras unidades instaladas no município de Linhares (ETE Aviso, ETE Movelar e ETE Canivete), além de contar com o mesmo sistema da ampliação da ETE Aviso. Essa uniformização do tipo de

tratamento tem como objetivo principal a facilidade operacional e o custo de implantação e manutenção do sistema.

O tratamento de esgoto na ETE será do tipo terciário, visando a reutilização de parte do efluente tratado e, para tanto, será instalado um sistema de desinfecção ultravioleta com remoção de vírus e patogênicos.

O sistema projetado para o tratamento é composto por unidade combinada de pré-tratamento (peneira, compactadora, separador de areia e desengordurador), seguido de tratamento anaeróbio em reatores UASB e tratamento aeróbio em um sistema de lodos ativados com Biofiltro Aerado Submerso seguidos de Decantadores Secundários. Na sequência, o efluente do canal dos Decantadores será conduzido à unidade de Desinfecção.

O controle da vazão de esgoto tratado será medido em uma calha Parshall, localizado na saída da desinfecção.

A caracterização do esgoto afluente a ETE é apresentada no Quadro Nº 9.

A eficiência do sistema é de aproximadamente 90% a 95%, considerando que o efluente entre na estação de tratamento com os parâmetros do Quadro Nº 9 e que a operação ocorra de acordo com o manual de operação.

Quadro Nº 8: Caracterização do esgoto da sede do município de Linhares.

Parâmetro	Concentração do afluente
DBO (mg/l)	323
DQO (mg/l)	629
SS (mg/l)	1.012
Nitrogênio (mgN/l)	85
Fósforo (mgP/l)	-
Coliformes (NMP/100ml)	1,61E+07

7.19.2. Programa de Monitoramento

Para o controle operacional da ETE e verificação da eficiência do sistema de tratamento, será necessário a realização de um monitoramento contínuo do funcionamento das unidades. Dessa forma, os parâmetros apresentados no Quadro Nº 10 serão analisados de amostras coletadas na entrada e na saída da ETE (esgoto bruto na calha Parshall da entrada da ETE e efluente final na calha Parshall da saída da ETE).

Quadro Nº 10: Pontos de monitoramento do efluente líquido e sua frequência.

Análises	Unidade	Pontos de monitoramento de efluente líquido						
		1	2	3	4	5	6	7
Vazão média	l/s	D	-	-	-	-	-	D
Temperatura	°C	D	-	-	D	-	-	D
pH	-	D	-	D	D	-	-	D
DBO	mg/L	S	BM	BM	BM	BM	BM	S
DQO	mg/L	S	BM	BM	BM	BM	BM	S
OD	mg/L	S	S	S	S	S	S	S
Sólidos Totais	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Óleos e Graxas	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
NTK	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Nitrogênio Amoniacal	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Nitrogênio Orgânico	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Alcalinidade	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Fósforo Total	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL	M	BM	BM	BM	BM	BM	M

OBS: D = Diário; S = Semanal; M = Mensal; BM = Bimensal

7.20. Programa de Consulta e Comunicação Social³⁴

7.20.1. Introdução

De acordo com o Marco das Políticas Ambientais e Sociais – MPAS do BID, as operações de crédito classificadas como geradoras de impacto socioambiental devem ser acompanhadas de processo de consulta pública com todas as partes afetadas. O PDUOT foi classificado como de categoria B pelo MPAD, exigindo a realização de pelo menos uma consulta na fase de preparação e divulgação dos documentos de avaliação socioambiental da operação de crédito. Esta consulta deverá ser realizada pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP. O Plano de Consulta das obras do PDUOT é apresentado ANEXO.

7.20.2. Objetivo do Programa de Consultas e Comunicação

O objetivo deste programa é estabelecer um canal de comunicação junto à população afetada e, ou, beneficiada pelas intervenções e obras do PDUOT, constituído em um processo de intercâmbio de informações que possibilite ao público envolvido, ao Executor, o Banco e demais equipes envolvidas na execução, a identificação: i) das particularidades dessas comunidades e suas demandas em relação ao PDUOT; ii) dos estudos que amparam sua viabilidade socioambiental; e iii) da promoção da participação ativa e facilitada das partes interessadas, nas consultas a serem realizadas nas áreas dos projetos do Programa.

³⁴ Consulta Significativa às partes interessadas, BID- ESG, 2017 -

<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Consulta-significativa-%C3%A0s-partes-interessadas.pdf>

Espera-se que o processo de consultas estenda a comunicação ao público em geral, setores produtivos e instituições públicas e privadas. Esse diálogo deverá atender, com documentação e meios de comunicação específicos, as diferentes localidades e grupos sociais afetados, destacando as intervenções e propostas, distribuídas no território de abrangência do Programa.

7.20.3. Princípios Adotados

O Programa de Consultas Públicas se pauta nos seguintes documentos: i) Marco das Políticas Ambientais e Sociais; ii) OP.102 – Política de Acesso à Informação; e iii) Consulta significativa às partes interessadas (ESG, 2017)³⁵.

Esses documentos reafirmam a essência das consultas como um processo inclusivo, no qual os formatos e linguagem utilizados para a comunicação junto à população deverão se apresentar adequados para transmitir a informação ao público. Essa comunicação deve preservar a integridade da informação, ao mesmo tempo em que se adequa ao público-alvo.

As diretrizes do Banco quanto à divulgação de documentos estão expressas nos princípios da Política de Acesso à Informação OP-102, que define:

- máximo acesso à informação – o Banco se compromete a divulgar todos os documentos de projetos que produza ou que sejam produzidos pelos Executores de projetos;
- exceções claras e delimitadas – quando houver informação confidencial (segredos industriais, por exemplo) ou que possa causar prejuízo a entidades participantes ou afetadas pelos projetos;
- acesso simples e amplo a toda informação – o Banco facilitará os meios, prazos e procedimentos eficientes para garantir que todos os interessados possam consultar essas informações; e
- justificativa e direito a revisão quando forem suprimidas informações ao público em geral – qualquer interessado pode requisitar acesso a informação não divulgada e recorrer ao Comitê de Acesso a Informação do Banco.

Buscando aperfeiçoar o acesso e participação de todos, deverá ser aplicado o conceito de consulta significativa, como “uma contribuição ao processo de tomada de decisões, e onde as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições” (ESG, 2017), seguindo as orientações do Quadro Nº 11.

Quadro Nº 11. Orientações para uma consulta significativa bem-sucedida.

³⁵ Consulta Significativa às partes interessadas, BID- ESG, 2017 - <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Consulta-significativa-%C3%A0s-partes-interessadas.pdf>

Procedimentos de consulta	O que evitar
Consulta é processo contínuo durante o planejamento e execução do Programa	Eventos isolados
Incremento de novas formas de participação	Reuniões formais com apresentador e plateia
Diálogo bidirecional	Transmissão unilateral de informações
Inclusão de resultados acordados em consulta no projeto e/ou documento de gestão ambiental	Argumentos técnicos ou institucionais de resposta
Participação de todos os atores afetados ou beneficiados em igualdade de condições de acesso	Tratamento assistencial a grupos vulneráveis
Resultar em confiança e aceitação	Projeto descolado de sua envoltória e sem validação dos afetados

O Executor deve guiar-se pelos dez princípios da consulta às partes interessadas, que são:

- *Identificação das questões prioritárias* – riscos e oportunidades do Programa; quais atores serão afetados; quais são as implicações ambientais e sociais derivadas do Projeto;
- *Plano de Consulta* – quem são os afetados e, ou, beneficiários; quem tem interesses que podem afetar os resultados; como o Programa irá interagir com esses atores;
- *Informações prévias* – estratégia de divulgação dos dados ao alcance de todos os interessados; escolha de ferramentas para essa divulgação;
- *Fóruns e métodos apropriados para a consulta* – formato diferenciados de participação coletiva e igualitária; linguagem, produção de peças de divulgação e informação extratexto, vídeos, oficinas de construção de ideias e mapeamento de interesses;
- *Mecanismo de Resolução de Queixas* – de que maneira as partes interessadas podem buscar reparação quando acharem que o projeto está causando danos a elas ou ao meio ambiente; UGP e gestores associados devem estruturar respostas na Gestão do Programa;
- Decisões de planejamento e implementação considerando a perspectiva das partes interessadas – de que maneira as preocupações e recomendações das partes interessadas serão abordadas no processo decisório do projeto e no sistema de gestão do Programa como um todo;
- *Retorno às partes interessadas e transparência no processo decisório* – gestão e responsabilidade institucional; produção de respostas qualificadas; planejamento e criatividade para incorporação de temas novos;
- *Dados de Referência, Plano de Ação e Sistemas de Gestão* – Integração do projeto com responsáveis por intervenções relacionadas, mas não pertencentes ao Programa – equipamentos de saúde, infraestrutura de transporte; sistema integrado de gestão social e ambiental – monitoramento e avaliação periódica (PGAS);
- *Documentação e divulgação pública* – Incremento de material de divulgação além da linguagem escrita; material audiovisual, arte estilizada com mapas e figuras; escopo não assistencialista; e
- Consulta permanente às partes interessadas durante a implantação do Projeto – escritórios regionais de gestão; visitas a obras e instalações semelhantes; número 0800

com protocolo de resposta – presteza no atendimento e produção de respostas consistentes, em linguagem não-técnica.

De acordo com o MPAS e políticas operacionais do Banco previamente mencionadas, o Executor deve adotar os critérios a seguir, identificados ao organizar o processo de consulta pública:

- a linguagem escrita deve ser simples e direta (linguagem jornalística), evitando ao máximo termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis;
- outras linguagens devem ser utilizadas, como vídeos, animações, apresentação oral de temas, sempre considerando o público não leitor;
- deverão ser apresentados exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações) de forma a transmitir à população a realidade do que significam as intervenções propostas;
- qualquer atendimento a solicitações/reclamações da população deverá ser feito com interesse e empatia, para o devido entendimento da demanda. Atenção especial deverá ser dada aos idosos, portadores de necessidades especiais e ao público não leitor; e
- as informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes.

7.20.4. O Processo de Consulta

Para garantir e comprovar a participação das comunidades abrangidas pelos projetos é necessário proporcionar oportunidades de participação de população na área de incidência do Programa. Os convites mandatórios devem incluir ONGs, associações setoriais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, além das pessoas interessadas, independente de representação. *Ressalta-se que tais consultas deverão ocorrer independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão estadual ou municipal de meio ambiente, na eventualidade de um processo de licenciamento ambiental de intervenções e obras do Programa.*

Com base no disposto na Lei Federal de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011) a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP disponibilizará na internet as informações de sua atuação classificadas como *Transparência Ativa*. As que não estão disponíveis na internet são classificadas como *Transparência Passiva* porque dependem de solicitação do interessado. Neste caso, o cidadão poderá utilizar a plataforma da Prefeitura Municipal referente ao PDUOT e 0800 a serem definidos.

Abrangência

Durante a elaboração dos projetos e o detalhamento das demais atividades do PDUOT, caberá à UGP viabilizar as consultas públicas necessárias por projeto ou conjunto de projetos. Para tanto devem ser providenciados os recursos humanos e materiais/tecnológicos, pelo período necessário para realizar as consultas.

A instalação física montada para determinado projeto funcionará por período determinado e os equipamentos e recursos podem ser reutilizados em outro local. Isso se faz necessário para: i) identificar e divulgar Programa junto à população alvo; ii) atender presencialmente a dúvidas e questionamentos das comunidades que carecem de acesso a internet, ou cujo acesso não é gratuito; iii) instalar computador ou totem de serviço que facilite o acesso do público aos projetos e intervenções naquela região, distrito ou comunidade.

Durante o período da consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os componentes do Programa e os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras do Programa, além daqueles que sejam relevantes na discussão com o público para o projeto ou obra específica.

Identificação das questões prioritárias

Por tratar-se de um Programa de alcance diversificado, em decorrência das características de suas obras, podem surgir questões de cunho social, desenvolvimento econômico, equidade de gênero e inclusão. Torna-se necessário, portanto, disponibilizar à população:

- suporte técnico para as pessoas que necessitam de orientação ao acesso às plataformas virtuais (Facebook, Youtube, WhatsApp etc.);
- respostas do Programa a públicos distintos presentes nas áreas de influência das obras;
- garantir que comunidades sem associação constituída possam ser incluídas no processo de consulta;
- ampliar os tempos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e às obras de forma geral, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, promovendo a participação das mulheres nas consultas;
- verificar se as associações locais incorporam a representação por gênero, a fim de garantir a amplitude das demandas das mulheres e seus anseios e sugestões que contribuam com o desenho proposto no Programa.

Identificação e Análise dos Atores e Partes Interessadas

- Secretarias municipais e Serviço Autônomo de Água e Esgoto;
- Lideranças comunitárias;
- Câmara de Vereadores;
- ONGs atuantes na área de abrangência do Programa;
- Ministério Público;
- OAB; CREA; CAU;
- População em geral.

Organização da Consulta

A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP deverá facilitar o processo de consulta e, para tanto, seguir as diretrizes aqui identificadas, considerando os seguintes aspectos:

- É obrigação do Executor do Programa:
 - Enviar convites institucionais para os atores e partes interessadas;
 - Prover um responsável para preparar um relatório resumo da consulta, documentando todo o processo, incluindo lista de participantes, perguntas e respostas, sugestões, *print screen* etc. Este deve conhecer o Programa e os projetos de forma a sintetizar eventuais discussões e questões levantadas pelos participantes. Tais questões poderão ser usadas para complementar os documentos socioambientais dos projetos, quando couber;
 - Divulgar o evento, com a antecedência necessária, em meios de comunicação oficiais e de mídia comercial acessível ao público-alvo dos Projetos;
 - Preparar uma exposição para a consulta pública que identifique os Componentes do PDUOT associados e a AAS/PGAS. Esse material também deve ser divulgado no site da Prefeitura Municipal de Linhares e disponibilizado com fácil acesso;
 - Disponibilizar em meio físico e eletrônico os estudos socioambientais (AAS e PGAS) que serão apresentados na consulta. Os documentos em meio físico deverão estar disponibilizados em local de fácil acesso na sede da Prefeitura Municipal de Linhares, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e UGP;
 - Preparar e apresentar no período da consulta os projetos em linguagem acessível ao público em geral, com peças de texto, mapas, fotos e figuras que os ilustrem e sua fase de preparação. Esse material, em documento físico e eletrônico, deverá estar disponível em local de fácil acesso, como anteriormente citado; e
 - Responder as questões relativas aos projetos do Programa que sejam apresentadas pelo público durante a consulta;
- A Equipe de Gestão Ambiental e Social (EGAS) da UGP deverá ser responsável por:
 - Apoiar o Executor na organização da consulta;
 - Prover os documentos ambientais com antecedência, para que possam ser colocadas à disposição do público em meio físico e eletrônico;
 - Discutir com o Executor, para apresentação na consulta, uma exposição dos principais impactos socioambientais das obras e respectivas medidas mitigadoras reunidas no PGAS; e
 - Incorporar, se for o caso, as questões apresentadas no PGAS.

Como opções de uso de tecnologias por meio da Internet, são sugeridos:

- Redes sociais - Facebook, Instagram;
- Sistema Youtube;
- Chamadas por Zoom ou MS-Teams – para eventuais reuniões remotas;

- Ferramentas para Webinar³⁶- para eventuais reuniões remotas.

Ficará a critério da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP o uso da comunicação que melhor servir aos propósitos da consulta. Os vídeos a serem eventualmente gravados deverão utilizar linguagem simples e não serem demasiadamente longos. Caso contrário, o vídeo deve ser repartido em partes temáticas, para facilitar o entendimento do público. Podem ser utilizados recursos de animação e gráfica, de forma a possibilitar um conteúdo didático. Eventualmente também podem ser utilizados recursos de apresentações automatizadas, que podem ter áudios incorporados e diversos recursos gráficos.

Chamamento e Mobilização

Toda comunicação envolvendo atividades de mobilização da comunidade, transmissão da Consulta Pública, disseminação de dados, coleta de informações e de manifestações das partes interessadas, e atendimento aos questionamentos deve incluir, também, ferramentas tecnológicas para comunicação remota.

No período da divulgação e chamamento, o Executor proverá um canal de contribuições online para manifestação dos interessados. Esse canal deve estar vinculado ao link da consulta que for criado na UGP. O site informará sobre o canal de captação de demandas dos interessados, solicitando uma identificação prévia do participante, não obrigatória, mas que facilita responder a questões de cada um.

Os meios de transmissão e de comunicação remota previstos - Facebook, Instagram e Youtube - serão utilizados para as seguintes atividades:

- divulgação da consulta na rede social do Executor (UGP, secretarias municipais e autarquias), com publicação no feed de notícias;
- atuação como principais meios de transmissão da consulta e manifestação dos participantes;
- recebimento das manifestações feitas através das páginas Facebook ou Instagram, do canal do YouTube, pelo e-mail disponibilizado pelo Executor e por um número de WhatsApp que estará disponível durante o tempo das apresentações, por mensagens que serão gerenciadas por mediadores. O objetivo não é responder a todos os comentários em tempo real, mas sim, compilar as questões e dúvidas manifestadas durante as apresentações ao vivo ou acessadas posteriormente pelos interessados;
- incentivo aos participantes da consulta para a realização de um breve cadastro, embora sua participação na consulta não possa ser condicionada se houver recusa; e
- considerar que qualquer pessoa possa assistir o evento, mesmo não possuindo perfil ou cadastro na rede social.

³⁶ O Webinar, é uma abreviação para *web-based seminar*, que em português significa seminário/apresentação realizado virtualmente. Funciona por meio de transmissão ao vivo ou gravada, que conta com chat para participação pública, permitindo interação com os usuários. Pode ser realizado em plataformas como Zoom, YouTube live, GoToWebinar, entre outras.

O convite para os eventos será publicado nos sites da UGP, prefeitura, secretarias municipais e demais instituições intervenientes com antecedência mínima de 07 dias da data do evento. Serão identificadas lideranças, órgãos e entidades locais através de convites diretos, por meio de comunicação remoto (via telefone, redes sociais, WhatsApp e e-mails) convidando os interessados a se inscreverem previamente nos sites onde receberão um link para acessar os eventos. Este mesmo link será divulgado em todas as mídias de comunicação (nas páginas institucionais da prefeitura) para que qualquer interessado possa acessar o evento, mesmo que não convidado diretamente.

Anteriormente ao início das consultas deve ser feito um esforço de chamamento para a participação, identificando o interesse das partes que se inscreveram previamente no cadastro do site e das lideranças representativas conhecidas.

Relatório da Consulta

À UGP caberá a elaboração do Relatório da consulta, contemplando: apresentações do Projeto e dos estudos socioambientais; registro de participação com lista de presença, fotos, vídeos, as dúvidas e questões do público assistente e as respostas do Programa às mesmas.

Essas respostas podem requerer mais tempo para serem elaboradas, se houver necessidade de busca de dados de projeto e, nesse caso, a resposta inicial deve apontar esse fato. De toda forma, cada intervenção pública deverá ser respondida e os registros serão incorporados aos arquivos do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, onde poderão ser classificadas por tipo e tema de interesse. O Executor enviará os relatórios para ciência e consideração da equipe técnica do Programa no Banco.

7.20.5. A Comunicação Social

As ações de Comunicação Social devem estar voltadas para o planejamento e divulgação de informações referentes ao Programa e manter um fluxo contínuo e periodicidade constante, por meio do estabelecimento de rotinas na forma de abordagem e interação com a comunidade. Devem, ainda, estabelecer e manter sempre abertos os canais destinados ao recebimento de informações e indagações sobre as obras.

Para executar as diferentes formas de comunicação, inicialmente deve ser desenvolvida uma atividade voltada para a organização e sistematização de informações técnicas do Programa, observando a abrangência territorial e características de cada intervenção, adaptando material de acordo a cada projeto e intervenções relacionadas.

Esse banco de informações deve ser atualizado periodicamente, de forma a conter os dados e informações sobre as intervenções previstas, os procedimentos adotados pela UGP face aos problemas socioambientais identificados e quais medidas serão adotadas para mitigá-los ou compensá-los, o cronograma e as etapas de implantação das intervenções e outras informações pertinentes.

Os responsáveis pela comunicação social na UGP devem elaborar/contratar a preparação de material informativo (cartazes, “folders”, folhetos de divulgação, “data-show”, etc.) sobre o Programa, que será utilizado pela equipe técnica na realização de eventos, apresentações, audiências etc.

O material de divulgação deve incluir referência ao Mecanismo de Resolução de Queixas e forma de acessá-lo, endereço eletrônico do Programa na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP e indicar os locais onde serão instaladas “caixas de sugestões” destinadas à Ouvidoria do Programa. Este material deve ser exposto nos locais das obras, nos postos de informação da UGP, em locais de grande movimentação de público e nos órgãos e entidades públicas nos locais das intervenções.

7.21. Divulgação, Disseminação de Informação e Comunicação Externa

Todos os órgãos envolvidos na execução do PSI devem conhecer o MGAS e o SGAS, destacando-se a responsabilidade de cada participante na sua implementação, logo após a assinatura do Contrato de Empréstimo e antes do início material do Programa.

A UGP deverá ressaltar que os aspectos sociais e ambientais são partes indissociáveis do PDUOT estando, portanto, inseridos em todas as suas etapas: planejamento, projeto, execução, operação e conservação. Dessa forma, o SGAS transfere para todos os envolvidos com o Programa - técnicos, engenheiros e administradores - tanto da UGP, como das secretarias e autarquias envolvidas com o Programa, além das empresas provedoras e construtoras, a responsabilidade pela qualidade socioambiental do PDUOT.

A UGP deverá estabelecer as diversas formas eficazes de comunicação interna, visando o envolvimento direto dos gerentes, especialistas e técnicos envolvidos com a execução do PDUOT e com o SGAS, tais como:

- Sistema de gerenciamento do Programa;
- Murais dos escritórios da UGP, dos sub-executores, e das empresas construtoras;
- Reuniões com as equipes; e
- Correspondências formais.

Além disso, a UGP deverá estabelecer as formas de comunicação externa com a comunidade beneficiária pelo PDUOT, de maneira eficaz, como por exemplo:

- equipe social lotada em escritório com acesso amplamente conhecido;
- canais de comunicação (ouvidoria, atendimento telefônico para o esclarecimento de dúvidas e outros, se necessário);
- divulgação do MQR em comunicações institucionais do Executor e demais instituições envolvidas na execução do PDUOT; e
- Folders e painéis de informação sobre as atividades do Programa que interferem diretamente com a comunidade, sobretudo na fase de implantação de obras.

VIII. DIRETRIZES PARA PLANO DE PRONTIDÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

8.1. Considerações

Os riscos do Programa frente aos perigos naturais e padrões climáticos em transição e eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas requerem medidas de gestão para reduzir as vulnerabilidades e evitar danos e perdas materiais e humanas. Na área de intervenção do PDUOT a principal ameaça são as enchentes decorrentes das precipitações intensas.

As inundações decorrem da precipitação intensa e quando quantidade de água que chega num determinado rio é superior à sua capacidade de drenagem. Podem ser previstas, e em alguns casos, são graduais. Estas últimas são intensificadas por variáveis climatológicas de médio e longo prazos e pouco influenciáveis por variações diárias de tempo. Estão relacionadas muito mais aos períodos demorados de chuvas contínuas do que com chuvas intensas e concentradas, caracterizando-se por sua abrangência e grande extensão.

Para o mapeamento das áreas de inundação³⁷ (Figuras Nº 3 e Nº 4) o IPES considerou quatro variáveis importantes para o estudo de risco: altitude; declividade; uso do solo; e pedologia.

Para a prevenção e mitigação dos riscos decorrentes das inundações, o ARE recomenda as seguintes medidas: i) monitoração anual do fenômeno e o aperfeiçoamento de modelos matemáticos para previsão; ii) mapeamento das inundações e zoneamento urbano e periurbano; iii) seleção de culturas e de cultivares, com ciclos de produção compatíveis com os períodos de estiagens, e de culturas e pastagens resistentes ao alagamento; iv) medidas estruturais como construções de cais, aterros e canais de drenagem; v) planejamento comunitário integrado e execução de medidas de previsão, prevenção e controle; vi) manejo integrado de microbacias reduzindo as vulnerabilidades e minimizando os danos; vii) construção de habitações diferenciadas; viii) projetos comunitários de manejo integrado de microbacias; ix) obras de perenização e de controle das enchentes; x) barragens reguladoras; xi) obras de desenrocamento, desassoreamento e de canalização; xii) canais de derivação e de interligação de bacias; xiii) diques de proteção; e xiv) medidas para otimizar a alimentação do lençol freático.

³⁷ O Estado do Espírito Santo conta com o Atlas das Áreas com Potencial de Riscos do Estado do Espírito Santo – ARE, desenvolvido a partir do mapeamento de risco no Estado pelo Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES, subordinado ao Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo – CBMES. Tem fundamental importância para a Defesa Civil, uma vez que possibilita a adoção de uma política preventiva relacionada à segurança pública e privada.

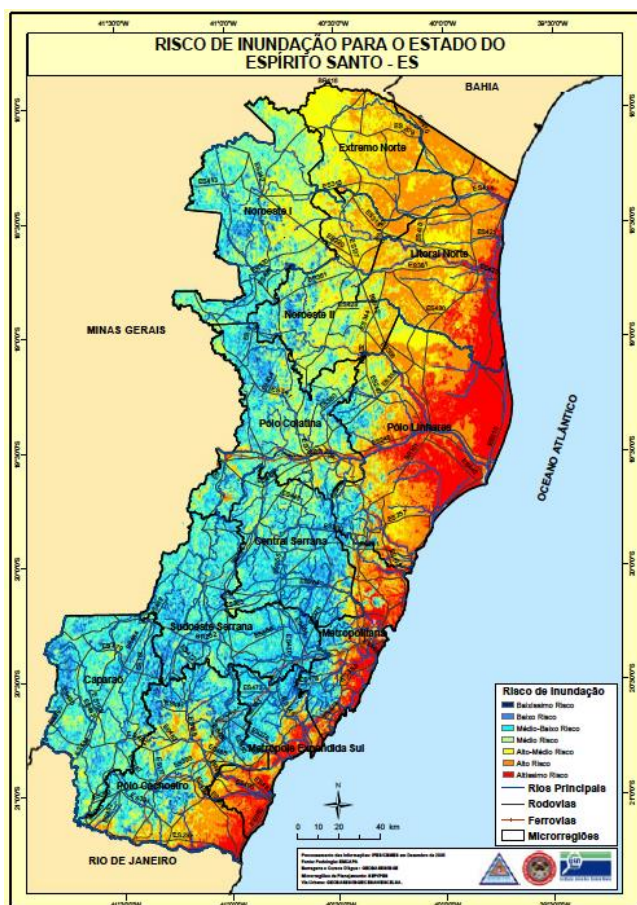


Figura Nº 3: Mapa de risco de inundação para o Estado do Espírito Santo. Fonte: Atlas das Áreas com Potencial de Riscos no Estado do Espírito Santo.

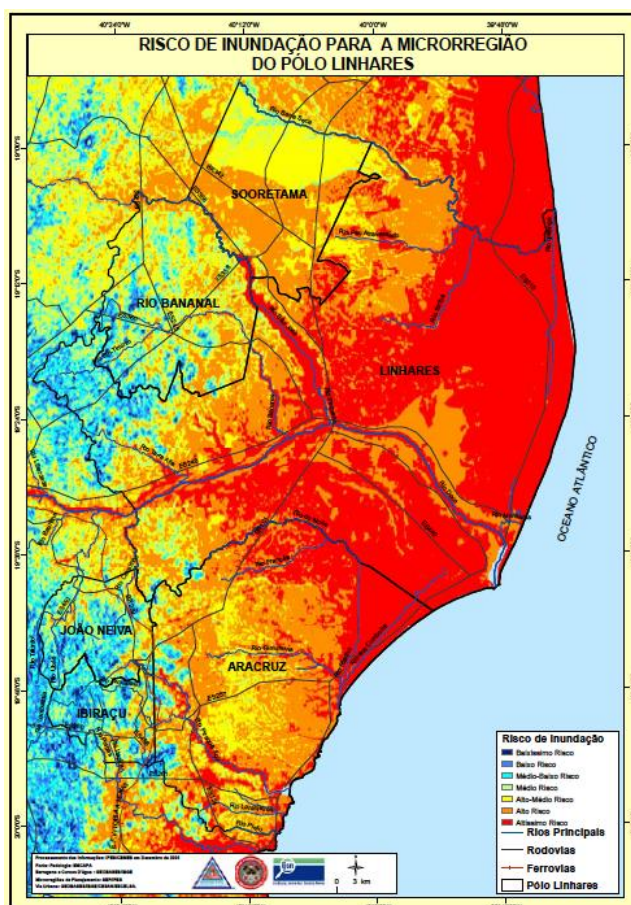


Figura Nº 4: Mapa de risco de inundação para a Microrregião do Polo Linhares. Fonte: Atlas das Áreas com Potencial de Riscos no Estado do Espírito Santo.

Em Linhares as enchentes decorrem basicamente da elevação do nível do Rio Doce, pela incidência de chuvas em Minas Gerais, como demonstra o mapa do Atlas de Vulnerabilidade à Inundação no Estado do Espírito Santo, elaborado pelo IEMA/Defesa Civil (Figura Nº XX). Em meados de janeiro deste ano de 2022 o nível do Rio Doce aumentou acima da cota de inundação inundando áreas do Bairro Olaria e desalojando famílias, além de transtornos provocados também na rodovia ES 248, que dá acesso à Povoação, no litoral³⁸.

O programa de previsão de enchentes consiste em uma medida não-estrutural, com a finalidade de reduzir os prejuízos gerados na ocorrência deste fenômeno, utilizando-se da modelagem matemática como um dos procedimentos metodológicos para simulação e previsão deste evento hidrológico.

A partir do alerta da iminência de uma enchente com sua cota máxima de alcance pré-determinada, a população a ser atingida pode ser removida das áreas inundáveis com antecedência, reduzindo os prejuízos com perdas materiais.

³⁸ <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/cheia-do-rio-doce-causa-alagamentos-em-linhares-e-colatina-0122>

O Governo do Estado do Espírito Santo desenvolveu o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil - PEPDEC³⁹, visando delinear as ações de prevenção, preparação e resposta para a minimização de seus efeitos desastrosos.

O PEPDEC tem a finalidade de articular e facilitar a prevenção, preparação e resposta aos desastres no estado do Espírito Santo, estabelecendo as atribuições de cada uma das instituições que compõem o Comitê Estadual de Combate às Adversidades Climáticas.

Trata, também, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, publicado pela Portaria Interministerial Nº 2/2012, na qual se prioriza o atendimento a esse conjunto de Pessoas Vulneráveis.

Recomenda-se, também, que no sistema de alerta de cheias e zoneamento de áreas inundáveis em Linhares sejam considerados os seguintes aspectos:

- estratégia de operação de reservatórios existentes na Bacia Hidrográfica do Rio Doce a montante do município;
- definição do nível meta;
- zoneamento de áreas inundáveis para diferentes níveis máximos de cheias;
- implementação de Modelo de Simulação da Hidrodinâmica do Sistema Fluvial;
- determinação da regra de operação dos reservatórios através da otimização do sistema; e
- definição do Plano de Contingência.

8.2. Responsabilidades

O desenvolvimento do Plano de Prontidão e Resposta a Emergências será de responsabilidade da UGP e os responsáveis pela sua implantação serão definidos posteriormente segundo o desenho do Plano final.

IX. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

9.1. Procedimentos e Monitoramento

A UGP, por meio das suas áreas ambiental e social, deverá estabelecer processos e procedimentos para monitorar e supervisionar o progresso da implementação e alcance das medidas de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais dos projetos e cumprir todas as obrigações legais e contratuais e requisitos regulatórios pertinentes. A extensão do monitoramento será proporcional aos riscos e impactos ambientais e sociais do projeto e deve estar em conformidade com os requerimentos dos PDAS do MPAS do BID. De acordo

³⁹ <https://defesacivil.es.gov.br/Media/defesacivil/Acesso%20Rápido/PEPDEC%20-%20SITE.pdf>

com as circunstâncias específicas, o BID poderá exigir a realização de auditorias de execução que envolva partes interessadas e especialistas independentes para complementar ou verificar as informações de monitoramento do projeto e o cumprimento dos requisitos e padrões de desempenho ambiental e social.

A UGP reportará ao Banco o cumprimento de normas aplicáveis, incluindo seu progresso na consecução de objetivos ambientais e sociais e aspectos relacionados à implementação de obrigações legais e contratuais relevantes e requisitos regulatórios. A UGP também facilitará a supervisão e avaliação do BID durante a execução do PDUOT. Finalmente, considerando a natureza geralmente dinâmica da implementação de uma operação, a UGP deverá notificar o Banco quando houver mudanças, eventos ou circunstâncias que alterariam seu status de conformidade ou que, de outra forma, poderiam alterar o perfil de risco da operação.

9.2. Inspeções Socioambientais

As inspeções socioambientais nas intervenções físicas (construtivas) do Programa serão realizadas pelo menos quinzenalmente, pelos especialistas sociais e em meio ambiente da UGP, para verificar a conformidade da implantação das obras com as exigências dos Programas de Gestão e avaliar, tecnicamente, a implementação dos programas ambientais estabelecidos.

Após a reunião encerramento de cada Inspeção Socioambiental com a empresa construtora ou responsável pela implantação de intervenções, na qual serão discutidos os pontos levantados na inspeção, será enviado à UGP um relatório com os resultados das verificações e as providências para melhorias que deverão ser tomadas.

A Inspeção Socioambiental tem duas características básicas:

- i) De uma *auditoria ambiental*, onde os programas de mitigação de impacto e qualidade ambiental e o funcionamento do SGAS são avaliados, quanto ao cumprimento dos objetivos, das metas e dos procedimentos, ao desenvolvimento das atividades, ao atendimento do cronograma etc.; e
- ii) De uma *assessoria técnica*, que inclui a avaliação técnica dos resultados, além de eventuais sugestões de ajustes e retificações na implementação dos programas e cumprimento das exigências ambientais.

O trabalho de Inspeção Socioambiental, por envolver um processo de consultoria participativa, não se qualifica como auditoria do SGAS, nos moldes definidos pela ISO 14000, uma vez que esta determina que os auditores atuem de forma imparcial e independente.

Dessa forma, a Inspeção Socioambiental não se caracteriza como uma auditoria independente que poderá, se necessária, ser solicitada pela UGP e pelo BID.

9.3. Avaliação de Desempenho e Melhoria Contínua

O desempenho socioambiental do Programa será avaliado pela UGP semestralmente, com a participação dos atores, de acordo com o desenvolvimento das atividades e o

andamento das intervenções. Os principais objetivos desta análise são assegurar a contínua adequação e eficácia da gestão socioambiental e identificar oportunidades de melhoria.

Os seguintes itens deverão ser analisados:

- resultado das inspeções ambientais;
- desempenho ambiental do Programa das metas e dos seus indicadores, se for o caso;
- adequação dos recursos disponibilizados;
- resultados das avaliações dos requisitos legais e dos padrões de desempenho do MPAS;
- comunicações feitas às partes interessadas;
- ações preventivas e corretivas adotadas;
- ações decorrentes de reuniões anteriores;
- mudanças que possam afetar a implementação dos programas de gestão socioambientais, inclusive legais; e
- proposição de melhorias.

A análise de desempenho da UGP fornecerá os subsídios para a tomada de todas as decisões e ações necessárias à melhoria da eficácia socioambiental do PDFUOT, incluindo a ajustes de recursos necessários. Os resultados da análise devem ser sintetizados em um Relatório de Desempenho Ambiental, a ser encaminhado ao BID.

A melhoria contínua da eficácia da gestão ambiental e social do Programa será realizada por meio da avaliação da sua política, dos seus objetivos e das suas metas, dos resultados da Inspeção Ambiental, da análise de dados e da Análise Crítica do desempenho socioambiental da UGP.

O Quadro Nº 12 a seguir apresenta a as medidas necessárias para a gestão socioambiental, que deverão ser implementadas pelo Mutuário e empresas construtoras, os resultados de desempenho esperados e os respectivos indicadores e metas para o acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução e operação.

Quadro Nº 12: Matriz de Avaliação de Desempenho das Ações Socioambientais

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
PLANEJAMENTO	Inclusão das variáveis ambientais e sociais no planejamento e nos projetos do PDUOT.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos social e ambientalmente sustentáveis. • Redução dos custos com mitigação e compensação de impactos; • Conservação de ecossistemas e da biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos considerando: <ul style="list-style-type: none"> ○ melhor aproveitamento da área; ○ redução de terraplenagem; ○ orientação solar; ○ eficiência energética; ○ iluminação natural; ○ uso racional e reuso de água, ○ conforto térmico e acústico; ○ acessibilidade; ○ qualidade e conforto ambiental; ○ espaço sustentável; ○ inovação e tecnologia; ○ facilidade de manutenção dos equipamentos na operação; ○ redução, reutilização e reciclagem materiais e recursos; ○ menor interferência com as comunidades do entorno; ○ redução de insumos agrícolas; ○ conservação do meio ambiente; ○ reabilitação de APP e reservas legais. 	<ul style="list-style-type: none"> • adoção dos critérios semelhantes aos utilizados nas certificações para construções sustentáveis, com intuito de promover e estimular práticas de construções sustentáveis; • uso adequado de agrotóxicos e controle biológico; • Conservação da fauna e flora regionais; • regularização ambiental da propriedade agrícola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação dos afetados e usuários; • Redução nos gastos de energia e água; e • Redução nos custos de manutenção.
	Reuniões com as comunidades das áreas de influência do Programa realizadas antes do início das obras, no início de etapas específicas das obras e nas demais atividades dos componentes do Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecimento e informação às comunidades sobre as questões socioambientais das obras e das atividades do Programa, no que se refere aos incômodos da construção e operação da infraestrutura, com destaque as obras da Avenida Interbairros e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos projetos e programas que compõem o PDUOT; • Esclarecimentos sobre as obras e os transtornos decorrentes; • Apresentação das vantagens da agricultura sustentável, • apresentação das equipes sociais e dos canais de comunicação do PSI; • incorporação das observações e reivindicações da comunidade nas intervenções do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar e informar todos os assentados e agricultores das áreas de influência sobre o PSI e seus projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de moradores informados; • quantidade de solicitações de esclarecimentos e reclamações recebidas formalmente e atendidas; e • redução das expectativas sobre as obras e os programas que compõem o Programa.

Quadro Nº 12: Matriz de Avaliação de Desempenho das Ações Socioambientais (Continuação)

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Planejamento e Gerenciamento Socioambiental das obras de infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> Definir o processo de planejamento e execução das obras, visando o gerenciamento de todas as interfaces e a garantia da qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Seleção de construtora de acordo com sua capacidade de atender às exigências socioambientais e o ROP; Inclusão, no contrato de obras, de cláusulas que garantam o cumprimento dos requisitos ambientais do PGAS e ROP, da legislação e das políticas do BID, com destaque ao MPAS; Apresentação, pela construtora, do planejamento detalhado da obra: <ul style="list-style-type: none"> i) cronograma de atividades; ii) programa e métodos de intervenção, com qualidade socioambiental; iii) atendimento do PGAS; iv) Plano de Controle Ambiental de Obra - PCAO; e iv) estudo das interferências com sistemas de água, esgoto, energia, telefonia etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Obtenção da Licença de Instalação – LI; Atendimento das condicionantes da LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança do trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização na obra; Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; Quantidade de não conformidades apontadas; e Número de empregados capacitados.
	Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obras.	<ul style="list-style-type: none"> Definir o processo para a seleção do local, implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras e demais instalações provisórias, de forma a evitar danos ambientais no local e assegurar a qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar o local do canteiro de obras e instalações aproveitando as áreas já degradadas e de fácil acesso para o recebimento e armazenamento de materiais e equipamentos, sem o prejuízo da segurança dos empregados, visitantes, agricultores e equipamentos; Implantação do canteiro de obras de acordo os programas do PGAS; Implantação e operação do canteiro de obras somente após a obtenção das Licença Prévia - LP e LI e autorizações e licenças específicas (supressão de vegetação, jazidas, bota-fora, fossas sépticas etc.); Reuso, doação ou reciclagem do material decorrente da desmobilização do canteiro. Destinação correta dos resíduos não recicláveis, durante a operação e desmobilização do canteiro de obras. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento de todas a condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades nas inspeções ambientais periódicas; Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, meio ambiente, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental; Devolução do local do canteiro de obras em condições idênticas ou melhores que as originais. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização e método de intervenção adequados; Número de acidente de trabalho com gravidade. Nenhum dano ambiental de gravidade. Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades; e Número de empregados capacitados.

Quadro Nº 12: Matriz de Avaliação de Desempenho das Ações Socioambientais (Continuação)

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Controle Ambiental das Obras de infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> Determinar as ações que deverão ser tomadas durante a execução dos serviços e obras, visando a redução ou eliminação dos impactos socioambientais e a qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação do PGAS; Controle da emissão de fumaça, do vazamento de óleos e combustíveis, da produção de poeira, de acidentes, do trânsito de veículos pesados nas proximidades das obras e dos ruídos; Controle ambiental, com separação do solo fértil nas operações de terraplenagens, para reutilização no paisagismo; Controle de emissão de efluentes; Controle da drenagem superficial e da erosão; e Uso de material certificado ou proveniente de jazidas certificadas e fornecedores licenciados e certificados. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Capacitação de todos os empregados das obras em saúde e segurança no trabalho, meio ambiente; educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização e método de intervenção adequados; Número acidentes de trabalho; Nenhum dano ambiental de gravidade. Quantidade de não conformidades; Número de empregados capacitados; Qualidade ambiental das obras e do entorno após sua conclusão; e Satisfação dos beneficiados pelo Programa.
	Gestão de Resíduos da Obra.	<ul style="list-style-type: none"> Definir as atividades necessárias à gestão dos resíduos de obra e assegurar a qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Acondicionamento inicial dos resíduos; Acondicionamento final dos resíduos; Destinação final dos resíduos para locais devidamente licenciados. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Destinação adequada dos resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade reduzida de resíduo na obra; Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; Número de não conformidades apontadas.
	Demolição.	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento dos procedimentos e das rotinas para as demolições de estruturas nas áreas do Programa, garantindo a qualidade ambiental e o atendimento da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). 	<ul style="list-style-type: none"> Programação da demolição; Direção da demolição por profissional habilitado, com a presença de um Técnico de Segurança (TST); Planejamento da atividade considerando: <ul style="list-style-type: none"> corte da energia, água, líquidos inflamáveis e gases; eliminação das substâncias tóxicas; proteção e isolamento das canalizações de esgoto e água; proteção das construções vizinhas e isolamento da área; Demolição considerando: <ul style="list-style-type: none"> uso EPI; e segregação e armazenamento provisório do entulho. 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhum acidente durante a demolição; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Destinação adequada de todo resíduo da demolição; Limpeza do local; Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; e Número de não conformidades apontadas.

Quadro Nº 12: Matriz de Avaliação de Desempenho das Ações Socioambientais (Continuação)

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Recuperação de Áreas Degradadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de procedimentos destinados à adequada utilização e recuperação dos canteiros de obras e das áreas de empréstimo e bota-fora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento ambiental; • Preparação prévia das áreas, visando sua futura recuperação: <ul style="list-style-type: none"> ○ separação e armazenamento adequado do solo orgânico; ○ regularização da drenagem e controle da erosão; ○ sinalização adequada; ○ regularização do terreno e reposição do solo orgânico; e ○ configuração geométrica compatível com a topografia adjacente e paisagismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequada recuperação ambiental das áreas degradadas pelas obras do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas degradadas recuperadas e aprovadas pelo BID e órgãos ambientais.
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	Garantir a gestão de riscos de desastres naturais nas áreas contempladas pelo Programa.	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar o PDUOT de instrumentos que garantam a gestão dos riscos de enchentes, de forma que o Executor possa responder em caso de ocorrências, reduzindo perdas humanas e prejuízos socioambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar os Executores para responder em caso de eventos naturais extremos, considerando as seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> ○ definir a equipe de defesa civil para o atendimento rápido e eficiente em caso de desastres naturais; ○ manutenção dos sistemas de drenagem; ○ mapeamento e manutenção de uma base de dados sobre as áreas de risco; e ○ elaboração de um sistema de atuação emergencial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de 100% da equipe da defesa civil; • mapeamento de todas as áreas de risco; • reduzir a zero as perdas humanas; e • reduzir ao máximo os prejuízos socioambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação da equipe da defesa civil.
	Gestão da infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da infraestrutura visando sua conservação, bem como dos recursos naturais utilizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de diretrizes harmonizando o uso social com a conservação da infraestrutura e dos recursos naturais; • programas de uso social, educação ambiental, proteção ambiental e manejo; e • desenvolvimento de estratégias de monitoramento e avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior durabilidade da infraestrutura e dos equipamentos; • maior conforto aos usuários; e • melhor qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de uso dos equipamentos; • satisfação dos assentados, agricultores e usuários; e • qualidade socioambiental das áreas contempladas pelo Programa.
	Monitoramento da Qualidade da Água	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a qualidade dos efluentes da ETE; • Atendimento das Resoluções CONAMA Nº 357/05 e Nº 430/05. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análises periódicas dos efluentes e de pontos de amostragem no Rio Doce, nas áreas de influência da ETE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parâmetros de qualidade de acordo com as Resoluções CONAMA Nº 357/05 e Nº 430/05. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade dos efluentes da ETE.

X. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

10.1. Estrutura Organizacional e Competências

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Linhares, apresentada na Figura Nº 5, foi definida pela Nº 2.560/2005. A Unidade de Gestão do Programa – UGP está subordinada à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, embora outras secretarias municipais, além do Serviço Autônomo de Águas e Esgoto, também estejam envolvidas com o PDUOT: i) Secretaria de Planejamento e Finanças; ii) Secretaria de Assistência Social; iii) Secretaria de Meio Ambiente; iii) Secretaria de Desenvolvimento Urbano; e iv) Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

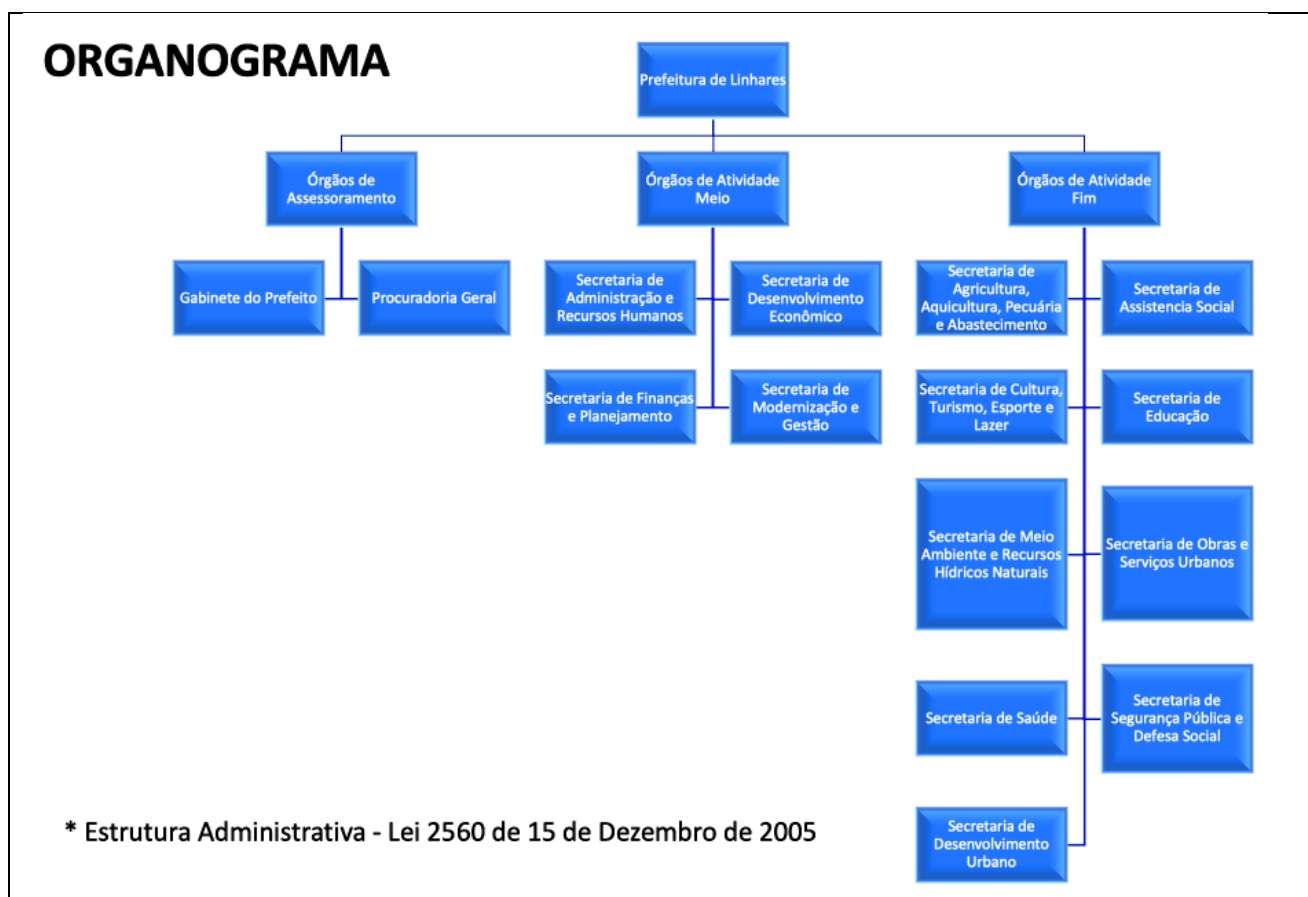


Figura Nº 5: Organograma da Prefeitura Municipal de Linhares

A participação das secretarias municipais e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto no PDUOT se dará por meio do desenvolvimento das seguintes atividades:

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos: orientações estratégicas e acompanhamento da execução do Programa; articulação entre os órgãos da Administração direta e indireta do Município, visando o apoio à UGP; acompanhamento do desempenho da UGP na execução do Programa; e execução dos projetos e implantação e fiscalização das obras de todas as tipologias no âmbito da Administração Pública Municipal.

Secretaria de Planejamento e Finanças: acompanhar o cumprimento das normas e dos padrões estabelecidos, no que se refere aos procedimentos administrativos e financeiros do Programa; elaboração e formalização das propostas orçamentárias anuais do Programa, no que se refere à alocação dos recursos de contrapartida e da operação de crédito; execução dos pagamentos no âmbito do Programa; e geração de informações financeiras e prestação de contas do Contrato de Empréstimo.

Secretaria de Assistência Social: planejamento, supervisão, monitoramento e avaliação das ações, dos serviços, dos programas e dos projetos da política de Assistência Social; incentivo, estímulo e apoio ao desenvolvimento comunitário e às atividades socioeducativas; realização ou colaboração com o levantamento de dados de famílias na zona de abrangência do Projeto; subsídio ao contato com a comunidade local, a fim de mobilizar a sociedade civil para eventos, oficinas, audiências públicas, etc.

Secretaria de Meio Ambiente: licenciamento ambiental dos empreendimentos do Programa e execução das demais atividades relacionadas às questões ambientais e de recursos hídricos; planejamento e operacionalização da política Municipal do Meio Ambiente, assegurando ampla participação da sociedade; e intermediação com os demais órgãos ambientais de licenciamento, autorização e permissão de uso dentro das áreas abrangidas pelo Programa.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano: planejamento, supervisão, execução, monitoramento e avaliação das ações de habitação e zoneamento urbano; planejamento e aplicação das diretrizes para parcelamento do solo urbano, fomentando a implantação de projetos paisagísticos e de preservação das lagoas urbanas; fiscalização de obras particulares e posturas; e fornecer os subsídios às informações necessárias ao desenvolvimento do PDUOT.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto: acompanhamento do desenvolvimento das ações inerentes aos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto; ampliação das ações de fiscalização para reduzir número de lançamento de esgoto clandestino; operação do SES e SAA; e subsídios às informações necessárias ao desenvolvimento do PDUOT.

A UGP, por sua vez, será responsável por coordenar, planejar, monitorar e executar as atividades relacionadas aos projetos e ações do Programa financiados com recursos do BID. Exercerá, também, o papel de interlocutora da Prefeitura Municipal para os assuntos relacionados ao Programa.

A composição da UGP (Figura Nº 2) inclui um Coordenador Geral responsável pela direção, organização, supervisão e controle das atividades da Unidade, além da representação junto aos demais órgãos municipais, entidades e instituições internas e externas. Ao Coordenador Geral estão subordinados outras cinco Coordenadorias (Administrativo Financeiro, Aquisições, Projetos e Obras, Social e Ambiental) e, para garantir a implementação dos programas socioambientais propostos neste PGAS, a UGP, por meio das Coordenações Ambiental e Social deverá contar com equipes de gestão ambiental e social - EGAS composta por especialistas em meio ambiente e ações sociais das próprias secretarias municipais participantes do Programa ou contratados externamente. A EGAS terá as seguintes responsabilidades específicas:

- coordenar, gerenciar e executar, diretamente ou com o apoio de terceiros, os trabalhos

relacionados com a execução das ações dos programas do PGAS;

- dar apoio técnico no planejamento inicial das ações socioambientais previstas para os projetos e na avaliação periódica de desempenho ambiental e social do Programa;
- incluir as especificações socioambientais no memorial descritivo dos projetos;
- preparar os critérios de elegibilidade ambiental a serem incluídos nos editais de licitação das intervenções;
- adotar procedimentos e acompanhar a outorga das licenças ambientais necessárias para a implantação das intervenções;
- decidir sobre as ações e os procedimentos das intervenções, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais negativos ou riscos de desastres;
- visitas periódicas às obras e demais atividades do Programa, para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados e de acordo com as condicionantes das licenças ambientais e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- aprovar a medição dos serviços relacionados à conservação e recuperação ambientais executados, bem como das atividades relacionadas às intervenções que possam promover danos ambientais;
- apresentar à Coordenação da UGP, periodicamente, da avaliação da eficiência dos programas socioambientais relacionados às intervenções físicas previstas e dos ajustes necessários;
- recomendar à UGP penalidades às empreiteiras de obras, no caso de não atendimento dos requisitos socioambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões de planejamento de obras; e
- manter a documentação de cumprimento dos planos de gestão socioambientais e do registro do cumprimento dos indicadores. Estas exigências devem ser apresentadas nos relatórios semestrais encaminhados ao BID.



Figura Nº 6: Composição da UGP.

Os especialistas em meio ambiente e ações sociais da UGP deverão se articular com as diversas instituições envolvidas direta e indiretamente com o Programa, além das empresas contratadas. As suas atuações deverão garantir:

- a adoção de conceitos de sustentabilidade, conservação e gestão ambiental, na elaboração ou revisão dos projetos do Programa;
- o planejamento ambiental das intervenções físicas;
- a articulação com os organismos de controle ambiental na busca de soluções, no que se refere aos processos de licenciamento ambiental nas fases de implantação e operação das intervenções do Programa;
- a avaliação e aprovação previa, no âmbito da UGP, das intervenções propostas para as áreas contempladas pelo Programa, garantindo a inserção da dimensão ambiental na tomada de decisão dos projetos;
- a adoção de medidas administrativas que garantam a execução das ações de comunicação social, relativas à convivência com as obras, articuladas com o seu planejamento;
- o monitoramento das obras e serviços de recuperação ambiental e requalificação ambiental da área de implantação dos projetos;
- a recomendação de ações e procedimentos de obras, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- a avaliação periódica da eficiência dos programas do PGAS e indicação dos ajustes necessários;
- a aprovação, em conjunto com a UGP, das penalidades às empresas construtoras, no caso de não atendimento dos requisitos ambientais;
- a aprovação, em conjunto com a UGP, da paralisação da intervenção no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos, de modo a possibilitar a adoção de medidas corretivas em tempo hábil;
- a preparação e apresentação dos relatórios periódicos de supervisão ambiental à Coordenação da UGP e ao BID; e
- o atendimento aos questionamentos da sociedade civil, incluindo ONGs e outras partes interessadas nas intervenções e nos programas do PGAS.

Para o efetivo gerenciamento e controle ambiental das intervenções, os programas do PGAS deverão obedecer ao mesmo cronograma dessas intervenções. Os seus custos deverão ser incorporados aos custos da intervenção⁴⁰, com exceção da Gestão Ambiental e dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, que deverão estar a cargo da UGP.

Há que se considerar, ainda, que os contratos de obras deverão incluir cláusulas referentes à obrigatoriedade de cada empresa cumprir com todas as medidas ambientais, sociais e de

⁴⁰ Todas as atividades socioambientais previstas deverão ser incluídas na mesma planilha de custos das atividades de engenharia e obra.

saúde e segurança do trabalhador previstas neste PGAS e na legislação. Tal obrigatoriedade deverá ser explicitada por meio de mecanismos de medição e pagamento das atividades relacionadas a qualidade e ao controle socioambiental.

10.2. Perfis Profissionais e Plano de Fortalecimento

A UGP deverá assegurar que todos os seus funcionários e as demais contratados possuam competência, com base em treinamento e experiência, para o desenvolvimento de atividades com potencial de causar impactos ambientais e sociais identificados no âmbito do Programa. A manutenção de um registro de treinamentos, de experiências e conscientização ambiental e social dos seus funcionários estará a cargo da UGP.

A UGP deverá identificar a necessidade de treinamento e, conseqüentemente, desenvolver processos de capacitação dos funcionários das instituições participantes do SGAS, para que estes adquiram consciência sobre as políticas e os padrões de desempenho ambiental e social a serem cumpridos, bem como sobre os planos, os projetos e as atividades a serem executados que possam gerar impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Nesse sentido, devem estabelecer e manter em dia os procedimentos de conscientização dos funcionários no que se refere aos seguintes aspectos:

- a importância do cumprimento das políticas ambientais e sociais e dos programas estabelecidos no MGAS;
- os impactos socioambientais significativos e potenciais de suas atividades e os benefícios de um melhor comportamento profissional para o meio ambiente;
- a contribuição de cada funcionário para alcançar os objetivos do PDUOT;
- suas funções e responsabilidades no cumprimento da legislação, dos Padrões de desempenho do MPAS do BID e dos procedimentos ambientais do PGAS e MGAS;
- os impactos socioambientais, reais e potenciais, associados ao PSI; e
- as conseqüências potenciais do não-cumprimento dos procedimentos e medidas de mitigação do MGAS.

As atividades de conscientização devem incluir reuniões periódicas, encontros e treinamento, além da distribuição de folders e fixação de cartazes, quando necessário. Todos os treinamentos e reuniões realizados no âmbito do SGAS e nas obras do PDUOT devem ser registrados em lista de presença.

Por outro lado, o pessoal responsável pela implementação do SGAS deve demonstrar competência profissional adequada - educação, formação e experiência apropriadas. Caso contrário, deverá ser definida uma estratégia de formação progressiva para o pessoal envolvido com o SGAS, de forma que no curto prazo possam executar suas funções ambientais de maneira efetiva.

10.3. Lista de Exclusões Ambientais e Sociais

O Programa não financiará, direta ou indiretamente, projetos e atividades envolvidos na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias ou atividades listadas abaixo.

- Atividades que são ilegais de acordo com as leis, regulamentos ou convenções e acordos internacionais ratificados, ou sujeitas a interrupções ou proibições internacionais, como:
 - uso de materiais que contém asbesto/amianto;
 - uso de produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas e outras substâncias perigosas sujeitas a interrupções ou proibições internacionais⁴¹;
 - uso de poluentes Orgânicos Persistentes - POP⁴²;
 - uso de substâncias que destroem o ozônio sujeitas a eliminação internacional⁴³;
 - interferências com a vida selvagem ou uso de produtos da vida selvagem regulamentados pela Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna Selvagem e Flora⁴⁴;
 - comércio transfronteiriço de resíduos ou produtos residuais⁴⁵, exceto de resíduos não-perigosos destinados à reciclagem; e
 - tintas ou revestimentos à base de chumbo na construção de estruturas e rodovias⁴⁶.
- Atividades ilegais de acordo com as leis e os regulamentos do país ou convenções e acordos internacionais ratificados, relacionados à proteção de recursos da biodiversidade ou patrimônio cultural; e
- Atividades que, embora consistentes com a estrutura legal e regulatória do país, podem gerar impactos adversos significativos nas pessoas e no meio ambiente, tais como fibras de amianto não ligadas ou produtos que contenham amianto.

⁴¹ Os documentos de referência são: Regulamento CEE do Conselho nº 2455/92 de 23 de Julho de 1992 relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos, alterado de tempos em tempos; Lista Consolidada das Nações Unidas de produtos cujo consumo e/ou venda foram banidos, retirados do mercado, tiveram sua circulação “severamente restrita” ou não foram aprovados por órgãos governamentais; Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional (Convenção de Roterdã); Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Classificação de Pesticidas por Risco Recomendada pela Organização Mundial da Saúde; Restrições de Uso e Disponibilidade de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde.

⁴² Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e alterações de 2009.

⁴³ Substâncias que destroem a camada de ozônio (ODS) são compostos químicos que reagem e destroem a camada de ozônio da estratosfera, resultando nos divulgados “buracos na camada de ozônio”. O Protocolo de Montreal lista ODS e as datas de meta de redução e eliminação. Os compostos químicos regulados pelo Protocolo de Montreal incluem aerossóis, refrigerantes, agentes de expansão na fabricação de espumas, solventes e agentes de proteção contra incêndios (<https://ozone.unep.org/treaties/montreal-protocol>).

⁴⁴ www.cites.org

⁴⁵ Conforme a Convenção da Basileia (www.basel.int).

⁴⁶ Tintas e revestimentos com concentração total de chumbo maior que 90ppm ou a concentração limite determinada pelo país anfitrião, o que for menor.

ANEXO

ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANO DE CONSULTAS SIGNIFICATIVAS MECANISMO DE RECEPÇÃO E RESOLUÇÃO DE QUEIXAS

I. CONSIDERAÇÕES

De acordo com o PDAS 10 – Engajamento das Partes Interessadas, a avaliação socioambiental que inclui o SGAS, deve conter um conjunto de ferramentas que garantam e incentivem a participação pública.

Essas ferramentas são o Plano de Consultas Significativas, o Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas e uma rotina de divulgação de informações, por parte do Executor/Secretaria de Obras e Desenvolvimento e demais instituições participantes do Programa – Secretarias de Assistência Social, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano. Esses instrumentos estão descritos a seguir.

II. PLANO DE CONSULTAS SIGNIFICATIVAS

2.1. Introdução

A introdução do conceito de consulta significativa⁴⁷ visa “ser uma contribuição ao processo de tomada de decisões, e as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições”. Cabe ao Executor guiar-se pelos elementos da consulta às partes interessadas que compõem o ciclo padrão de todos os projetos que envolvem intervenções e obras financiadas pelo BID. Para organizar o processo de consulta pública o Executor deve adotar os critérios identificados a seguir:

- a linguagem escrita deve ser simples e direta (linguagem jornalística), evitando ao máximo o uso de termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis;
- outras linguagens devem ser utilizadas, como vídeos, animações, apresentação oral de temas, sempre considerando o público não leitor;
- deverão ser apresentados exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações) de forma a transmitir à população a realidade do que significam as intervenções propostas em cada Componente;
- qualquer atendimento a solicitações/reclamações da população deverá ser feito com zelo e empatia, para o devido entendimento da demanda. Atenção especial deverá ser dada aos idosos, portadores de necessidades especiais e ao público não leitor; e

⁴⁷ Consulta Significativa às partes interessadas, BID- ESG, 2017 - <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Consulta-significativa-%C3%A0s-partes-interessadas.pdf>

- as informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes.

O PDUOT é um programa de obras e atividades múltiplas e, como tal, a maior parte das obras e intervenções será detalhada durante a execução do Programa. Neste sentido, será realizada Consulta Pública durante a preparação, considerando uma amostra representativa de projetos e obras. Nas etapas subsequentes de implantação do Programa as diretrizes de atuação do Executor estão contidas neste capítulo da AAS, conforme estabelece o PDAS.10. Cabe ao Executor a responsabilidade de providenciar a divulgação de obras e intervenções e dos estudos ambientais elaborados, em consultas públicas adequadas ao público-alvo do Projeto/Programa.

O Plano de Consultas estabelece a forma e conteúdo mínimo para a divulgação do Programa junto ao público-alvo e demais interessados. As intervenções do PDUOT serão implantadas em diversos bairros na área de expansão urbana Leste, em momentos distintos e as consultas devem ser adaptadas de acordo com essa realidade.

O Plano de Consultas busca atender às diretrizes dos PDAS, considerando: i) a extensão territorial da área de abrangência do Programa; e ii) a implantação de um Mecanismo de Resolução de Queixas de alcance municipal.

2.2. Objetivo

O objetivo deste Plano é estabelecer um canal de comunicação junto à população afetada e/ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa, construindo um processo de troca de informações que possibilite ao Executor – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP e demais instituições : (i) conhecer os projetos das intervenções e as medidas de gestão socioambiental detalhados durante a execução do PDUOT; (iii) mapear e interagir com as lideranças e associações estabelecidas nas áreas objeto de intervenção; e (iv) identificar as particularidades das comunidades e suas demandas em relação ao Programa. Espera-se que as consultas ampliem a comunicação ao público em geral, setores produtivos, instituições públicas e da sociedade civil. Este diálogo deverá atender, com documentação e meios de comunicação específicos, as diferentes localidades e grupos sociais afetados, destacando as intervenções e propostas distribuídas no território de abrangência do Programa.

2.3. Execução

A realização das consultas ficará a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP, que mobilizará os agentes territoriais como articuladores das partes interessadas. As outras instituições serão partícipes na montagem e realização das consultas, como SEMAR, SAS, SDU, de acordo ao esquema de gestão do Programa.

Serão consideradas igualmente as diferenças de oportunidades baseadas em gênero e os impactos socioambientais que integram a Estratégia de Promoção de Equidade de Gênero elaborada na etapa de preparação do Programa.

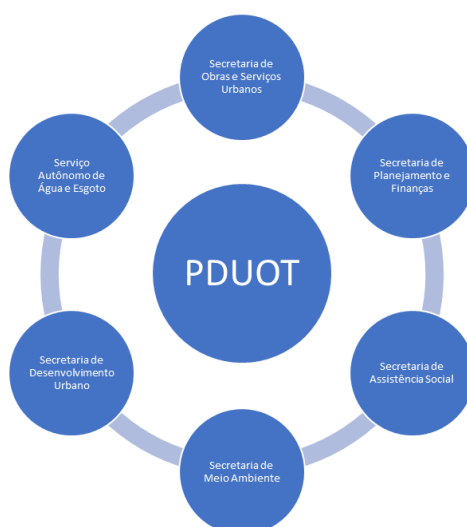
2.4. O Processo de Consulta

A partir da identificação dos principais intervenientes, a consulta pública deve prover a divulgação, informação e sensibilização de forma ampla junto das comunidades, visando uma efetiva apropriação do projeto pelos principais beneficiários e pela população em geral, envolvendo as diversas instituições responsáveis a nível estadual e municipal.

Dessa forma, e em cumprimento com as diretrizes dos PDAS, será garantida e comprovada a participação ampla das comunidades abrangidas pelos projetos, proporcionando oportunidades de participação de população na área de incidência do Programa, vide PDAS 10.

Os convites devem incluir obrigatoriamente as ONGs atuantes na área de abrangência das intervenções, associações setoriais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, para discutir os projetos e o SGAS que assegura a viabilidade ambiental e social do PDUOT. Ressalta-se que tais consultas deverão ocorrer independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão estadual ou municipal de meio ambiente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, de acordo com as normas vigentes.

O Executor garantirá que as atividades de consulta sejam inclusivas e culturalmente apropriadas e que os grupos vulneráveis sejam beneficiados. Se ainda houver restrições de contato e necessidade de distanciamento social, e sempre que possível, a comunicação neste Plano será efetuada por meio de contatos com lideranças e associações, discussões em grupo e consultas à comunidade, usando diferentes abordagens de acordo com as necessidades. Quando não for possível, o Executor poderá utilizar a comunicação por rádio e mídia local (rádio, TV, mensagens de celular em grupos de WhatsApp) para informar e consultar a população e os grupos-alvo. Igualmente devem ser utilizados os sites institucionais disponíveis nas instituições participantes da execução – instituições participantes da execução e gestão do PDUOT.



2.5. Roteiro de preparação e execução do Plano de Consultas

2.5.1. Abrangência

Durante a execução da operação, o Executor deve considerar: (i) a experiência de comunicação em processos participativos desenvolvidos pelas Secretarias Municipais, obtendo participação e apoio dessas equipes de campo nas consultas a serem realizadas; (ii) organização e realização de consultas em nível local nas áreas de abrangência do Programa; (iii) abertura e manutenção de link específico para o PDUOT no site das Secretarias, que possibilite a consulta aos documentos de projeto das intervenções e os documentos socioambientais pertinentes (AAS/PGAS, MGAS e SGAS). Durante as rodadas de consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os componentes do Programa e os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras do Programa, além de aspectos específicos que sejam relevantes na discussão com determinada comunidade. O Executor deve dar prioridade à atualização do link/aba do PDUOT, informando os resultados de cada consulta e a previsão de realização das reuniões subsequentes, por localização ou intervenção específica, como a ETE.

2.5.2. Identificação das questões prioritárias

Neste Programa de alcance tão diversificado como o PDUOT, estão identificadas as seguintes questões de alcance social, desenvolvimento econômico, equidade de gênero e inclusão. Os resultados indicativos de questões de gênero e diversidade elaborados durante a preparação do Programa serão considerados como orientadores da identificação do público-alvo do processo de consulta:

- alcance a suporte técnico para as pessoas que necessitam de orientação ao acesso às plataformas virtuais (Facebook, Youtube, WhatsApp etc.) – público feminino e minorias, que tenha dificuldade no acesso a ferramentas de comunicação a partir de suas moradias;
- respostas do Programa a públicos distintos – capacitação de jovens adultos em busca do 1º. Emprego; mulheres-chefe de família; população LGBTQIA+;
- as instituições que atuarão no processo de consulta são: SMOSU/UGP; agentes da SMAR, que tem experiência com audiências públicas exigidas em processos de licenciamento ambiental;
- ampliar os tempos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo as mulheres de participarem das consultas; e
- verificar se as representações locais incorporam a representação por gênero, a fim de garantir a amplitude das demandas das mulheres e seus anseios e sugestões que contribuam com o desenho proposto no Programa. A experiência em programas semelhantes identificou que, na mobilização das comunidades: i) haja convite

dirigido diretamente às mulheres em linguagem simples e apropriada para aumentar a sua participação e engajamento; e ii) os mobilizadores sejam das próprias comunidades e tenham a confiança das mulheres locais.

2.5.3. Identificação e análise dos atores e partes interessadas

Caberá ao Executor, utilizando-se dos recursos existentes de comunicação social e dados oficiais disponíveis, proceder à identificação das partes interessadas, considerando:

- o interesse de indivíduos ou grupos na implantação do Programa, correlacionando potenciais impactos negativos e benefícios associados;
- a caracterização breve por grupo identificado – comerciantes, associações civis, conselhos de munícipes e demais associações; e
- os fatores sociais e/ou culturais específicos.

O Executor deverá dar especial atenção ao conteúdo das respostas aos questionamentos feitos pelo público, considerando:

- os ajustes que podem e serão incorporados ao Programa; e
- a justificativa técnica e em linguagem didática quando as observações não forem incorporadas. Com base na experiência da 1ª. Consulta Pública e de outras em projetos semelhantes, elaborar metodologia ajustada para as consultas subsequentes durante a implantação do Programa. Considerando a experiência da 1ª. Consulta, organizar espacialmente e com as ferramentas necessárias para participação, os encontros necessários para atingir os diferentes grupos de partes interessadas ao longo da implementação do projeto, como aqui previsto no Plano de Engajamento das Partes Interessadas.
- A identificação de participantes (institucionais, organizações da sociedade civil e lideranças locais);
- a UGP e representantes de estruturas que participam do Programa, a saber:
 - ONGs atuantes na área de abrangência do Programa;
 - Lideranças dos setores produtivos – indústria, comércio e serviços;
 - Associações e conselhos de classe – CREA, CAU e outros;
 - Legislativo municipal;
 - Procuradoria Geral do Município; e
 - Defensoria Pública

2.5.4. Organização da consulta

Verificação da experiência em divulgação e consulta na instituição Executora/UGP e demais instituições. Na página web da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos deverão ser fornecidos os enlaces/links para o acesso aos documentos de projeto e socioambientais, facilitando o acesso e consulta seguindo as diretrizes aqui identificadas e considerando os aspectos apresentados a seguir.

É obrigação do Executor do Programa:

- preparar uma exposição para a consulta pública que identifique os Componentes do Programa, sua Amostra Representativa, estudos ambientais que eventualmente sejam solicitados para obras específicas, AAS/PGAS e MGAS. Esse material também deve ser divulgado no site das Secretarias participantes da execução e disponibilizado também em meio físico para acesso fácil nas sedes das mesmas;
- prover um responsável para preparar o relatório resumo da consulta, documentando todo o processo, incluindo lista de participantes, perguntas e respostas, sugestões, *print-screen* etc. Este deve conhecer o Programa e os projetos de forma a sintetizar eventuais discussões e questões levantadas pelos participantes. Tais questões poderão ser usadas para complementar o MGAS e SGAS;
- divulgar os eventos, com a antecedência necessária, em meios de comunicação oficiais e de mídia comercial acessível ao público-alvo das intervenções;
- preparar e apresentar no período da consulta os projetos em linguagem acessível ao público em geral, com peças de texto, mapas, fotos e figuras que os ilustrem e sua fase de preparação; e
- responder as questões relativas aos projetos do Programa que sejam apresentadas pelo público durante a consulta.

É obrigação da equipe de preparação dos projetos e seus relatórios socioambientais:

- apoiar o Executor na organização da consulta, explicitando os principais impactos socioambientais das obras e respectivas medidas mitigadoras reunidas, de acordo com o SGAS;
- prover esses documentos com antecedência, para que possam ser colocados à disposição do público em meio físico e eletrônico; e
- incorporar, sempre que possível e viável tecnicamente, as questões apresentadas, nos documentos de análise ambiental e de gestão relacionados aos projetos em pauta.

Para a realização de consulta remota deverão ser utilizados sistemas de transmissão, apresentação e participação por meio da internet, levando em conta que o uso deste recurso deve propiciar a participação comunitária de forma inclusiva. No caso do PDUOT o desafio a enfrentar a garantir os eventos de consulta e material informativo ao alcance das populações com pouco acesso à tecnologia proposta. A plataforma *Youtube* tem sido utilizada para divulgação em projetos semelhantes para transmissões de eventos.

Como outras opções de uso de plataformas online por meio da Internet, são sugeridas:

- Redes Sociais - Facebook, Instagram;
- Chamadas e reuniões virtuais por Zoom ou *MSTeams*; e
- Ferramentas para Webinar.

Fica a critério do Executor o uso da comunicação que melhor servir aos propósitos da consulta. Os vídeos a serem eventualmente gravados deverão utilizar linguagem simples e de curta duração, visando garantir o interesse do público. Quando for necessário, podem ser gravados vídeos por tema específico para facilitar o entendimento do público. Podem ser utilizados recursos de animação e gráfica, de forma a possibilitar um conteúdo didático.

2.5.5. Chamamento e Mobilização

Tomando em conta o cenário de isolamento gerado pela pandemia de COVID-19 (mesmo considerando o avanço atual na interrupção do distanciamento social em algumas localidades), toda comunicação envolvendo atividades de mobilização da comunidade, transmissão da Consulta Pública, disseminação de dados, coleta de informações e de manifestações das partes interessadas, e atendimento aos questionamentos deve incluir ferramentas tecnológicas para comunicação remota.

No período da divulgação e chamamento, o Executor proverá um canal de contribuições online para manifestação dos interessados. Esse canal deve estar vinculado ao link da consulta que for criado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP. O site informará sobre o canal de captação de demandas dos interessados, solicitando uma identificação prévia do participante, não obrigatória, mas que facilita responder a questões de cada um.

Os meios de transmissão e de comunicação remota previstos - Facebook, Instagram e Youtube - serão utilizados para as seguintes atividades:

- divulgação da consulta na rede social do Executor com publicação no feed de notícias;
- atuar como principais meios de transmissão da consulta e manifestação dos participantes;
- receber manifestações feitas através das páginas Facebook ou Instagram, do canal do YouTube, pelo e-mail disponibilizado pelo Executor e por um número de WhatsApp que estará disponível durante o tempo das apresentações, por mensagens que serão gerenciadas por mediadores. O objetivo não é responder a todos os comentários em tempo real, mas sim, compilar as questões e dúvidas manifestadas durante as apresentações ao vivo ou acessadas posteriormente pelos interessados;
- os participantes da consulta pública serão incentivados a realizar um breve cadastro, mas sua participação na consulta não pode ser condicionada se houver recusa; e
- qualquer pessoa poderá assistir o evento, mesmo não possuindo perfil ou cadastro na rede social ou canais de transmissão utilizados, sendo necessário apenas ter um aparelho com sistema de telecomunicação remota (computador, aparelhos celulares etc.), browser e acesso à internet.

2.5.6. Recursos tecnológicos para comunicação remota

O convite para os eventos será publicado nos sites da UGP e das secretarias municipais e demais instituições intervenientes com antecedência mínima de sete (07) dias da data

dos eventos. Serão identificadas lideranças, órgãos e entidades locais através de convites diretos, por meio de comunicação remota (via telefone, redes sociais, WhatsApp e e-mails) convidando os interessados a se inscreverem previamente nos sites onde receberão um link para acessar os eventos. Este mesmo link será divulgado em todas as mídias de comunicação (nas páginas institucionais) para que qualquer interessado possa acessar o evento, mesmo que não convidado diretamente.

Anteriormente ao início das consultas deve ser feito um esforço de chamamento para a participação, identificando o interesse das partes que se inscreveram previamente no cadastro do site e das lideranças representativas conhecidas.

2.5.7. Relatório de Consulta Pública

Ao Executor/UGP cabe elaborar Relatório de cada consulta realizada, contemplando: apresentações do Projeto e dos estudos socioambientais; registro de participação com lista de presença, fotos, vídeos, as dúvidas e questões do público assistente e as respostas do Programa às mesmas. Essas respostas podem requerer mais tempo para serem elaboradas, se houver necessidade de busca de dados de projeto e, nesse caso, a resposta inicial deve apontar esse fato. De toda forma, cada intervenção pública deverá ser respondida e os registros serão incorporados aos arquivos do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, onde poderão ser classificadas por tipo e tema de interesse. O Executor enviará os relatórios para ciência e consideração da equipe técnica do Programa no Banco.

III. Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas - MRQ

3.1. Introdução

De acordo com o disposto no PDAS.10 será implantado Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas de responsabilidade do Executor do PDUOT, estruturado para recebimento e solução de demandas em prazo e solução cujos resultados de atendimento sejam efetivos. O MRQ será parte do processo de consulta pública permanente, da preparação à implantação das obras e outras ações do Programa, como parte do Engajamento das Partes Interessadas.

O resultado das consultas e demandas encaminhadas ao MRQ é um passo importante do processo de tomada de decisões no Programa, e as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições.

3.2. Objetivos

A implantação do Mecanismo tem por objetivos:

- estabelecer canal de comunicação junto à população afetada e/ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa;
- responder às questões referentes aos impactos potenciais do Programa e às medidas de mitigação e compensação previstas na AAS/PGAS, em documentos de

avaliação de impacto ambiental que sejam requeridos antes da implantação de obras específicas e no MGAS;

- coletar e responder as dúvidas e questionamentos ao Programa;
- fornecer aos interessados os meios para apresentar uma reclamação ou resolver qualquer litígio que possa surgir durante a implementação do projeto;
- assegurar que medidas corretivas apropriadas e mutuamente aceitáveis sejam definidas e implementadas para a satisfação dos reclamantes;
- evitar ou minimizar a utilização de processos judiciais;
- abrir um canal de comunicação que permita a qualquer pessoa compartilhar suas sugestões, solicitar informações e fazer comentários sobre o projeto; e
- recolher comentários sobre o projeto.

3.3. Mecanismos institucionais existentes

As instituições executoras do PDUOT - UGP, com participação das secretarias de Assistência Social, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Ordenamento Urbano, utilizam links específicos vinculados à [Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Linhares](https://linhares.es.gov.br/ouvidoria/) <https://linhares.es.gov.br/ouvidoria/>, como descrito a seguir:

- **Secretaria de Obras e Serviços Urbanos** – site (<https://linhares.es.gov.br/secretaria-municipal-de-obras-e-servicos-urbanos/>) com aba dedicada, que receberá qualquer manifestação identificada com assunto, nome do interessado, e-mail e mensagem;
- **Secretaria M de Meio Ambiente e Recursos Hídricos** – por meio do site SIGA (<https://linhares.es.gov.br/?s=SIGA>) são fornecidas informações para demandas de: i) licenciamento ambiental; ii) outorga de recursos hídricos; iii) uso de recursos florestais; e iv) queima controlada. O Sistema de Licenciamento Ambiental pode ser acessado no link <https://linhares.sislam.com.br/> Para abranger outros temas se faz necessário que o sistema inclua aba específica que aceite demandas de temas diversos gerados no PDUOT.

3.4. Implantação do MRQ para o PDUOT

De acordo ao marco de políticas ambientais e sociais do Banco, o Mecanismo deve integrar o sistema de gestão ambiental e social do Programa, que será coordenado pela UGP.

O mecanismo não é um local de atendimento, mas sim, o instrumento de gestão do contato entre a população e o Programa. Como tal, deve ser divulgado de forma perene pelo Executor, em rotinas de comunicação institucional, por meio da UGP, das outras instituições participantes da execução do PDUOT e meios de comunicação oficial da PML. Outras condições devem ser atendidas na implantação do MRQ:

- ser projetado considerando também as recomendações das partes interessadas;

- ser acessível com facilidade e divulgado entre as partes afetadas, com múltiplas ferramentas efetivas de acesso – atendimento pessoal, por e-mail, site, WhatsApp, número 0800, entre outros; e
- ter mandato e autoridade para tratar e resolver as preocupações levantadas pelas partes interessadas e contribuir nas decisões para concepção e implementação das intervenções do PDUOT.

Os profissionais envolvidos no atendimento à população – da UGP ou terceirizados - deverão estar devidamente capacitados para: i) atendimento ao público, esclarecendo as dúvidas ou direcionando as questões; e ii) registro e encaminhamento de demandas mais complexas para as áreas competentes.

O formato indicado para o MRQ do PDUOT que incorpore os atendimentos já implantados pela PML, é criar procedimento que direcione para a UGP as solicitações referentes ao Programa feitos nos sites de cada instituição participante. Dessa forma a UGP receberia todas as demandas e aplicaria processo unificado de respostas, cumprindo com o disposto no PDAS 10.

Para tanto, a recepção de queixas ou dúvidas em cada canal de atendimento deverá ser cadastrada e direcionada para os profissionais responsáveis pelo MRQ/UGP. É importante que sejam estabelecidos protocolos para o tempo máximo de resposta e que essas sejam efetivas. O registro das queixas recebidas e das respostas até o seu atendimento completo deverão ser acompanhados e contar com a ciência do reclamante por escrito. Com esses registros será possível categorizar as queixas mais frequentes e produzir respostas rápidas e padronizadas, acionando a estrutura de gestão social e ambiental existente na equipe da UGP. A estrutura do MQR deve contar com o seguinte arranjo institucional:

Ouvidorias institucionais: –designação de 01 profissional receptor das demandas relacionadas ao PDUOT, encarregado da coleta e envio ao MQR/UGP



MRQ/UGP: recebe as demandas encaminhadas setoriais, com 01 profissional dedicado ao tema.

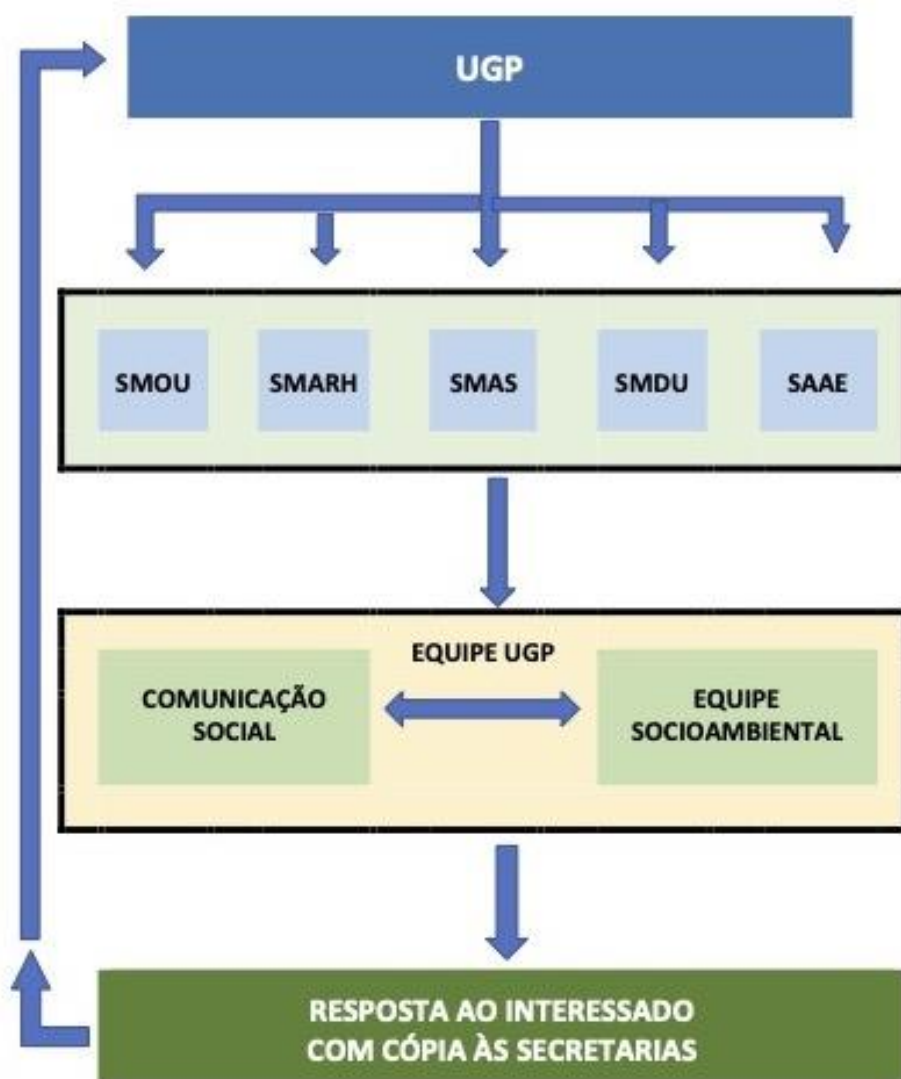


MRQ/UGP:

- aciona construtoras, outras secretarias da administração municipal, instituições não governamentais para obtenção de respostas adequadas;
- elabora e encaminha respostas diretamente ao demandante e à ouvidoria setorial onde foi acolhida a demanda inicial; e

- sistematiza e tipifica as demandas recorrentes e propõe encaminhamentos a serem integrados em consultas públicas subsequentes.

A Figura a seguir ilustra o fluxo de encaminhamento e responsabilidades associadas a cada etapa de acolhimento e resposta efetiva às partes interessadas.



IV. DIVULGAÇÃO, DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EXTERNA

A UGP deverá apresentar o SGAS a todos os órgãos envolvidos na execução do PDUOT, destacando a responsabilidade de cada participante na sua implementação, logo após a assinatura do Contrato de Empréstimo e antes do início material do Programa.

A UGP deverá ressaltar que os aspectos sociais e ambientais são partes indissociáveis do Programa estando, portanto, inseridos em todas as suas etapas: planejamento, projeto, execução, operação e conservação. Dessa forma, o SGAS transfere para todos os envolvidos com o Programa, técnicos, engenheiros e administradores, tanto da UGP como das Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR e

Desenvolvimento Urbano Assistência Social e Serviço Autônomo de Águas e Esgotos, além das empresas provedoras e construtoras, a responsabilidade pela qualidade socioambiental do PDUOT.

A UGP deverá estabelecer as diversas formas eficazes de comunicação interna, visando o envolvimento direto dos gerentes, especialistas e técnicos envolvidos com a execução do Programa e com o SGAS, tais como:

- sistema de gerenciamento do Programa;
- murais dos escritórios da UGP, dos sub-executores, e das empresas construtoras;
- reuniões com as equipes; e
- correspondências formais.

Além disso, a UGP deverá estabelecer as formas de comunicação externa com a comunidade beneficiária pelo PDUOT, de maneira eficaz, como por exemplo:

- equipe social lotada em escritório com acesso amplamente conhecido;
- canais de comunicação (ouvidoria, atendimento telefônico para o esclarecimento de dúvidas e outros, se necessário);
- divulgação do MQR em comunicações institucionais do Executor e demais instituições envolvidas na execução do PDUOT; e
folders e painéis de informação sobre as atividades do Programa que interferem diretamente com a comunidade, sobretudo na fase de implantação de obras.